



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Alex Sandro Lopes Cordeiro

**FAZER FAMÍLIA E CIDADE NA HABITAÇÃO DA RUA:
Brasília em suas múltiplas habitabilidades**

Brasília,
2018

**FAZER FAMÍLIA E CIDADE NA HABITAÇÃO DA RUA:
Brasília em suas múltiplas habitabilidades**

Autor: Alex Sandro Lopes Cordeiro

Orientadora: Profa. Dra. Andréa de Souza Lobo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Andréa de Souza Lobo (UnB – Presidente)

Profa. Dra. Cristina Patriota de Moura (UnB)

Profa. Dra. Patrice Schuch (UFRGS)

Profa. Dra. Juliana Braz Dias (UnB – Suplente)

RESUMO

Esta pesquisa é uma etnografia sobre vínculos sociais e afetivos, habitação e mobilidade junto a *moradores de rua* da Asa Sul e região central de Brasília. Na intenção de compreender os processos de manutenção e/ou ruptura de suas relações familiares de consanguinidade, assim como a construção e ampliação dos laços afetivos a partir do uso da rua como espaço de habitação, a investigação pautou-se em suas narrativas e percursos em diferentes momentos de trajetos pela cidade, na circulação por espaços e instituições, nas formas de trabalho, refeições coletivas a céu aberto e no lazer. A partir de interações sociais nos espaços, formação de grupos e territórios, buscou-se mapear a mobilidade e traçar considerações sobre família, corpo, trabalho, liberdade e cidade. Nesse sentido, problematiza-se a noção de rua como espaço de habitação, através das formas criativas das habitações improvisadas, dos conflitos dessas relações na paisagem urbana, mas também como forma particular de viver e fazer a cidade. A pesquisa faz parte de uma discussão mais ampla acerca das experiências de determinados grupos nos centros urbanos, os moradores, habitantes ou população de rua. Toda a investigação foi perpassada pela tentativa de compreensão da dinâmica de relações sociais na rua, levando em consideração o corpo, espaços, objetos e os conflitos.

Palavras-chave: moradores de rua, relações afetivas, famílias, habitação.

ABSTRACT

This research is an ethnography about social and affective ties, housing and mobility among street dwellers of Asa Sul and central region of Brasilia. In order to understand the processes of maintenance and/or rupture of their family relations of consanguinity, as well as the construction and expansion of the affective ties from the use of the street as a space for habitation, the investigation was based on their narratives and pathways in different moments of the city, in the circulation by spaces and institutions, in the forms of work, collective meals in the open and leisure. From social interactions in the spaces, formation of groups and territories, we sought to map the mobility and to draw up considerations about family, body, work, freedom and city. In this sense, the notion of street as a space for housing, through the creative forms of improvised housing, the conflicts of these relations in the urban landscape, but also as a particular way of living and making the city is problematized. The research is part of a broader discussion about the experiences of particular groups in urban centers, residents, inhabitants or the street population. All the investigation was perpassada by the attempt of understanding the dynamics of social relations in the street, taking into consideration the body, spaces, objects and the conflicts.

Key-words: homeless, affective relations, families, housing.

AGRADECIMENTOS

O quão feliz é uma pessoa depende da profundidade de sua gratidão.
John Miller

À todas as pessoas que conheci nas ruas de Brasília durante a pesquisa. Pela forma como me receberam, pela atenção, convívio e trocas de experiências. Este trabalho não seria possível sem vossas contribuições.

À minha orientadora, professora Andréa de Souza Lobo, pela forma como conduziu a pesquisa, desde as primeiras conversas até aos últimos apontamentos. Obrigado pela dedicação e pela pontualidade. Sou grato pela forma carinhosa e respeitosa que sempre me tratou, e por você fazer parte de minha trajetória!

Ao meu companheiro Ednaldo Ribeiro Sousa, pelo apoio e incentivo. Muito obrigado pela força, companheirismo e contribuições à pesquisa!

Aos meus familiares, pelo apoio e pela compreensão do distanciamento necessário ao período da pós-graduação. Meu pai Antônio, minha mãe Creusa, meu irmão César, minhas irmãs Celma, Ana, Célida, Simone, Meire, Carliane, Sara e demais sobrin@s... amo vocês! Ao meu cunhado Carter Boguea, pelas longas discussões sobre os mais diversos assuntos das Ciências Sociais e da História. Sou muito feliz por nossa amizade, e por sua torcida por mim. À minha tia Lurdes e meu tio Clésio Cordeiro, por me hospedarem por muitos dias, mas também pelo apoio e carinho com que sempre me trataram. Por terem me permitido conhecer a Ceilândia que nunca dorme. Às minhas primas Micaelly e Kesia Cordeiro.

Às professoras Patrice Schuch e Cristina Patriota de Moura, por aceitarem compor a banca de defesa dessa dissertação. Estou feliz e honrado pela oportunidade de diálogo e contribuições.

Aos colegas de orientação com quem convivi, cada um em seu tempo de pesquisa, escrita e defesa: Chirley Mendes, André Justino, Francisco Vieira e Licia Schroeder.

Aos meus colegas e amigos de turma, Luciana Ferreira, João Lucas, Marco Lusten, Juanita Guzmán, Caio Capella, Julia Verdum, Ana Matias, Roberto Sobral, João Pimenta, Gabriela Cunha, Francisco Tucano, Rafael Bastos e Jessica Monique.

Aos funcionários do Departamento de Antropologia (PPGAS/DAN), Rosa Cordeiro, Jorge Máximo e Carolina Greve, pela gentileza e competência no atendimento. Às professoras e aos professores do Departamento de Antropologia da UnB que contribuíram para minha formação e para a pesquisa por meio de disciplinas ministradas e aulas específicas que recebi: Andréa de Souza Lobo, Antonádia Monteiro Borges, Carla Costa Teixeira, Cristina Patriota de

Moura, Daniel Schroeter Simião, Guilherme José da Silva e Sá, José Antônio Vieira Pimenta, Juliana Braz Dias e Soraya Resende Fleischer.

Aos demais amigos e colegas de Pós-Graduação, da Katakumba, e de Brasília: Carol Bertanha, Sofia Scartezini, Ester Oliveira, Victor Cezar, Bianca Silveira, Nathalia Silveira, Carolina Sobreiro, Mayra Corrêa, Ana Claudia, Yara Cavalcante, Jessica Farias, Gil Piauilino, Felipe Henrique, Anderson Silva & Junia Marúsia, Arthur de Andrade, Welitânia Maxy, Lidiane Pãxi, Lediane Felzke, Eduardo Di Deus, Edson Bessa, Felipe Tuxá, Felipe Almeida, Cintia Engels, Denise da Costa, Fabiano Bechelany, Raoni Giral dini, Andreza Benila, Zeza Barral, Martiniano Neto, Jose Arena Gómez, Alexandre Fernandes, Paloma Maroni, Ranna Mirthes, Allan Brandão, Leonardo Alves, Brunner Titonelli, Yoko Nitahara Souza, Júlia Sakamoto, Lucas Pereira, Beatriz Moura, Guilherme Moura Fagundes, Luísa Molina, Léia Ramos, Rosana Castro, Júlia Freire, Tatiane Duarte, Eliane Monzilar, Roberto Almeida, Emerson Prazeres, Rodrigo Chaves, João Lisboa, Luiz Carlos Lages, Rafael de Brito, Paula Fernandes, Renata Monteiro Lima, Cristabell López, Beatriz Gomez, Lucy, Leila Saraiva, Carol Perine e Carol Fernandes.

Aos amigos Potyguara Alencar & Manuela Araujo, Daniela Lima & Raoni, Lucas Pereira, Juliana Oliveira, Luciana Ferreira e Caio Capela, pela troca de leituras, dicas de ortografia, indicações de textos, e pelo carinho e amizade. Mas também pelos jogos de baralho, pelas comilanças, cervejas e caipirinhas, pelas noitadas e aventuras. Espero que nossas amizades durem, assim como nossos momentos prazerosos, nossos questionamentos e trocas de experiências. Adoro vocês.

À Naiara Demarco, Janaina Fernandes, Guilherme e Gabriel, por existirem. Amo vocês!

A todos os meus amigos e amigas do Maranhão. Em especial: à Gláucia Fernandes, Aurinete Ferreira, Vanderson Lima, Luiz Ferrara, Milana Diniz & Marcio Pereira, Conceição Lima, Calliandra Abhijit, Luama Alves, Priscila Lithe, Natalie Harmon, Pedro Bortoluzzo, Paloma Dias, Dinalva dos Anjos, Werbeth Belo, Rô Gouveia, João Rafael e Kelly Nobre. Aos professores e professoras que tive durante minha passagem pela Universidade Federal do Maranhão e que ainda fazem parte de minha vida por meio de conselhos e contribuições à pesquisa e à minha trajetória: Martina Ahlert (minha orientadora de graduação), Madian Frazão, Célia Motta, Rafael Gaspar e Arleth Borges.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de pesquisa. Enfim, a tod@s que contribuíram direta e indiretamente com minha pós-graduação e com esta pesquisa. Axé!

À todas e todos que vivem da/na (in)constância da rua.

A consequência da história única é isto: rouba as pessoas da sua dignidade. Torna o reconhecimento da nossa humanidade partilhada difícil. Enfatiza o quanto somos diferentes ao invés do quanto somos semelhantes (...). Histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias têm sido usadas para desprover e tornar maligno. Mas as histórias também podem ser usadas para potenciar e para humanizar. As histórias podem quebrar a dignidade de um povo. Mas as histórias também podem reparar essa dignidade quebrada.

(Chimamanda Adichie – **O perigo de uma história única**)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Inauguração da Cidade Livre	17
Figura 2 – A construção de Brasília, de 1958 a 1960, acervo fotográfico GDF	18
Figura 3 – Mapas com as atuais regiões administrativas do DF	20
Figura 4 – Catadores de papel nas ruas de Brasília, 2007	22
Figura 5 – Rota de maior fluxo diário de pessoas no arranjo populacional do DF	23
Figura 6 – Família acampada em via da Asa Norte	24
Figura 7 – Centro POP, 903 Sul	34
Figura 8 – Família trabalhando em estacionamento da Igrejinha da 308 Sul	39
Figura 9 – Morador de rua em frente à Igrejinha da 308 Sul	50
Figura 10 – Banco da Praça da Igrejinha, usado para preparo de refeições	57
Figura 11 – Banco da Praça da Igrejinha, usado para preparo de refeições	58
Figura 12 – Pedras para uso de fogueiras, 306 Sul	59
Figura 13 – Um grupo de moradores de rua após refeição coletiva, Asa Sul	61
Figura 14 – Pedras para preparo de fogueiras, 305 Sul	63
Figura 15 – Casal de moradores de rua em calçada de quadra da Asa Sul	65
Figura 16 – Cozinha improvisada	66
Figura 17 – Um grupo de moradores de rua sentados em área da 308 Sul	68
Figura 18 – Local de preparo de refeição coletiva	68
Figura 19 – Grupo de moradores de rua conversam após refeição coletiva	69
Figura 20 – Mapa do Plano Piloto	74
Figura 21 – Mapa de simulação de circulação pelo percurso da Asa Sul	79
Figura 22 – Monumento Índio Galdino, Praça do Compromisso	80
Figura 23 – Mapa simulação de circulação pela Asa Sul	83
Figura 24 – Mapa de circulação do entorno do DF	84
Figura 25 – Papelões e cobertores no Setor Comercial Sul	87
Figura 26 – Morador de rua dormindo em calçada do SCS	87
Figura 27 – Morador de rua dormindo na calçada de instituição da 308 Sul	88
Figura 28 – Morador de rua dormindo em área verde da 308 Sul	88
Figura 29 – Morador de rua dormindo em área verde da 306 Sul	89
Figura 30 – Morador de rua dormindo em área verde de uma quadra da Asa Sul	89
Figura 31 – Cobertores entre paredes de prédio do SCS	91
Figura 32 – Colchão em área verde da 306 Sul	92
Figura 33 – Carrinho de mercado com pertences de moradores de rua, 308 Sul	97

Figura 34 – Moradores de rua em praça do SCS	97
Figura 35 – Moradores de rua na Praça da Igrejinha da 308 Sul	99
Figura 36 – Barraca montada ao lado de árvore no SCS	104
Figura 37 – Barraca montada entre grades de ferro de instituição	105
Figura 38 – Carrinho guardando mantimentos na Asa Sul	105
Figura 39 – Carrinho guardando pertences no SCS	106
Figura 40 – Carrinho com objetos pessoais na Praça do Compromisso	106
Figura 41 – Cobertores e papelões no SCS	107
Figura 42 – Grades em marquises de prédio, SCS	108
Figura 43 – Grade em marquise de prédio, Conic	108
Figura 44 – Mapa de estacionamentos da região do SCS	116
Figura 45 – Mochilas penduradas em árvore de estacionamento	118
Figura 46 – Estacionamento Praça da Igrejinha da 308 Sul	121
Figura 47 – Cadeirante vigiando carros estacionados na 308 Sul	122
Figura 48 – Morador de rua pedindo em frente a Pastelaria Viçosa	124
Figura 49 – Morador de rua pedindo em frente a lanchonete	125
Figura 50 – Morador de rua sentado e pedindo em frente a Shopping, SCS	126
Figura 51 – Moradores de rua em praça do SCS	128
Figura 52 – Morador de rua pedindo em frente a lanchonete da Rodoviária do Plano	129
Figura 53 – Mensagem em papel	131
Figura 54 – Morador de rua caminha com carrinho na 903 Sul	138

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Locais de pernoite da população de rua	31
GRÁFICO 2: População em situação de rua por sexo	32
GRÁFICO 3: Dados em relação à cor dos pesquisados	35
GRÁFICO 4: Naturalidade das pessoas pesquisadas	36

LISTA DE SIGLAS

AC – Acre
AL – Alagoas
AM – Amazonas
AP – Amapá
BA – Bahia
CE – Ceará
CADÚnico – Cadastro Único
CAPs – Centro de Atenção Psicossocial
Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CIAMP – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política de Rua
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAN – Departamento de Antropologia
DF – Distrito Federal
ES – Espírito Santo
GO – Goiás
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC – Instituto Central de Ciências
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MA – Maranhão
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MG – Minas Gerais
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR – Movimento Nacional da População de Rua
MS – Mato Grosso do Sul
MST – Movimento do Trabalhadores sem Terra
MT – Mato Grosso
MTST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto
NOVACAPI – Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OAF – Organização do Auxílio Fraternal
ONG – Organização Não Governamental
PA – Pará
PB – Paraíba
PE – Pernambuco
PET – Programa de Educação Tutorial
PI – Piauí
PNPR – Política Nacional para a População em Situação de Rua
PR – Paraná
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RO – Rondônia
RR – Roraima
RS – Rio Grande do Sul
SEDESTMIDH – A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SC – Santa Catarina

SCS – Setor Comercial Sul
SE – Sergipe
SEMCAS – Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SP – São Paulo
SUAS – *Sistema Único de Assistência Social*
SUS – Sistema Único de Saúde
TO – Tocantins
UnB – Universidade de Brasília
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
A construção do campo e questões metodológicas	04
Escolhas teóricas e organização da pesquisa	06
CAPÍTULO 1	
HABITANDO A RUA: contextualizando o universo de pesquisa	15
Brasília ontem e hoje: fluxos migratórios e múltiplas habitações.....	15
Moradores, Habitantes ou População de Rua: a construção do tema no Brasil.....	25
Política Nacional e Distrital para a População de Rua.....	29
CAPÍTULO 2	
FAZER FAMÍLIA	38
Rompimento e manutenção dos vínculos familiares: conflitos e negociações	38
A ida à casa de familiares: a circulação casa e rua	47
Afetos construídos no cotidiano: as dimensões da <i>confiança e consideração</i>	55
Formação de grupos e nomadismo solitário.....	69
CAPÍTULO 3	
FAZER CIDADE	73
A circulação e as lógicas da mobilidade nos espaços urbanos.....	74
As regras e escolhas de onde dormir: (re)configurando os percursos.....	86
Processos de territorialização: (re)configurando a paisagem urbana.....	93
A bricolagem e utilização criativa dos espaços: a (não) acumulação	103
CAPÍTULO 4	
FAZER TRABALHO	114
O trabalho de rua e sua relação com pedir.....	114
O trabalho de rua e sua relação com o comércio da cidade.....	124
Catamar latinhas e a limpeza urbana.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

INTRODUÇÃO

Finalizei a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com uma pesquisa de campo junto a um grupo autodenominado *moradores de rua* que vivia no *Centro Histórico*¹ da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão². Analisando a circulação dessas pessoas em diferentes deslocamentos pela cidade, como ida às instituições filantrópicas e estatais, além dos momentos de trabalho, busquei mapear a circulação e traçar considerações sobre concepções de liberdade e mobilidade, pois as duas dimensões pareciam estar conjugadas³ – além de perceber um entendimento destoante da noção de autonomia para os sujeitos e instituições⁴. A partir dessa pesquisa, procurei inserir-me no debate acerca das experiências de determinados grupos na cidade, os moradores, habitantes ou população de rua, problematizando a noção de rua como espaço de habitação e como uma forma particular de viver a cidade.

Durante a observação, além dos textos da literatura antropológica contribuírem de forma significativa com as análises dos dados obtidos em campo, outras dimensões daqueles mundos da vida apreendidos pela pesquisa iam me surgindo – a exemplo das práticas de “fazer família” na negociação com familiares consanguíneos, ampliação e construção dos novos laços afetivos envolvidos nos modos diversos de habitação da rua, já que as pessoas davam-se em *namoro*, *casamento*, tratavam-se com termos parentais – fenômenos que me fizeram julgar importante estender minhas análises ao momento de uma pós-graduação em antropologia.

Ao ingressar no mestrado, minha pesquisa continuou a investir na temática da “rua habitável”, mas, agora, na cidade de Brasília (DF), mais especificamente em espaços da Asa

¹ Conjunto de casarões portugueses da época colonial, tombado, em 1999, pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. A região reúne equipamentos públicos e turísticos, assim como uma área residencial e comercial.

² São Luís é uma cidade de 1.091.868 habitantes (segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017), capital do Maranhão, Estado da região nordeste do Brasil. No meu trajeto diário, eu costumeiramente observava essas pessoas e notava formas de trabalho, doações de objetos e distribuição de sopas por instituições filantrópicas (Igrejas, ONGs).

³ Esses *moradores* circulavam por estacionamentos públicos das praças da região central da cidade, cuidando de carros estacionados – e trabalhavam também vendendo balas e descarregando caminhões no Mercado Central da cidade –, e pelas instituições filantrópicas e estatais. Caminhavam juntos ou encontravam-se nas instituições e/ou nas praças. A intenção era *garantir o corre de cada dia*, ou seja, garantir meios de trabalho, oferta de alimento, roupas, ou mesmo abrigo por algum período (Cordeiro, 2015).

⁴ A compreensão de autonomia entre os *moradores de rua* se diferenciava daquela prevista pela política pública, que sugere que sejam dadas as condições de provimento integral da vida, ou seja, dar autonomia significa “oferecer as condições para que o sujeito saia da *rua* e não retorne mais a ela” (Martinez, 2011:140), diferente do sentido compartilhado entre muitos dos interlocutores da pesquisa, que sugeria autonomia como capacidade de cuidar de si, de se manter na trajetória de rua.

Sul do Plano Piloto⁵ e região central (Rodoviária do Plano, Setor Comercial Sul e Setor Bancário Sul). Através de um dado novo, das conversas com familiares consanguíneos nos espaços da *rua*, quando estes procuravam por seus membros parentais, procuro aprofundar-me ainda mais nas dimensões dos afetos e das relações familiares e de amizade que constantemente, entre muitos dos interlocutores de pesquisa, se afirmavam com termos e experiências do “ser *família*”; sob uma dinâmica de “fazer” (ou mesmo desfazer) família, produzida no viver a/na rua.

Outras questões também potencializaram a escolha e continuação da investigação nesse novo contexto. A perceptível presença de diversas pessoas que utilizavam os espaços públicos da cidade como meio de moradia, produção de trabalho e interação social, mas também pelas diversas habitações e contrastes estéticos que envolvem o Distrito Federal. Sociabilidades, múltiplas habitabilidades existentes, que se apresentavam como potenciais para tornar lugares habitáveis. Além do mais, existem os entraves burocráticos para quem deseja morar em áreas específicas da cidade, como o Plano Piloto. Ainda que por meio de locações de imóveis, dos ditos alugueis. Evidente para mim, que vim de um outro estado da Federação para cursar a pós-Graduação no planalto central, e senti os dramas desses obstáculos burocráticos e financeiros que fazem parte da realidade daqueles que desejam residir nessa região da cidade através das moradias convencionais. Algumas tentativas de locação me foram negadas, ignoradas e até mesmo não mais respondidas (via ligação telefônica, e-mail, WhatsApp), isso ocorria quando eu os informava que possuía apenas uma bolsa de pós-graduação como meio de subsistência. Outras tantas tentativas negadas foram por não ter parentes com residências próprias (sobretudo quitadas) no Distrito Federal. Eram inúmeras as exigências documentais, de renda, fiador, etc., realidade que parecia excluir-me de uma moradia no Plano Piloto, pois eu não possuía o pacote de exigências. Passei, então, a morar com um primo de meu pai em sua “Kitnet”, alugada em Ceilândia.

Devo ainda explicar outros elementos que foram importantes para o desenrolar da pesquisa. A importância de meus percursos diários pela cidade – Ceilândia e Plano Piloto (UnB)

⁵ O Plano Piloto foi elaborado por Lúcio Costa, vencedor do concurso, em 1957, para o projeto urbanístico da Nova Capital. Teve sua forma inspirada pelo sinal da Cruz. O formato da área é popularmente comparado ao de um avião. O projeto consistiu basicamente no Eixo Rodoviário (ou "Eixão") no sentido norte-sul, e Eixo Monumental no sentido Leste-Oeste. O Eixo Rodoviário é formado pelas asas Sul e Norte e pela parte central, onde as asas se encontram sob a Rodoviária do Plano Piloto. As asas são áreas compostas basicamente pelas superquadras residenciais, quadras comerciais e entrequadras de lazer e diversão. O Eixo Monumental é composto pela Esplanada dos Ministérios e pela Praça dos Três Poderes, a leste; a rodoviária, os setores de autarquias, setores comerciais, setores de diversão e setores hoteleiros em posição cêntrica; a torre de televisão, o Setor Esportivo e a Praça do Buriti, a oeste.

–, cruzando diversas localidades do Distrito Federal, por meio de transportes públicos; caminhadas pelas quadras do Plano Piloto, pela região central; perceber áreas em que o uso da rua era mais intenso; na minha aproximação física com os interlocutores de pesquisa, em procurar conviver um pouco com estes durante os meses de pesquisa. Caminhar com as pessoas, e com elas realizar algumas atividades, como consumo de substâncias, trajetos, além de diferentes meios de trocas, como o compartilhamento de nossas histórias de vida, etc., proporcionaram um entendimento mais de perto, mais afetado, que possibilitou, inclusive, uma maior horizontalidade, nas trocas, e assim pude entender um pouco mais de suas relações afetivas. Nesse sentido, busquei valorizar o corpo a corpo, ouvir as pessoas, sentir um pouco mais de perto a vivência na rua.

Embora tenha realizado diferentes incursões em campo durante diferentes dias da semana, em diversos períodos do dia, com raras exceções na madrugada, busquei concentrar-me sistematicamente nos dias de quinta e sexta, no turno vespertino e noturno, entre 12h e 23h, após perceber que muitos das interlocutoras e dos interlocutores usavam o período da manhã para dormir. Além do mais, estive presente em alguns sábados, pois foi possível perceber um maior preparo de refeições coletivas a céu aberto nos finais de semana. Nesse período de pesquisa, conheci muitos homens e mulheres que circulam pelas quadras da Asa Sul e região central da cidade. Poderia falar em mais de 200 pessoas com que obtive contatos, mas pude conhecer um pouco mais de 50 pessoas, através das narrativas que reconstruíam suas trajetórias, e nos nossos trajetos pela região. Dessas, 29 pessoas, 4 mulheres e 25 homens, com idades entre 18 a 55 anos, pude conversar com o auxílio de um roteiro de perguntas. Sobre as limitações da pesquisa, destaco a presença dos que poderíamos chamar de *loucos de rua* (Chaves, 2013). Com estes não foi possível o diálogo e o acompanhamento durante a pesquisa.

As interlocutoras e interlocutores da pesquisa eram naturais das cidades do entorno do Plano Piloto, a maioria oriundas do próprio distrito Federal, descendentes de migrantes, e também vindos de cidades do entorno do DF, do Estado de Goiás; outros tantos eram dos demais estados e regiões do país. As suas trajetórias eram diversas, assim como os motivos que os levaram à adentrarem os espaços da rua como meio de moradia, também. Para além de suas trajetórias individuais, procurarei focar nos processos de negociação com familiares consanguíneos e também na dinâmica de construção de relações sociais nas ruas, sobretudo afetivas, na produção de interações sociais específicas, produtoras e construtoras de meios de obter trabalho, lazer e sociabilidades. Nesse sentido, procuro compreender como se mantem e se constroem as suas relações sociais na rua, a dinâmica cotidiana do trabalho, formação de

grupos, troca de substâncias e objetos, no lazer, etc. assim como no impacto dessas relações na paisagem urbana e na própria constituição da cidade; na circulação, na construção de territórios, nos trajetos individuais e coletivos, nas formas próprias de perceber e de fazer cidade. Outrossim, o título desse trabalho: “Fazer família e cidade na habitação da rua: Brasília em suas múltiplas habitabilidades”, busca apresentar essa dimensão, essa especificidade de relações sociais que são configuradas nas ruas, em contextos urbanos, como um tipo específico de sociabilidades e formas de habitações frente a tantos outros que compõem a realidade da cidade de Brasília.

A construção do campo e questões metodológicas

Assim como na pesquisa anterior, procurei acompanhar as pessoas, e, em conformidade com as inspirações analíticas propostas, me preocupei com suas relações de confiança e de intimidade – forjadas sob o que constantemente (re)afirmavam ser *respeito e consideração* –, mantidas, feitas e desfeitas, no viver a/na rua; captando maneiras particulares de vivenciar e conferir sentidos ao universo urbano que é tornado “habitável e familiar”. Toda a investigação foi perpassada pela tentativa de compreensão da dinâmica das relações sociais na rua, levando em consideração o corpo, os objetos e os conflitos. As atividades exploratórias da pesquisa de campo iniciaram-se em dezembro de 2016, com intervalo de janeiro a fevereiro, e finalizaram em agosto de 2017⁶. Nesses meses, intensifiquei as relações com as interlocutoras e interlocutores, procurando acompanhar um maior número de pessoas e grupos durante esse tempo, também construindo relações de convivência que levassem proficuamente a diálogos e, logo, a acessos a universos linguísticos, lógicas de mobilidade e habitabilidade, enfim, aos princípios de organização da vida na rua.

Na continuação da investigação, como já salientado, procurei entrelaçar dimensões do *fazer* nas dinâmicas de suas relações afetivas e também nos usos criativos dos espaços: flagrando as agências dos sujeitos sobre as praças, calçadas, marquises, ruas, parques, etc. Essas duas dimensões, “fazer família e cidade”, que julgo inseparáveis, são extremamente importantes para a compreensão das vidas das pessoas que compõem a investigação. Nesse sentido, postulo

⁶ As minhas primeiras incursões em campo deram-se por via de um trabalho de campo realizado na Praça da Igrejinha das Quadras 307/308 Sul, em dezembro de 2016, para a disciplina de Antropologia Urbana, ministrada pela Profa. Dra. Cristina Patriota de Moura (DAN/UnB), enquanto que os dados obtidos em São Luís (MA), de forma ensaísta, serviram como ponto de partida da reflexão através de um trabalho de conclusão da disciplina de “Parentesco e Dinâmicas Familiares”, ministrada por minha orientador Profa. Dra. Andréa de Souza Lobo, no primeiro semestre de 2016. As duas reflexões foram fundamentais para o andamento da pesquisa, da análise.

ser necessário compreender as dinâmicas criativas de “fazer família” (Weston, 1997) não como algo natural (Fonseca, 2008), mas observando, por exemplo, como possíveis de construir solidariedades difusas e duradouras, como na forma de “relatedness” (Carsten, 2000), ou seja, explorando as características constitutivas dessas relações afetivas na mobilidade. Minha intenção é buscar compreender as relações sociais e afetivas de pessoas que estão em constante movimento, nesse sentido, a mobilidade é central para se pensar quais as condições e características desses vínculos que se mantêm em circulação (Lobo, 2014; 2012). Nas formas de “fazer cidade” (Agier, 2011; 2015; 2016), procuro na circulação e nos modos criativos do uso dos espaços, as agências dos sujeitos na composição urbana (Kasper, 2006; De Certeau, 2012), como fator característico de uma dentre outras formas possíveis de se fazer cidade (Patriota de Moura, 2012; Januzzi, 2016). Toda a investigação procura compreender, etnograficamente, a pluralidade da experienciação da cidade, as diversas formas de percebê-la, de usá-la, reiventá-la, e porque não, de construir cidade.

Entendo essa pesquisa de campo como uma etnografia que pensa realidades particulares em diálogo com teorias mais gerais. Tradicionalmente pensada como um exercício artesanal, a etnografia se preocupa em compreender e analisar as regularidades e as dimensões sociais de fenômenos específicos (Fonseca, 1999); ou seja, para além de um método de pesquisa, ela constitui-se também como construção teórica (Peirano, 1995; 2014). Sendo assim, as experiências vividas em campo são contextuais e, ao mesmo tempo, contributivas às questões antropológicas reflexivas que são próprias da identidade teórica da disciplina. Servindo-me desse potencial “fenomênico e analítico” da etnografia, a proposta deste trabalho foi a de acompanhar o percurso dos *moradores de rua* – termo que utilizo em virtude da forma como meus principais interlocutores se autodenominavam –, valorizando com isso a mobilidade própria das formas de habitar e fazer família nos territórios de rua. Junto a esses habitantes, procurei acompanhar de perto suas relações de afetividade e experiências de cidade e, conforme sugerido por Magnani (2002; 2013), realizar um exercício de se colocar “de perto e de dentro” a fim de captar os diversos “trajetos” e “circuitos”, bem como os sentidos e efeitos do viver em circulação.

Escolhas teóricas e organização da pesquisa

Muitos autores contribuíram e influenciaram reflexões acerca da caracterização de cidade (ou metrópole) com aspectos positivos e negativos. Para Georg Simmel (2005), o

individualismo, fruto da divisão do trabalho, demanda do sujeito citadino relações objetivas. Ou seja, um “caráter *blasé*” como personalidade característica da metrópole. Sob forte influência dessa perspectiva, os primeiros autores da chamada “Escola de Chicago” olham para o espaço urbano sob aspectos de impessoalidade e racionalidade. Entre esses autores, Robert Park (1979) analisa a cidade como uma organização moral e física em constante conflito e interação mútua, em que uma modifica a outra. Por outro lado, William Foote Whyte (2005) e Michel De Certeau (2012) mostram a cidade como um pluralismo organizado e articulado, com regras e práticas estabelecidas. O primeiro autor chama atenção para as estruturas de uma área urbana marginalizada, mostrando um complexo sistema de relações entre grupos, redes sociais e interações individuais pautadas num extenso conjunto de significados. O segundo autor, por sua vez, apresenta as “maneiras de fazer”, as técnicas da produção sociocultural da cidade. Os sujeitos, grupos, associações e indivíduos fazem parte do “espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra” (De Certeau, 2012:160). Para ambas perspectivas, a cidade é pensada como uma constituição que possui amplas e articuladas formas de vivê-la.

Na antropologia brasileira, autores têm buscado formas de analisar a cidade, sugerindo conceitos e abordagens para pensar a mobilidade urbana e a vida cidadina. Gilberto Freire (1933; 1936) procurou demonstrar o valor da “casa” como agregador, formador de sentidos, na constituição cultural brasileira. Roberto DaMatta, (1997) sugere, a partir da oposição entre a casa e a rua, princípios fundamentais para compreender a sociedade brasileira. Para esse último autor, a casa é a dimensão do familiar e a rua seria o espaço do desconhecido⁷. Gilberto Velho (1979) considera as escolhas por locais específicos, como o processo de ocupação do bairro de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro, como características de uma multiplicidade de “visões de mundo” em camadas médias urbanas. Cristina Patriota de Moura (2003), ao tratar o fenômeno do processo de expansão urbana, analisa a segregação espacial através das novas acomodações habitacionais, os chamados *condomínios*, com arranjos familiares e espaciais específicos que podem, inclusive, agregar tais espaços casa e rua. José Guilherme C. Magnani (2002), ao valorizar a complementaridade das abordagens macro e micro no trabalho etnográfico, julga necessário compreender a cidade “de perto e de dentro” e “de longe e de fora”. Esse autor (1999) analisa a distribuição de rede de espaços e agentes com práticas

⁷ Vale destacar também que, após a chegada da corte portuguesa no Brasil, a rua passa a ser um espaço de intervenção, com aspecto muito relacionado à modernidade (Patriota de Moura, 2012).

específicas no universo citadino: a metrópole vista a partir dos seus circuitos delimitados. Todos esses autores nos ajudam a pensar a cidade enquanto campo, instrumento analítico.

Entretanto, como bem destacou Patriota de Moura (2013), o conceito de cidade não está dado circunscritamente em nenhuma dessas abordagens, ou seja, a cidade deve ser compreendida etnograficamente. Dito de outra forma, a cidade é percebida a partir das relações sociais existentes e das suas dinâmicas, no seu processo contínuo, cotidiano e específico de cada contexto (Agier, 2015; 2016). Além dessas abordagens, que potencializam o urbano como espaço de análise antropológica, outros autores nos ajudam a pensar as experiências de grupos citadinos como os moradores, habitantes ou, a assim chamada, população de rua.

Cláudia Turra Magni (2006), Hélio Silva e Cláudia Milito (1995), em estudos sobre moradores de rua e crianças em “situação de rua”, dão atenção às suas formas subversivas de viver quando esses atores afrontam e corrompem a ordem de classificação do público e privado. Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen (2012), ao analisarem a existência dinâmica de duas perspectivas na questão da habitação da rua, individuais e macroestruturais, afirmam que a rua “é, também, um espaço de produção de relações sociais e simbólicas, habitado por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade de seu movimento” (Schuch e Gehlen, 2012:13)⁸. Christian Pierre Kasper (2006), ao analisar a existência dos moradores de rua como formas de vida possíveis, e não em termos de carência, remetendo-se a uma suposta normalidade, ressalta a possibilidade do *habitar* constituir-se como uma questão fundamental na antropologia. Para tanto, o autor destaca que temos que evitar os erros de relacionar o *habitar* com a casa e “de defini-lo em termos de funções, supostamente derivadas de necessidades ancoradas na fisiologia humana” (Kasper, 2006:23). Nesse sentido, a falta da casa ou uma suposta reconstrução de seu espaço não significa por si só falta de habitação, ao mesmo tempo em que é possível salientar que não existem sujeitos que não habitam. As diversas habitações, assim como suas formas mais improvisações, são objetos de análise dessa infinita capacidade humana de inventar, de produzir, de compor habitabilidades existentes.

Esses autores nos ajudam a pensar cisões e categorias dicotômicas muito presentes na antropologia, e que devem ser compreendidas etnograficamente, sobretudo quando pensamos na oposição casa e rua; espaços que, como encaro hipoteticamente nessa pesquisa, podem

⁸ Para os autores, a “tendência à essencialização dessa problemática está associada a uma correlação entre dinâmicas que conjugam duas fortes perspectivas sobre o assunto: aquela pautada pela visão de que estar na rua é um problema que requer intervenções e práticas de governo determinadas a suprimir tal fenômeno a partir da simples retirada das pessoas da rua e aquela pautada num diagnóstico de causalidades macroestruturais, que subentende as pessoas em situação de rua como os sujeitos da “falta”” (Schuch e Gehlen, 2012:12).

apresentar significados semelhantes ou mesmo complementares, desde que considerados os mundos das vidas existentes nas calçadas e praças que diariamente são tornadas “habitáveis”. A rua parece envolvida na legalidade e legitimidade de seu uso. Nessa perspectiva, as agências dos sujeitos produzem diferentes formas de ordem e legitimidade quando falamos da habitação da rua. Assim, como bem destacou Fraya Frehse (2013), ao analisar a rua enquanto espaço de potencial analítico para compreensão da vida urbano, a partir do centro velho de São Paulo (SP), a rua é produtora de interações sociais composta de *transeuntes* e *não-transeuntes*⁹. Enquanto um *não-transeunte*, o *morador de rua* estaria envolto à diversas interações sociais, afetivas, mas também conflitantes, e estigmatizantes. Se por um lado, surgem categorias acusatórias, como por exemplo “vagabundos”, “mendigos”, “marginais”, etc., por outro lado, os sujeitos criam léxicos categoriais próprios de uso, seja nas formas de trabalho ou no domínio das suas relações costumeiras, com agência de si e dos espaços. Por isso, faz-se necessário compreender a (in)constância dessa sociabilidade em torno desse espaço tão significativo e importante na cidade que é a rua, flagrando na forma de relatos etnográficos os momentos onde o “habitar a cidade” também propicia um “fazer família”.

Parte da produção de textos voltados à pesquisa sobre moradores de rua (Romano, 2011; Domingues Junior, 2003; Borin, 2003), se debruça sobre a problemática da ruptura familiar como um dos principais fatores que fazem indivíduos adentrarem o espaço da rua. As explicações fundamentam-se no argumento do conflito familiar como ruptura dos vínculos afetivos, e além da degradação do trabalho, estes seriam as principais razões a levar as pessoas a viver na rua. Entretanto, como apontado pela pesquisa nacional, e como veremos nos capítulos seguintes, os sujeitos circulavam por residências de familiares, além de existir uma circulação constante entre casa, rua e instituições de assistência, como bem apontou Tiago Lemões (2013). No fluxo por esses espaços e instituições, a família é parte significativa da mobilidade, assim como a construção de vínculos afetivos que são feitos em circulação; assim, se colocam questões que nos levam a relativizar essa noção de “ruptura” em muitos casos.

⁹ Em relação ao *não-transeunte*, a autora destaca que: “interessam as regras de interação social que impregnam a presença física regular, em tais ruas e praças no horário comercial dos chamados dias úteis, de pedestres mais ou menos intensamente envolvidos em trabalho braçal e/ou no ócio que o acompanha: vendedores ambulantes, engraxates, sapateiros, os chamados plaqueiros, pregadores, além de gente popularmente conhecida como maloqueira, desocupada; pedestres que moram ou não na rua. Por compartilharem ali, sem saber, ao menos uma técnica corporal em um ritmo peculiar – a permanência física regular nesse espaço –, venho denominando tais pedestres analiticamente *não-transeuntes* (Frehse, 2013). Com efeito, do ponto de vista analítico o não-trânsito é um *comportamento corporal* definido (Frehse, 2011:46). Ele persiste vigoroso ali em meio às intensas pressões físicas e sociais da passagem física regular de outros pedestres – *transeuntes* (Frehse, 2011:45); sem falar de veículos e mercadorias”.

Sobre a dimensão de “fazer família”, se faz necessário aprofundar na compreensão da noção de família como linguagem, como valor, e também como uma construção social circunscrita a períodos históricos e contextos específicos. Esse tema é um problema fundamental para a antropologia, pois a própria constituição da disciplina se deu, de certa forma, com estudos sobre parentesco e muitos debates se desenvolveram em torno deste tema (Radcliffe-Brown, 1995; Lévi-Strauss, 1982; Dumont, 1975). Entretanto, as críticas apresentadas por David Schneider (1972) aos modelos de parentesco usados na antropologia, que não passariam de pressupostos ocidentais de concepções biológicas e naturais da reprodução humana e social, suscitaram rupturas e reinvenções analíticas, sobretudo com os estudos feministas, para compreender as relações de parentescos em diferentes contextos etnográficos.

Marilyn Strathern (1995) observa, por exemplo, como certas “obsessões teóricas” na pesquisa antropológica que são fortemente influenciadas por concepções “euro-americanas” sobre o parentesco acabam sendo inadvertidamente universalizadas e, com isso, transportadas para realidades etnográficas que, todavia, são muito distintas. Assim como Strathern, Janet Carsten (2000) também compreende o parentesco como possível de ser analisado para além de uma configuração apenas por meios e concepções biológicas. Para a superação dessa dicotomia, a autora nos traz uma excelente discussão sobre *relatedness* (2000). Lobo (2006), ao comentar o conceito de Janet Carsten, afirma que:

Adotando uma perspectiva processualista, utiliza o termo *relatedness* para se referir ao fato de que os laços pré-definidos pelo sangue não definem o sentimento de proximidade, uma vez que este se encontra em contínua construção pelos atos cotidianos de “viver juntos” (Lobo, 2006:14).

Nesse sentido, as relações de afetividade podem ser entendidas na sua produção cotidiana, com continuidades ou rupturas. Claudia Fonseca (2008), ao comentar o mesmo conceito, destaca que se trata de um sentimento de “solidariedade difusa e duradoura” que existe nas mais diversas culturas entre pessoas que se consideram parentes. Assim, nessas novas perspectivas, as relações parentais não estariam dadas por laços de consanguinidade, mas estariam envolvidas em práticas culturais específicas que fazem e constroem relações de afetividade, sobretudo sobre as possibilidades de escolhas.

Sobre essa dimensão da consideração ou escolha, os estudos de Kath Weston (1997), em *Families we choose*, podem nos ajudar a pensar em formas de relações de afetividade que são construídas paulatinamente, no cotidiano, sob formas de negociação. A autora analisa as

relações de gays e lésbicas, em seus dramas pessoas ao “saírem do armário”, e tantos outros que foram expulsos de seus lares consanguíneos e configuraram famílias gays, e nesse sentido afirma que "famílias que escolhemos" tem limites fluidos, composição eclética e relativamente pequena diferenciação simbólica entre laços eróticos e não-eróticos. Seu argumento se destaca na análise da historicidade e das especificidades de concepções de família, de relações parentais, para além de uma noção estática ou de uma derivação, mas como uma construção específica, estritamente relacionada às dimensões do *fazer*, das *escolhas*, da manutenção ou mesmo de rompimentos.

Outro elemento importante para pensar esses casos é o de indivíduos que compartilhavam casos semelhantes, assim como práticas e construção de identidades envolvidas em situações similares. Ao falar sobre a possibilidade de “tornar um agregado em unidade”, Claudia Fonseca (2008), afirma que “a família, longe de ser uma unidade natural, representa o agregado de diversas relações, é perpassada por diversas forças institucionais e envolve a participação mais ou menos íntima de diferentes personagens” (Fonseca, 2008:773).

Como observado, as dinâmicas dessas relações e os valores e sentidos de linguagens e terminologias de parentesco continuam sendo objetos de análises das relações sociais em diferentes contextos. Trabalhos como o de Matheus Gonçalves França (2016), sobre as relações poliamorosas na construção de conjugalidades e identidades sob novos arranjos afetivos; e de Juliana Oliveira Silva (2018), sobre as relações afetivas entre malabaristas de rua e a construção de famílias em circuitos de “circo de rua”, em que a *casa*, a *rua* e a *estrada* são elementos fundamentais para a compreensão da vida dos sujeitos, são alguns exemplos desse potencial analítico. Tiago Lemões (2013), em “a família, a rua e os afetos”, ao tratar das relações familiares de pessoas em situação de rua analisando a manutenção, criação e atualização de um circuito de rede de relações, instituições de assistência e diversos agentes urbanos, construindo relações entre doadores e receptores e redes de compadrio, demonstra existir um trânsito de afetos. De forma semelhante, mas de uma perspectiva que parte do espaço da rua, busquei essa rede de relações afetivas na vida cotidiana e, nessa busca, a existência de uma rede maior de relações ficou evidente.

Em um momento de experiência de pesquisa de campo, um *morador de rua*, após alguns minutos falando de sua história de vida, disse-me: “*Pronto, agora você tem muita coisa para colocar em sua pesquisa*”. Tal como esse *morador de rua*, outras pessoas me contavam sobre

acontecimentos e eventos de suas vidas, chamando atenção para a construção de narrativas nas quais são apoiadas suas experiências. Elas são importantes na medida em que permitem compreender regularidades ou mesmo diferenças em suas falas, na medida em que escolhem narrar momentos específicos de suas vidas aos quais atribuem valor ou que apresentam marcos transformadores de suas próprias identidades, ou convergentes com elas.

Cláudia Fonseca (1999) contribui significativamente para essa discussão na medida em que apresenta os equívocos do uso do método etnográfico norteado por técnicas e orientações teóricas centradas no individual. Nesse sentido, trajetórias de sujeitos heterogêneos e que manifestam suas particularidades requerem um olhar analítico e etnográfico que leve em consideração a dimensão social, já que “a insistência na - visão antropológica – no aspecto social do comportamento leva à procura por sistemas que vão sempre além do caso individual” (Fonseca, 1999:59). A sua questão central é contrapor uma filosofia de “cada caso é um caso”, pois para a autora o método etnográfico se diferencia dessa forma de abordagem. Fonseca, portanto, defende a etnografia e sua importância para a ciência do social,

[...] a etnografia não é tão ‘aberta’ assim, pois faz parte das ciências sociais e exige o enquadramento (político, histórico) do comportamento humano. Quando estudantes (...) soltam as amarras de suas tradições disciplinares e se atiram sem preparação adequada podem, em vez de realizar uma costura interdisciplinar, cair no vazio - um território nem lá, nem cá, onde o que mais floresce é o senso comum da cultura do pesquisador (Fonseca, 1999:62).

As narrativas são falas apoiadas em experiências, vividas e ressignificadas pelos sujeitos. Por exemplo, ao perguntar para um morador de rua os motivos dele estar morando na rua, ele respondeu: “*essa pergunta não faz sentido, isso não faz sentido*”, assinalando que para ele não existe um *evento* no *tempo* que marcasse um rompimento com um modo de vida e o início de outro, mas um fluxo dinâmico onde a rua se apresentava como possibilidade de vivência.

Seguindo esse raciocínio os sujeitos atribuem sentido às questões na medida em que compactuam de sua visão de mundo, explicam seus valores, objetivos e práticas. Sendo assim, inicialmente, faz-se necessário relativizar a noção de tempo nas trajetórias apresentadas, pois este tempo narrado é diferente de um período linear de sequência cronológica. É necessário afastar-se, como diz Pierre Bourdieu, da *ilusão biográfica*:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é como uma narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda a tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (Bourdieu, 2008:76).

Nessa lógica, as trajetórias são “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) em um espaço ele próprio um devir e submetido a transformações incessantes” (Bourdieu, 2008:81). Sabemos ainda que as narrativas dos sujeitos sobre suas próprias trajetórias apresentam-se como estratégias discursivas, ou seja, “é difícil reconstruir (...) para construir uma narrativa que daria sentido a uma situação sem sentido” (Langdon, 1993:157).

Gilberto Velho (2003) contribuiu para as análises de trajetórias na medida em que buscava entender processos sociais a partir de diferentes combinações individuais. As demandas de sujeitos produzem assim, transformações, metamorfoses. “A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto em que diferentes ‘mundos’ ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito” (Velho, 2008:36). Essas transformações são resultado de várias implicações que envolvem as ações dos sujeitos e os submetem a novos cenários e horizontes. Nesse sentido, o conceito de projeto, pode nos ajudar a compreender as ações que permitem um campo amplo de possibilidades, sempre movidas com intuito de atingir objetivos específicos, mas de natureza relacional:

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades. Os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente (Velho, 2003:50).

Nesse sentido “os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos” (Velho, 2003:46). Embora o autor esteja analisando casos sociais bem diferentes dos apresentados nesta pesquisa, essa dinâmica de interação, contextualizada aqui com os *moradores de rua*, provoca uma busca por compreender se existem planos, projetos que foram interrompidos ou submetidos a novas lógicas do viver na rua. Não obstante, permite perceber a dimensão relacional das visões de mundo dos sujeitos e de suas noções de liberdade. Vale destacar que a “rua” apresenta trajetórias diversas, em um universo heterogêneo. Buscando mostrar como os moradores de rua constroem conceitos, categorias e interpretações de mundo, Mariana Martinez (2012) nos lembra da multiplicidade presente nesse contexto:

O universo da rua é múltiplo não apenas pela diversidade de perfis, histórias e condições de vida, mas, também, porque uma mesma pessoa pode mudar repetidas vezes. A mudança numa trajetória de rua é provocada quando os vínculos num território são feitos ou desfeitos. Assim, também as diferenciações entre os sujeitos

que vivem nas ruas ocorrem a partir do tipo de movimento que realizam. (Martinez, 2012:03).

Na pesquisa etnográfica aqui apresentada, as narrativas dos meus interlocutores serviram para compreender as implicações e motivações pelas quais os sujeitos passaram a viver na rua. Ao fazerem, configuraram práticas que ultrapassavam as dimensões de meras experiências tornando-se modos de vida, visões de mundo, gerências de si. Além do mais, o termo *morador de rua* é usado não somente por existirem pessoas que assim se autodenominam, mas também para marcar uma oposição à narrativa da “rua” não habitada. Assim sendo, as diversas formas de vidas circulantes, existentes no processo de habitação da rua, nômades urbanos, andarilhos, etc., complexificam e compõem o fenômeno da rua habitável.

Os nomes das interlocutoras e interlocutores da pesquisa foram alterados, com o cuidado de que nenhuma das situações narradas proporcione alguma exposição ou constrangimento¹⁰. Devo ainda explicar ao leitor algumas opções de formatação do texto: utilizo o itálico para destacar categorias e frases dos próprios *moradores de rua*. Já para me referir aos termos das políticas públicas ou da bibliografia de maneira geral, recorro ao uso das aspas. Outrossim, as fotografias são usadas aqui para, além do diálogo com as análises dissertativas, potencializar ao leitor uma maior compreensão do contexto de pesquisa, vislumbrando um pouco mais dos cenários percebidos por mim e assim percebendo-as também como um canal de comunicação cultural.

Esta dissertação é composta de quatro capítulos: no primeiro, HABITANDO A RUA, procuro trazer uma contextualização do campo de pesquisa e do tema trabalhado, da historicidade da cidade, da dinâmica social e migratória que envolveu a sua construção, e também do desenvolvimento da temática discursiva da habitação da rua como um problema social e sócioantropológico, além de buscar apresentar alguns dados oficiais sobre a população de rua no Distrito Federal e no país; o surgimento de políticas públicas especializadas no contexto nacional e local. O segundo capítulo, FAZER FAMÍLIA, busca compreender suas relações afetivas nas ruas, suas constituições; a negociação com laços consanguíneos e não consanguíneos, a convivência cotidiana, troca e consumo de substâncias, a dimensão do *fazer* relações, de *fazer* família. No terceiro, FAZER CIDADE, procuro entender a relação das

¹⁰ Decisão tomada porque não cheguei a negociar com todas e todos, embora muitos optassem por seus nomes reais e outros não, e muitos recusassem, por exemplo, fotografias (todas usadas nesse trabalho foram consentidas). Nesse sentido, optei pelo uso fictício dos nomes para falar das pessoas com quem convivi.

peças e os espaços, na circulação, na lógica da mobilidade, na agência de si e dos espaços, e em sua correlação; a cidade que é feita em circuitos individuais e relacionais; na produção material, criativa, da composição estética e cultural da cidade, e sua implicação em questões mais amplas, conflituosas, nas concepções de cidade. No último capítulo, FAZER TRABALHO, discuto as noções próprias de *trabalho* da ou na rua, por meio do *vigiar* carros estacionados, *pedir*, vender doces e frutas, e *catar* latinhas; na sua dimensão de *luta* diária, como um mecanismo de combate à estereótipos e, claro, também como meio de conquista da própria condição de exercer atividades para o sustento de si.

CAPITULO 1

HABITANDO A RUA: CONTEXTUALIZANDO O UNIVERSO DE PESQUISA

Nesse capítulo procuro trazer um panorama do contexto de pesquisa, da historicidade de Brasília e do tema trabalhado, levando em consideração o surgimento das políticas públicas especializadas (Brasil, 2009), da existência de diversas perspectivas conceituais, dos processos de urbanização e habitação da rua. A intenção é entender o curso histórico da questão da rua habitável como um problema social e sócio-antropológico. Além do mais, a partir da literatura especializada e dos dados oficiais obtidos na primeira pesquisa nacional sobre “População de Rua” no país (Brasil, 2008), procuro entender o fenômeno da habitação da rua em sua pluralidade de fatores, de trajetórias, da existência de migração em pequena e larga escala, de nomadismo urbano, da circulação entre espaços tão importantes e significantes na cidade como a rua e a casa¹¹. Embora não contemos com dados oficiais atualizados acerca da população de rua do Distrito Federal, discutiremos a partir de seus últimos levantamentos (Gatti & Pereira, 2011) algumas informações relevantes para uma compreensão melhor da habitação da rua em Brasília.

Brasília ontem e hoje: fluxos migratórios e múltiplas habitações

A Capital Federal foi desde a sua concepção um marco na história do planejamento urbano no país. Era um projeto de forte contexto político, econômico e social. Para a sua construção, como bem destacou Gustavo Lins Ribeiro em “O capital da esperança” (2008), estimulou-se, por parte do estado e da iniciativa privada, o fluxo de trabalhadores para o território de construção da nova sede administrativa do país, e nesse contexto:

O surgimento de uma grande obra acaba atraindo números crescentes de trabalhadores. As viagens para a área eram estafantes e basicamente feitas em transportes precários como caminhões pau-de-arara. Até Anápolis, Goiás, podiam-se chegar em trens superlotados sem condições de higiene e alimentação. Por causa do estado de relativo isolamento do território da construção, o tempo gasto nos percursos poderia variar de dezesseis dias desde o distante Ceará, por exemplo, até, em época de chuva, cinco dias da próxima Goiânia (antes de ser inaugurada em 30 de junho de 1958 em uma estrada asfaltada) (Ribeiro, 2008:76).

¹¹ Questão que será tratada, exemplificada com casos mais específicos, no segundo capítulo desse trabalho.

À época, havia fluxos diferentes de migração de trabalhadores, um deles dizia respeito à trabalhadores organizados, por meio da chegada, recrutamento e seleção mediada por empresa particular e órgão do governo, e outro era por meio de pessoas que se dirigiam individualmente, com intenções subjetivas, sem um aliciador de mão-de-obra (Ribeiro, 2008:78). Esse segundo fluxo teria sido predominante nos primeiros momentos da construção da cidade. Além do mais, a dinâmica entre ser solteiro e ter família longe, e da vinda de familiares para as áreas de construção, foi crucial para o desenrolar de conflitos de interesses, ou seja, as “invasões”, ou moradias regulares – na Cidade Livre¹² –, se envolviam em uma constante repressão à presença de famílias frente à subordinação dos trabalhadores a um intenso ritmo de trabalho:

Os administradores da obra procuram ajustar as características da força de trabalho às necessidades da produção por meio de mecanismos diversos que passam pelas formas de moradia em alojamentos coletivos, a repressão ao operariado realizada por uma polícia violenta, a preferência por trabalhador sem família e outros mecanismos. A família estabelece um universo cotidiano para o indivíduo no qual pode desligar-se do poder imediato do controle sobre sua vida exercida pelo patrão ou por seus intermediários. Assim, ela não é interessante para uma forma de produção que requer uma subordinação quase total do trabalhador (Ribeiro, 2008:103).

A análise de Gustavo Lins Ribeiro demonstra como essa primeira dinâmica, dramática e desafiadora, foi crucial para o desenrolar dos processos de urbanização que a cidade de Brasília e seu futuro entorno sofreriam, destacando a relação de forças de interesses individuais (familiares), privados (empresariais) e estatais. Nesse sentido, tanto a dinâmica das relações de trabalho quanto as das relações familiares, de alojamentos, moradias, faziam parte desse momento importante da fecundação da cidade.

Corroborando com essa análise histórica, de perceber e entender os diferentes agentes que configuraram a urbanização da cidade de Brasília, Aldo Paviani em “Brasília a metrópole em crise” (2010) destacou dois aspectos muito trabalhados nas pesquisas desses multivariados processos de constituição de uma grande cidade. Para este autor, as metrópoles se expandem sob ação do Estado, das empresas imobiliárias e usuários de imóveis, e assim, Estado e demais agentes (empresas e indivíduos) formam essas duas grandes forças da urbanização (2010:33). Nesse sentido, diferentes segmentos da sociedade moldam o quadro urbano. Paviani destaca ainda que o Estado se apresenta como o grande agente, em razão dos diversos organismos e instituições, não somente como grande centralizador, mas como o foco de inúmeras pesquisas, e nessa realidade os demais agentes seriam menos estudados como atores do processo de

¹² A Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirantes, foi fundada em 1956 pela NOVACAP I (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) com o principal objetivo de atender aos trabalhadores da construção civil. Era o ponto de chegada onde os migrantes se instalavam.

crescimento urbano. Demonstrando a relação de interesses de controle do Estado por parte das elites, assim como de uma relação preferencial do aparelho estatal com o setor privado, maximizando o uso econômico dos espaços, em detrimento dos interesses sociais mais gerais, da maior parte da população, por não levar em conta as diferentes relações sociais existentes, as pluralidades possíveis e constantes dos espaços públicos.



Figura 1. Inauguração da Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, construída para abrigar os trabalhadores oriundos de outras regiões do país, durante a construção de Brasília. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Nessa constante dinâmica de interesses e relações de forças em que se constroem a cidade de Brasília, a segregação espacial torna-se um fator importante e preponderante das demarcações territoriais, de mobilidade e consumo. A partir dessas análises, podemos pensar que, embora a cidade de Brasília tenha um planejamento diferenciado em seus aspectos arquitetônicos de conceituação modernista, esta não estaria longe dos aspectos presentes nas diferentes metrópoles do mundo, em que o movimento capitalista configura nessas cidades a lógica da concentração, do consumo, do poder econômico e político. E nesse sentido, a especulação imobiliária de Brasília acompanha todo o seu processo histórico de expansão urbana.



Figura 2. A construção de Brasília, de 1958 a 1960, acervo fotográfico do GDF.

Sobre esse aspecto da espaço imobiliária, principalmente do entorno de Brasília, do surgimento de suas assim chamadas cidades satélites, Patrícia Colela Doyle (1996) chama atenção para o fato da construção de Brasília ter se dado em um exato momento de grande efervescência da transferência das populações do campo para as cidades, e, segundo ela, “embora se tratasse de uma cidade “tida como planejada”, antes mesmo de sua inauguração a escassez e a precariedade das moradias eram uma constante” (1996:116).

Para Doyle (1996), o fator da intensa rotatividade das famílias nos loteamentos, mesmo que depois de pouco tempo de instalação de determinada área e sua relação com a comercialização de moradias, são questões importantes para se entender o processo de amplitude da questão habitacional na comercialização de moradias populares. Em sua análise, ressalta que a construção da cidade de Brasília sempre foi envolvida com a carência habitacional, assim como na intensa migração de diferentes partes do país para a região de construção, intensificada com a chegada de um imenso contingente de nordestinos em 1958, e nesse contexto, nas instalações da Cidade Livre, agravou-se a carência habitacional. Contudo, destacou que:

Apesar de o plano piloto estar praticamente desocupado, os mais pobres nunca puderam residir ali em moradias regulares. Há um equívoco quando se afirma que o plano de Lúcio Costa previa que “pobres” e “ricos” morariam próximos. Na verdade, houve oferta de residências no Plano Piloto para funcionários públicos de menor remuneração. Contudo beneficiou poucos servidores, porque o número de imóveis disponíveis para esse fim era restrito (Doyle, 1996:117).

As cidades de Taguatinga (DF) e Ceilândia (DF) posteriormente, foram criadas com o intuito de suprir essa carência, mas também, segundo a mesma autora, de afastar os pobres para áreas longínquas, a muitos quilômetros do centro e uma da outra (1996:119). Outro fato interessante de sua análise, destaca que uma grande parcela da sociedade fora “excluída das benesses da urbanização”, enfrentando as habitações como mercadorias cada vez mais caras e inacessíveis:

O fato de Brasília ser uma cidade ‘tida como planejada’ não impediu nem tampouco minimizou o problema. Pelo contrário: aqui a segregação espacial é bem mais visível do que em outras metrópoles nacionais. São muitos quilômetros separando o centro da periferia. O fato de terras urbanas em expansão, em Brasília, serem monopólio do Estado não redundou em uma distribuição mais equânime e justa. A Terracap norteia-se pelas leis de acumulação do capital, ao reter e controlar os lotes, visando maior lucro (Doyle, 1996:129).

Se por um lado a autora parece fazer um questionamento sobre a relação de planejamento e o não alcance de uma forma mais democrática nas repartições e usos dos espaços, por outro o planejamento pode ser o maior produtor dessa desigualdade. O que chama atenção em sua análise é o fato do Estado atuar de forma semelhante à iniciativa privada usando sua exclusividade e ações de planejamento como instrumento de constante especulação imobiliária.

José William Vesentini (1996), em “A capital da geopolítica”, ao discutir o espaço urbano da nova capital, destaca que as cidades satélites, à época, já detinham a maior mão de obra do Distrito Federal, e que já movimentavam o Plano Piloto. Ao demonstrar a correlação de existência histórica e comercial que estas teriam em relação ao Plano Piloto, afirma que os quadros da divisão técnica e social do trabalho, característico da estrutura capitalista, eram de um contingente numericamente bastante superior à desta última área, a exemplo, pedreiros, motoristas, auxiliares de escritório, serventes, encarregados da segurança, balconistas, etc. E nesse sentido, salienta que:

Brasília, dessa forma, é uma só cidade, do Plano Piloto às cidades-satélites. Mas os mecanismos de segregação espacial que operam nas demais cidades do país, onde as diferenças socioeconômicas a nível territorial existem mas não são tão evidentes assim, já que nelas o edifício luxuoso convive com frequência ao lado dos cortiços ou das favelas, em Brasília são mais acentuados: eles já foram dados de princípio, desde a concepção e a edificação da cidade (Vesentini, 1996:145).

Era uma espécie de segregação espacial planejada. Além de destacar essa especificidade da urbanização de Brasília em relação às demais cidades grandes brasileiras, mostra que, embora as cidades satélites não estivessem previstas no plano original de Brasília, muitas delas

surgiram antes mesmo da inauguração da nova capital¹³. As cidades do entorno e o Plano piloto eram resultados desse “evento” histórico brasileiro, dessa grande dimensão maior, da cidade de Brasília.



Figura 3. mapa com as atuais regiões administrativas, as cidades satélites do Distrito Federal/GDF

Cristina Patriota de Moura (2012), destaca que Brasília é uma “cidade de muitas cidades”, que embora o projeto utópico impulsionado pelo Estado jamais tenha se realizado plenamente, a ruptura modernista como valor está presente. Segundo esta autora, esse valor foi e continua sendo “as motivações de diferentes agentes em múltiplos tempos e espaços, em incessante processo de expansão e complexificação das tramas urbanas” (2012:212). Sobre a especificidade de organização urbana e conceitual da cidade de Brasília, destaca que:

Até hoje, a depender da situação, Brasília se confunde com o Plano Piloto – nome que, de descrição técnica, passou a designar um “lugar” vivido, sentido e significado de forma plural. Mas Brasília pode também abarcar múltiplas “cidades”, algumas outrora denominadas satélites, outras nascidas como “regiões administrativas” ou “setores habitacionais”. Em algumas dessas localidades há moradores que se vinculam aos espaços urbanos através do compartilhamento de rótulos identitários, memórias e projetos coletivos. Há nomes que suscitam estereótipos e remetem a formas de

¹³ Regiões administrativas e suas datas de criação: Brasília, 21 de abril de 1960; Gama, 12 de outubro de 1960; Taguatinga, 5 de junho de 1960; Brazlândia, 5 de junho de 1933; Sobradinho, 13 de maio de 1990; Planaltina, 19 de agosto de 1859; Paranoá, 25 de outubro de 1956; Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1956; Ceilândia, 26 de março de 1971; Guará, 21 de abril de 1969; Cruzeiro, 30 de novembro de 1959; Samambaia, 25 de outubro de 1989; Santa Maria, 10 de fevereiro de 1990; São Sebastião, 25 de junho de 1993; Recanto das Emas, 28 de julho de 1993; Lago Sul, 10 de janeiro de 1964; Riacho Fundo, 13 de março de 1990; Lago Norte, 1 de janeiro de 1964; Candangolândia, 27 de janeiro de 1956; Águas Claras, 8 de abril de 1992; Riacho Fundo II, 6 de maio de 1994; Sudoeste/Octogonal, 6 de maio de 1989; Varjão, 6 de maio de 1970; Park Way, 29 de dezembro de 1961; SCIA, janeiro de 2004; Sobradinho II, 27 de janeiro de 2004; Jardim Botânico, 31 de agosto de 2004; Itapoã, 3 de janeiro de 2005; SAI, 1 de janeiro de 2005; Vicente pires, 26 de maio de 2008; Fercal, 11 de setembro de 1956. Fonte: [Companhia de Planejamento do Distrito Federal, uma empresa estatal do Distrito Federal, criada em 1964, pela Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964 com o nome de Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN](http://www.codeplan.df.gov.br/). <http://www.codeplan.df.gov.br/> acesso em: 22/12/2017.

sociabilidade e expressividade específicas, como o *rap* – mas também o repente – da Ceilândia, o samba do Cruzeiro, as torcidas de futebol do Gama. Há outros que evocam estigmas e imagens de pobreza e crescimento desordenado e ainda outros que pretendem ser apêndices de áreas valorizadas como símbolos de distinção, como os condomínios do Lago Sul. Há também composições como os condomínios de classe média baixa que combinam ideopaisagens de ordem e desordem e embaralham categorias (Patriota de Moura, 2012:213).

Como bem destacou, há nessas “cidades” um pluralismo cultural, de especificidades históricas, e também arquitetônicas, haja vista o compacto de arranha-céus de Águas Claras. Em outras áreas predominam os condomínios, ou residências mais clássicas de casas sem muros, com relação direta com a rua, etc. Ainda, segundo Patriota de Moura:

Nem todas essas áreas se pretendem “cidades” com contornos definidos, fronteiras delimitadas ou centros gravitacionais fixos, mas todas aspiram à qualidade de “cidade”, no sentido que lhes confere dignidade urbana, reconhecimento moral – mas raramente legal – e participação política. Ser “cidade”, em Brasília, é, ao mesmo tempo, uma condição material e moral, restrita e difusa. Há geógrafos que definem Brasília como uma “metrópole polinucleada” que abrange todas as zonas urbanas situadas no DF e todos os municípios goianos limítrofes (Paviani, 2010). A Constituição Federal, por sua vez, diz que a capital é indivisível, sendo ao mesmo tempo Brasília (Patriota de Moura, 2012:2013).

Essa correlação e oposições de sentidos, das diversas concepções da cidade, parecem conviver paralelamente, como uma das características da cidade de Brasília, na sua totalidade pluralista. Brasília seria então essa metrópole de múltiplas sociabilidades, significados, convergentes ou destoantes, presentes na sua teorização, mas também no cotidiano das pessoas, nas diversas narrativas do mais variados sujeitos, nas matérias jornalísticas, etc. O Plano Piloto aparece como a cidade de Brasília, interligada com as demais cidades de seu entorno, as também Brasília se apresenta como esse conjunto, todo o Distrito Federal.

Essa pluralidade de habitabilidades do processo de expansão urbana de Brasília, também reúne diversos fluxos de trabalho, presentes, como já observamos, desde sua fundação, seja das “cidades” do entorno para o Plano Piloto, seja dessas em relação a si mesmas, com os diversos centros comerciais existentes no Distrito Federal, nas diversas modalidades de trabalho existentes entre e em relação à estas. Fortemente marcada pelo funcionalismo público, ela também reúne diversas outras formas de trabalhos, formais e informais, dos mais altos escalões administrativos às mais simples atividades cotidianas que envolvem a cidade.

Segundo Marcel Bursztyn e Carlos Araújo (1997), ao falarem desse processo de urbanização que envolveu o Distrito Federal, a capital do país ainda está no imaginário popular como a cidade da esperança. A distribuição de lotes só veio reforçar, segundo eles, este mito, aumentando ainda mais o fluxo migratório para Brasília. Surgiu, segundo os autores, um novo candango,



Figura 4. Catador de papel nas ruas de Brasília, 2007. Fotografia: Antônio Cruz/Agência Brasil.

que não mais constrói a cidade e nem encontra emprego na máquina administrativa do Estado. A nova realidade da expansão urbana da cidade refletia na dura realidade cotidiana da sobrevivência num centro urbano onde as oportunidades no mercado de trabalho formal se estreitam cada vez mais. Destacam ainda que as pessoas foram motivadas a saírem de suas terras por conta da escassez, da fome, e procuram Brasília em busca de uma situação melhor. Entretanto, encontraram uma realidade dura de vida. Salientam ainda que os migrantes que chegaram, que viviam nessa nova grande área urbana, de agricultores, passam a ser catadores de lixo, sustentam seus filhos com os despojos da população de consumidores. Destacando que suas dignidades e amor próprio estavam ameaçadas. Moram debaixo de pontes, quando conseguem lugar; senão, instalam-se onde podem. Nesse sentido afirmam que:

Quem vive no Distrito Federal poderia gabar-se, de acordo com os dados gerais, de viver em uma Unidade da Federação comparável a países de primeiro mundo. No mundo da estatística, o brasileiro (nato ou morador) desfruta de um alto grau, em média, de qualidade de vida. Contudo, qualquer quadro geral precisa ser visto com cuidado, principalmente quando se trata de um quadro estatístico. Nem todos os detalhes e nuances da realidade podem ser retratados por estatísticas gerais. A realidade é sempre mais complexa do que os números. No caso brasileiro, isso se torna mais que evidente. O Brasil é, definitivamente, o país dos contrastes. Sua capital não foge a essa norma. Que os habitantes do Distrito Federal gozam de um bom nível médio de qualidade de vida, não há dúvida. Contudo, também, não há dúvida de que Brasília convive com bolsões de miséria (Bursztyn & Araújo, 1997:23-24).

Eram as condições em que o processo de urbanização intenso empurrava a cidade. Em seu momento mais atual, segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE/2010)¹⁴, 95,5%

¹⁴ Os dados fazem parte do estudo "Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil", e elaborado com base no Censo Demográfico de 2010. O "arranjo populacional" do DF reúne a capital federal e os municípios goianos de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Luziânia, Mimoso, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf> Acesso em 22/12/2017.

da população do Distrito Federal e nas maiores cidades do entorno estão em área urbana. Além do mais, sobre o fluxo entre essas cidades, o instituto afirma que 199,4 mil pessoas se deslocam diariamente entre uma cidade e outra, dentro dessa área, principalmente com as finalidades de estudo e trabalho. O "arranjo populacional" do DF, segundo o IBGE, reúne a Capital Federal e os municípios goianos de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Luziânia, Mimoso, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso. Somadas, as cidades têm uma população total de 3.380.644 moradores. O Distrito Federal respondia por 76% desse número, com 2.570.160 habitantes, segundo os dados de 2010¹⁵. Ainda segundo a pesquisa, diariamente, quase 200 mil pessoas das principais cidades do Entorno se deslocam para trabalhar ou estudar no Distrito Federal. Os maiores contingentes deslocam-se de Águas Lindas (45.028), Valparaíso (37.442), Novo Gama (28.184) e Luziânia (24.971).

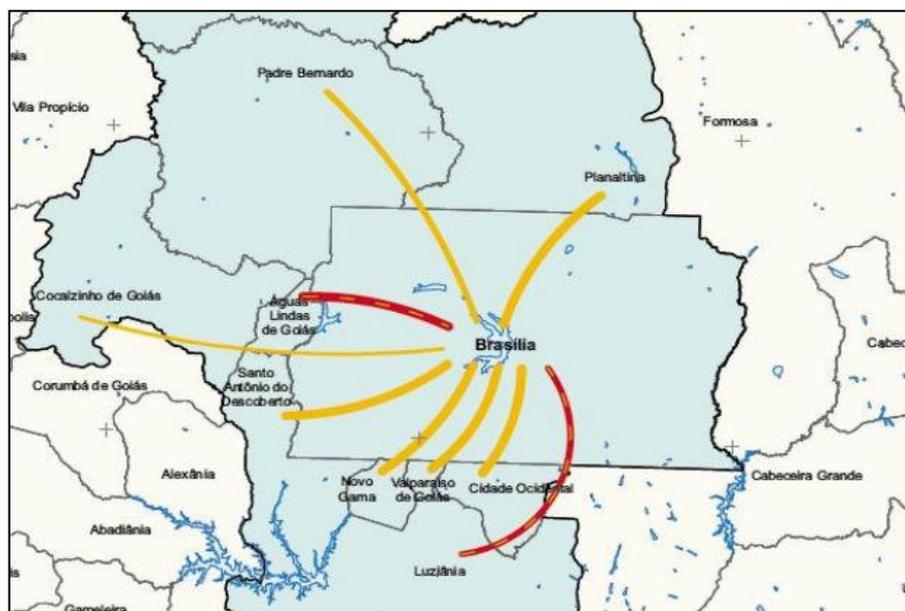


Figura 5. Linhas indicam as rotas de maior fluxo diário de pessoas no arranjo populacional do DF. A linha em vermelho em cima, de Águas Lindas de Goiás, e em baixo, de Luziânia, como um dos maiores fluxos. (Foto: IBGE/2010.Reprodução).

Como observado, além dos já apontados fluxos e relações existentes dentro de Brasília, entre as cidades satélites e estas em relação ao Plano Piloto, existem também significantes fluxos das cidades do entorno do Distrito Federal. Se por um lado, existem fluxos para estudo e trabalho, como maior fator, por outro lado existe também uma diversidade de formas de

¹⁵ O número agregado coloca o arranjo do Distrito Federal como o maior do Centro-Oeste, e o sétimo no ranking nacional. Segundo o IBGE, apenas os arranjos de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (BH), Recife (PE), Porto Alegre (RS) e Salvador (BA) tinham população superior.

trabalho existentes, sejam formais ou informais¹⁶. São trabalhadores do funcionalismo público, privado, das grandes, médias e pequenas organizações comerciais, mas também são trabalhadores da mão de obra da construção civil, de prestação de serviços diversos, além de uma grande demanda de vendedores ambulantes, artistas de rua, catadores de materiais recicláveis, etc. Outro fluxo muito interessante que ocorre na cidade, é o de famílias que se deslocam dos mais diversos pontos, sejam das ditas cidades satélites ou das do entorno do Distrito Federal, para as grandes e pequenas vias das asas norte sul do Plano Piloto. Fenômeno presente principalmente nos meses que finalizam os anos.



Figura 6. Família acampada em uma via da Asa Norte.¹⁷

A cidade também é conhecida pelas suas grandes concentrações de movimentos sociais que se deslocam principalmente para a eixo monumental e acampam em dias, semanas ou meses em mobilização. São movimentos sindicais, sociais, do campo e da cidade, entre os mais conhecidos, temos o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Central Única do Trabalhadores (CUT), e movimentos mais atuais, como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), sobre o qual discorrerei no tópico a seguir.

¹⁶ Sobre essa questão, a partir da pesquisa de campo, buscarei discutir algumas dessas formas de trabalho existentes entre moradores de rua.

¹⁷ Segundo reportagem do "Correio Brasiliense", em 2017, a Agefis realizou 51 desocupações na capital. Fonte: http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/12/10/interna_cidadesdf,646795/no-plano-piloto-o-maior-numero-de-invasoes-esta-localizado-na-asa-nor.shtml

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2016), Brasília conta com 2.977,216 habitantes, sendo a terceira cidade mais populosa do país. Brasília é também a quinta concentração urbana mais populosa do Brasil. A cidade possui o maior produto interno bruto *per capita* em relação às capitais brasileiras (69 216,80 reais). Em 2010, quando completou seus 50 anos, seu índice de desenvolvimento Humano era de apenas 4,35%. Brasília também caracteriza-se pela sua desigualdade social, sendo a quarta área metropolitana mais desigual do Brasil e a décima sexta do mundo, segundo um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas¹⁸.

Moradores, habitantes ou população de rua: a construção do tema no Brasil

No campo de conhecimento sobre as formas de ocupação da rua, permanece uma concordância que os estudos sobre “População de Rua” no Brasil sejam recentes. Segundo Delma Pessanha Neves (2010), os primeiros estudos começaram sistematicamente a surgir a partir de 1975, vinculados à questão do “menor abandonado”, “meninos e meninas de rua” e depois “crianças e jovens em situação de rua”. Marcados pela ênfase na marginalidade e na precariedade, os textos buscavam compreender o cotidiano da rua, nos lixões e nas grandes sucatas, tecendo considerações sobre a degradação, a precariedade e a questão do acolhimento (Ferreira, 1979; Arruda, 1983; Carvalho, 1989; Silva, 1990; Leite, 1991). Durante a década de 1980 e início de 1990, os estudos passaram a vincular também à categoria “mendigo”, uma onomástica social com forte apelo moral que se referia àqueles que vasculhavam e/ou trabalhavam em lixões; sujeitos também enquadrados como ‘maltrapilhos’ e, por vezes, encarados como sobreviventes de uma degradação social extrema (Stofells, 1977; Neves, 1983; Di Flora, 1987; Pires, 1988).

Daniel De Lucca (2007), ao analisar a construção histórica que define o fenômeno da habitação da rua enquanto uma questão social, afirma que a demanda por interesse sobre o termo “mendigo” vai desaparecendo a partir da década de 1990. Neste sentido, o autor explica que “o termo População de Rua é bem recente, antes, predominava mesmo a imagem do mendigo, que carregava em si a culpa do próprio fracasso moral” (De Lucca, 2007:17). Ainda ao longo da década de 1990, houve uma intensificação de pesquisas em torno do morar na rua. Um momento de grande efervescência para a discussão e, sobretudo, com forte apelo para uma

¹⁸ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/especial/2010/brasil-50-anos/2010/04/15/brasil-contrasta-riqueza-e-desigualdade-apos-quase-50-anos-de-existencia.jhtm>

“solução do problema” (Domingues Junior, 2003), pois os mais diversos segmentos políticos e acadêmicos da sociedade estavam interessados na busca de indicadores sociais que acercassem explicativamente o fenômeno:

Ao mesmo tempo em que aumenta o número de pessoas vivendo nas ruas, todo um conjunto de atores coletivos, ONGs, entidades religiosas, organismos estatais e figuras políticas e intelectuais, começam a entrar em conexão e concorrência pela definição e delimitação do que é população de rua, como se deve tratá-los, quem deve tratá-los, quais técnicas adequadas de tratamento, quem deve falar para eles, por eles e sobre eles, e qual o papel de cada um destes agentes em tal dinâmico contexto (De Lucca, 2007:18-19).

Durante a década de 1990, houve ainda a intensificação nas abordagens aqueles que habitavam o espaço público das cidades. A mobilização em torno do tema ocasionou uma forte prática discursiva na luta pela garantia de direitos e em um engajamento que buscava categorias capazes de demarcar limites e classificações – evidente, sobretudo, no surgimento de especialistas sobre o assunto. Intensificaram-se notícias em jornais e periódicos onde se destacavam ONGs e grupos religiosos envolvidos nos “resgates” dessas pessoas (De Lucca, 2007). As políticas públicas surgem, dessa forma, em meio a um conjunto de medidas que se configuram como práticas discursivas em torno dos moradores de rua. Nesse mesmo período histórico, ações governamentais de remoções compulsórias de pessoas e grupos, faziam parte de grandes debates acadêmicos, televisivos, que questionavam ou apoiavam a retirada dessas pessoas das vias, praças e demais espaços públicos das grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro. Outras ações de repressão, eram realizadas, e em alguns contextos e cidades continuam existindo, por parte de agentes policiais que enquadravam as pessoas na chamada “lei da vadiagem”¹⁹.

Essa efervescência discursiva, entre outros parâmetros, fundamentava-se na argumentação de que era inconcebível que alguém morasse na rua, que a rua era um lugar impróprio para a dignidade da vida, por vezes apontado como insalubre, como lugar de abandono e de violência – pois “além de atrapalhar a circulação e gerar insegurança entre os transeuntes, morar na rua também é uma prática juridicamente inaceitável, já que por lei todos temos direito à moradia” (De Lucca, 2007:19). Existiam, portanto, práticas gerenciais para um controle social do “problema”. As questões voltavam-se à falta da moradia, e, portanto, não se

¹⁹ A definição de vadiagem e a sua punição estão previstas num artigo da Lei de Contravenções Penais, instituída por decreto em 3 de outubro de 1941. Leia mais: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298#ixzz52310WL8N>

falava sobre outros modos de habitação nos quais a casa não fosse o parâmetro da argumentação.

Luciano Oliveira (2012) ao analisar como têm sido produzidos e gerenciados tais dispositivos em contexto contemporâneo, afirma que as mudanças ocorridas nas práticas de atendimento à moradores de rua influencia diretamente no cotidiano dessas pessoas, sobretudo na forma como estes se organizam na cidade. Nesse sentido, buscava-se a construção de oportunidades, o consenso das oportunidades, destacando que existiram iniciativas de combate à pobreza:

Os pobres transformam-se em sujeitos ativos, protagonistas da mudança social, envolvendo o desenvolvimento de suas capacidades estratégicas. Nessa perspectiva, desenvolvem-se também as ideias de participação e empoderamento dos pobres (beneficiários), bem como a exigência de resultados, mensuração de impactos e a profissionalização das relações com os atores envolvidos e o fortalecimento da sociedade civil (Oliveira, 2012:29).

Segundo este mesmo autor, havia um interesse claro de não permitir que sujeitos fossem compreendidos como apáticos ao processo de desenvolvimento do país, dessa forma os “moradores de rua” eram pensados a partir de uma reinserção no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as políticas públicas se configuravam como um controle da pobreza, sem deixar de corresponder a interesses econômicos. Não obstante, havia uma busca por conhecer mais sobre a vida particular destes indivíduos ou sujeitos, ação que se desenrolou em pesquisas de instituições estatais e não governamentais (ONGs). Entretanto, os resultados de tais pesquisas e a dinâmica de construção de organizações surgem articulados também pelos próprios sujeitos (como nos Encontros Nacionais Sobre População de Rua²⁰), que acabam influenciando nos resultados e objetivos das políticas públicas nacionais, sobretudo com o surgimento do Movimento Nacional da população de Rua – MNPR, em 2012.

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) se constituiu a partir de um forte apoio das instituições religiosas e entidades filantrópicas, como parte da pressão dos movimentos sociais e da sociedade civil para que o Estado produzisse políticas públicas para atendimento a este segmento – sobretudo em nível nacional. A Pastoral do Povo de Rua²¹ da cidade de São Paulo, além das primeiras pesquisas nesta mesma cidade, foi fundamental para a

²⁰ O I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua ocorreu em 2005 na cidade de Brasília e o II em 2009 na mesma cidade. O I Congresso Nacional do Movimento da População de Rua foi realizado na cidade de Salvador (BA) em 2012; o III Congresso foi realizado em maio de 2014, em Pontal do Paraná (PR). Dados do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: www.mds.gov.br.

²¹ As ações da Pastoral podem ser acompanhadas pelo site: <http://www.arquisp.org.br/multimidia/videos/pastoral-do-povo-da-rua>.

organização ampla de um movimento social que buscava, além de um atendimento para os moradores de rua da capital paulista, a criação das políticas públicas nacionais. Neste contexto, teve destaque o Movimento “O Grito dos Excluídos”²², que iniciou em 1995 e foi realizado todos os anos no mês de setembro nas cidades onde a Pastoral Social da Igreja Católica atuava. Esta iniciativa, com o apoio de outros movimentos que somavam força, levou a algo maior – hoje o então Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua - que objetiva dar visibilidade àqueles que vivem nas ruas, destacados como vivendo as margens das políticas, dos direitos e da proteção social. O Encontro serve como força e pressão junto às autoridades, para cobrar ações que proporcionem atendimento cada vez mais específico à “População de Rua”, por parte do Poder Público.

Nesse contexto, a cidade de São Paulo foi umas das primeiras cidades brasileiras a realizar pesquisas censitárias junto à “População em Situação de Rua”, assim como a realizar o I Seminário Nacional sobre “População de Rua” em 1995, por intermédio de sua Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, em parceria com a Organização do Auxílio Fraternal (OAF)²³ e entidades filantrópicas que trabalhavam com a “População de Rua”, além da forte participação de representantes da sociedade civil organizada e de intelectuais (Domingues Junior, 2003). Esse encontro foi fundamental para a consolidação de uma agenda de lutas até a aprovação da Política Nacional em 2009. Nesse período, também houve as lutas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR²⁴), que ajudaram a dar mais visibilidade ao tema da rua, além de terem sido fundamentais para a organização de um movimento específico da “População de Rua” - o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Vale destacar ainda, o Festival Lixo e Cidadania, ocorrido em 2004 na cidade de Belo Horizonte (MG), que também foi importante para fomentar as discussões e deliberações de propostas para uma política de atenção à população de rua.

O I Encontro Nacional sobre População de Rua, que ocorreu em 2005, foi referência definitiva para a construção da Política Nacional de Atenção à População de Rua. Nesse

²² Segundo o site do grupo: “O Grito dos Excluídos é uma manifestação popular carregada de simbolismo, é um espaço de animação e profecia, sempre aberto e plural de pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos. O Grito é uma descoberta, uma vez que agentes e lideranças apenas abrem um canal para que o Grito sufocado venha a público” Fonte: <http://www.gritodosexcluidos.org/historia/> (Acesso em 20/12/2017).

²³ A Organização do Auxílio Fraternal tem caráter beneficente, sem fins lucrativos e desenvolve ações sociais com diferentes segmentos da sociedade. Fonte: <http://www.oaf.org.br/> (Acesso em 20/12/2017).

²⁴ Segundo o site do movimento, “O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um movimento social que há cerca de 14 anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância”. Fonte: <http://www.mnrc.org.br/> (Acesso em 20/12/2017).

Encontro foram discutidos os aspectos decisivos para a construção da Política Nacional, além da deliberação de uma Pesquisa Censitária por Amostragem da “População em Situação de Rua”, que ocorreu nos anos de 2007 e 2008, traçando um perfil e um número estimado desta “população” no país. Nessa ocasião também foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que discutia e reforçava a construção da Política Nacional, além de servir como forma de cobrança para a efetivação, frente ao Governo Federal, do cumprimento de uma proposta de política pública.

Desta forma, a Política Nacional para a “População de Rua” surgiu a partir da mobilização dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, com destaque para o próprio movimento social que representa esse segmento da sociedade – como o Congresso Nacional do Movimento da População de Rua – organizado pelos próprios “Moradores de Rua”, de forma mais autônoma em relação ao Estado. Entretanto, na segunda pesquisa Nacional Sobre a “População em Situação de Rua”, foi possível saber que a grande maioria dos “Moradores de Rua” (cerca de 95,5% deles) não participava de qualquer movimento social ou atividade de associativismo. Apenas 2,9% confirmaram participação em algum movimento social ou associação (Brasil, 2008). Nesse sentido, os movimentos sociais envolvidos com a temática “do morar na rua” representavam fortemente a sociedade civil organizada e em menor proporção, os próprios sujeitos em questão, logo, a “População de Rua”. Uma das medidas adotadas pelo movimento foi a de mobilizar, através de constantes congressos e abordagens nas ruas, de palestras em espaços de instituições de assistência, com a finalidade de um maior envolvimento da População de Rua em questão na construção de políticas públicas voltadas para suas realidades, que atendam os interesses dessa parcela da sociedade.

Política Nacional e Distrital para a População de Rua

O Brasil não conta com dados oficiais atualizados sobre a População em Situação de Rua. A última pesquisa nacional ocorreu em 2008. Segundo o IPEA, esta ausência prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais. Ainda segundo o IPEA, que apresenta uma estimativa da população em situação de rua no Brasil utilizando-se de dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), que leva em consideração variáveis de crescimento demográfico, centralidade e dinamismo urbano, vulnerabilidade social e serviços voltados à população de rua, bem como o

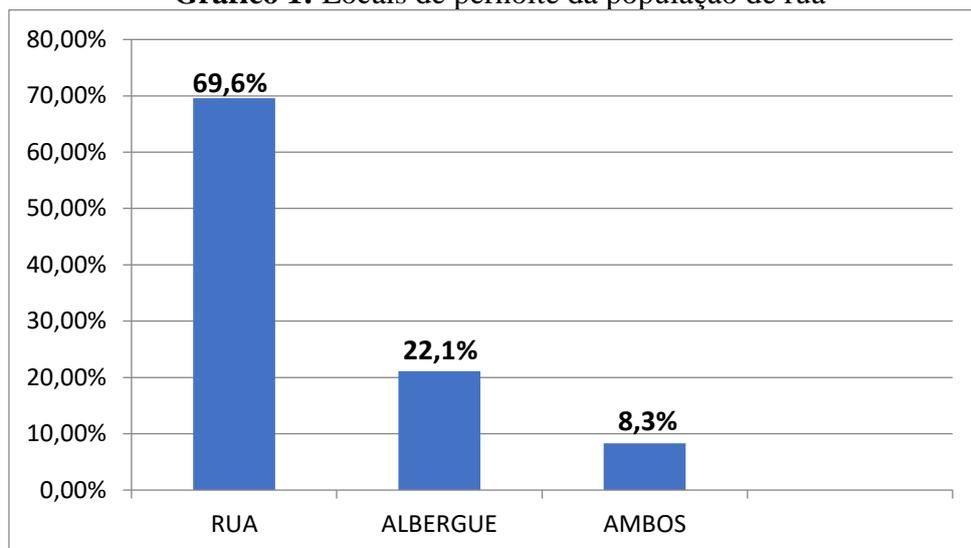
número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (Cadastro Único), estima-se que existia, em 2015, 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2009), à frente da Presidência da República, ocorreu a primeira pesquisa nacional sobre “População de Rua” no Brasil. Entre agosto de 2007 e março de 2008, foi realizada uma Pesquisa Nacional que contou com a parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A coordenação técnica ficou a cargo da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS). Segundo a pesquisa, foram identificadas 31.922 pessoas em Situação de Rua nas cidades²⁵ investigadas, vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). A pesquisa foi realizada em 71 municípios com população acima de 300 mil habitantes. Diante disso, a própria investigação reconhece que o total de pessoas vivendo na Rua no Brasil pode ser maior do que o apresentado em seus resultados (Brasil, 2008).

Os dados foram divulgados e serviram de base para o incremento às políticas públicas para as pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades brasileiras. Embora não tenham envolvido toda a realidade das pessoas que habitam as ruas das cidades do país, essas pesquisas foram importantes, pois mostraram dados interessantes sobre o modo de vida desses sujeitos, como os espaços de vivência e conseqüentemente os locais onde costumam dormir. Segundo o gráfico abaixo, podemos observar os lugares de pernoite:

²⁵ As cidades de realização das pesquisadas foram: Rio Branco (AC), Maceió (AL), Manaus (AM), Macapá (AP), Feira de Santana (BA), Salvador (BA), Fortaleza (CE), **Brasília (DF)**, Cariacica (ES), Serra (ES), Vila Velha (ES), Vitória (ES), Anápolis (GO), Aparecida de Goiânia (GO), **São Luís (MA)**, Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Juiz de Fora (MG), Montes Claros (MG), Uberlândia (MG), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Ananindeua (PA), Belém (PA), Campina Grande (PB), João pessoa (PB), Jabotão dos Guararapes (PE), Olinda (PE), Recife (PE), Teresina (PI), Curitiba (PR), Londrina (PR), Maringá (PR), Belford Roxo (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Duque de Caxias (RJ), Niterói (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), São João de Meriti (RJ), Natal (RN), Porto velho (RO), Boa Vista (RR), Canoas (RS), Caxias do Sul (RS), Pelotas (RS), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Joinville (SC), Aracaju (SE), Bauru (SP), Campinas (SP), Carapicuíba (SP), Diadema (SP), Franca (SP), Guarulhos (SP), Itaquaquecetuba (SP), Jundiaí (SP), Mauá (SP), Mogi das Cruzes (SP), Osasco (SP), Piracicaba (SP), Ribeirão Preto (SP), Santo André (SP), Santos (SP), São Bernardo do Campo (SP), São José do Rio Preto (SP), São José dos Campos (SP), São Paulo (SP), São Vicente (SP), Sorocaba (SP), e Palmas (TO). Fonte: (BRASIL, 2008).

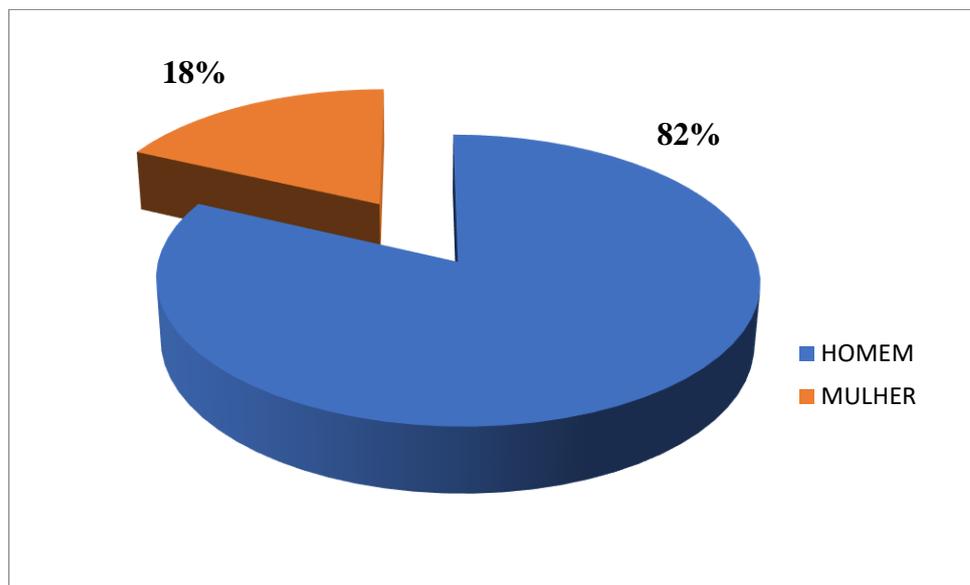
Gráfico 1: Locais de pernoite da população de rua



Fonte: Pesquisa Nacional Sobre População Em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008.

Segundo a pesquisa, a maioria das pessoas entrevistadas costumava dormir na rua (69,6%). Um grupo relativamente menor (22,1%) dormia em albergues ou outras instituições. Apenas 8,3% habitualmente alternavam, ora dormindo na rua ora dormindo em albergues. Preferiam dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência pelos albergues. Entre estes últimos, 69,3% apontaram a violência como o principal motivo. O segundo principal motivo foi o desconforto (45,2%). Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir na rua, 44,3% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo de não pernoitar em albergue. O segundo motivo foi o horário em que o serviço poderia ser acessado (27,1%), e o terceiro a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%) nesses locais - ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade (Brasil, 2008). A pesquisa apontou que a maioria das pessoas era do sexo masculino, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: População em situação de rua por sexo



Fonte: Pesquisa Nacional Sobre População Em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008.

Vale destacar que, na medida em que os dados mostravam a realidade das pessoas que viviam na rua, acarretavam mais discussões e possibilidades técnicas para a elaboração de políticas públicas mais eficazes no atendimento a este segmento que possibilitassem, acima de tudo, que alguns indicadores pudessem ser transformados ou mesmo superados. As pesquisas forneceram elementos para as medidas governamentais que levaram à geração da Política Nacional para a “População em Situação de Rua”, instituída e regulamentada pelo Decreto 7.053/2009 (Brasil, 2009). Este Decreto instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), além do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da referida Política pública (CIAMP-Rua)²⁶. A Política para a “População em Situação de Rua” (Brasil, 2009) dispõe, dentre vários objetivos, que se realize a contagem oficial da “População de Rua”; que sejam criados centros de referência especializados para atendimento da “População em Situação de Rua” no âmbito da proteção social especial do Sistema Único da Assistência Social (SUAS); que sejam criados meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para a qualificação da oferta de serviços; que se

²⁶ O CIAMP-Rua é composto pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República que atua como órgão coordenador, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pelo Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério dos Esportes e Ministério da Cultura.

proporcione o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais, e aos programas de transferência de renda, no caso, o Bolsa Família²⁷.

A Política Nacional para a “População em Situação de Rua” reconhece a heterogeneidade dos casos apresentados na pesquisa que lhe serve de base, mas caracteriza os moradores de rua como uma “população”, apresentando as regularidades presentes na vida das pessoas que compartilham da experiência do habitar a rua. Nesse sentido, a “População de Rua” – termo utilizado para definir esses sujeitos, segundo o Decreto 7.053/2009, “trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a **pobreza extrema**, os **vínculos familiares fragilizados** ou **rompidos** e a inexistência de moradia convencional regular” (Brasil, 2009, artigo 1º) [grifos meus]. A mesma Política enfatiza a necessidade ao respeito à dignidade da pessoa humana, o direito à convivência familiar e comunitária, a valorização e respeito à vida e à cidadania, o atendimento humanizado e universalizado, o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, além de uma atenção especial às pessoas com deficiência (Brasil, 2009).

Diante do reconhecimento da discriminação sofrida por tal “População de Rua”, a Política Nacional sugere que as próprias instituições de Estado fomentem debates sobre a realidade das pessoas em questão. Sendo assim, sugere a “Inclusão do tema População em Situação de Rua, suas causas e consequências, como parte dos debates sobre essa realidade nacional nas redes de ensino de todo o País” (Brasil, 2008:17). Além do mais, busca uma “Adequação dos processos de matrícula e permanência nas escolas às realidades das Pessoas em Situação de Rua, com a flexibilização da exigência de documentos pessoais e de comprovantes de residência” (Brasil, 2008).

Nesse âmbito, podemos afirmar que há um esforço, por parte do Estado e no que concerne à Política Nacional para a “População de Rua”, de vencer preconceitos, normas e práticas burocráticas em relação a um atendimento a um grupo social específico. Evidentemente, essa postura se relaciona com as pressões de grupos organizados e movimentos sociais, mostrados anteriormente, que promovem a necessidade dessa discussão. O Centro de Referência Especializada para a População de Rua (Centro Pop) é fruto da Política Nacional, que de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais (Brasil, 2009) e com

²⁷ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal para auxiliar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o benefício atende mais de 13 milhões de famílias em todo o Brasil. Essa ajuda de custo contribui bastante para pessoas que não tem emprego fixo ou não o conseguem, mas precisam sustentar filhos, netos, etc. Mais informações: <http://bolsa-familia.info/> Acesso em 22/12/2017.

o Caderno de Orientações Técnicas do MDS (Brasil, 2011), é a unidade que oferece o Serviço Especializado para a “População de Rua” segundo suas demandas. O Centro Pop busca realizar um acompanhamento sistemático dos atendidos por meio de equipes multidisciplinares, que geralmente contam com assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, pedagogos etc. Segundo o Decreto 7.053/2009, o objetivo principal do Centro Pop é estar junto ao usuário em um atendimento especializado, realizando encaminhamentos para serviços da saúde, educação, trabalho, moradia, cultura, previdência social, Defensoria Pública, órgãos do poder judiciário, entre outros.



Figura 7. Centro POP, 903, Asa Sul, DF. Foto: Alex Cordeiro. ²⁸

No documento nacional, que serve como parâmetro para as políticas locais, estão diferenciados serviços para crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência, e para idosos. Seus objetivos gerais são: acolher e garantir proteção integral; contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; possibilitar a convivência comunitária; promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacional interno e externo, relacionando-as a interesses, vivências,

²⁸ Brasília conta com dois Centros de Referência Especializada para a População de Rua, o Centros POP, um na Asa Sul do Plano Piloto e outro em Taguatinga. Inclusive, alunos do DF que estejam em situação de rua podem solicitar o Passe Livre Estudantil usando um endereço de referência. Esse documento substitui o comprovante de residência e pode ser solicitado nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, os chamados Centros POP. Plano Piloto: SGAS 903, Conjunto C (em frente ao Colégio Leonardo da Vinci) Telefones: (61) 3226-3393 e (61) 3225-7889. Taguatinga Norte: QNF 24, A/E nº 2, Módulo A (próximo ao Sesi de Taguatinga) Telefones: (61) 3373-4539 e (61) 3563-1046.

desejos e possibilidades do público (Brasil, 2009). Já os objetivos específicos do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, são: desenvolver condições para a independência e o autocuidado; promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva (Brasil, 2009).

Na cidade de Brasília os dados oficiais também não estão atualizados, entretanto, alguns veículos de comunicação falam atualmente em mais de 7 mil pessoas morando na rua no Distrito Federal²⁹. Uma pesquisa realizada em pelo programa Providência da Renda Familiar em parceria com o Projeto Renovando Cidadania da Universidade de Brasília (Gatti & Pereira, 2011), com cerca de 2,5 mil pessoas que se consideravam *moradores de rua*, apontou que a maior destes eram adultos (1.972), seguido de crianças (319) e adolescentes (221). Do total de adultos, 71,5% eram trabalhadores e 10% pediam como meio de obter sustento³⁰. O rendimento das pessoas variava entre R\$ 70 e R\$ 1.000, apenas 9,9% dos adultos conseguem tirar mais de R\$ 1.000 de renda. A maioria dos trabalhadores diziam-se flanelinha e lavador de carro, correspondendo a 21,3%, seguido de catadores com 19,3% e trabalhadores da construção civil 12,3%. Ainda segundo essa pesquisa, 55,7% já trabalharam com carteira assinada, apesar disso, apenas 5,6% ainda trabalham nessa condição. Dos que já tiveram registro, 51,6% fizeram parte do mercado de trabalho formal apenas durante seis anos.

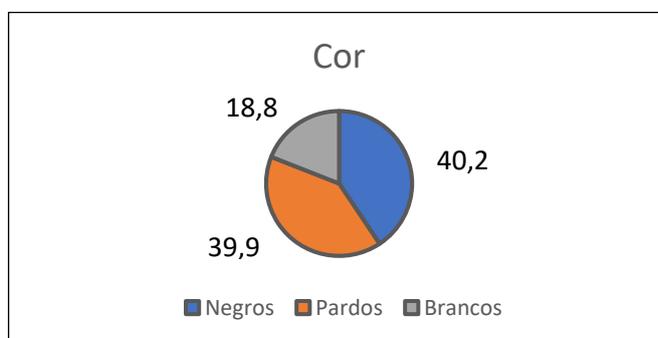


Gráfico 3. Dados em relação à cor dos pesquisados. Fonte: Projeto Renovando a Cidadania, 2011.

²⁹ Reportagens da TV Brasil, de abril de 2015, afirmaram que 7.000 pessoas viviam nas ruas no distrito federal: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporter-df/episodio/distrito-federal-tem-cerca-de-sete-mil-pessoas-em-situacao-de-rua>. Reportagem veiculada também no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=Z4dFbCn-B7Q>

³⁰ Atividade realizadas pela População de Rua adulta do Distrito Federal, segundo a pesquisa: Lava/guarda carros/flanelinha - 21,3%; Catador de materiais recicláveis - 19,3%; Construção civil/pedreiro/pintor - 12,3%; Pede (mendicância) - 10,6%; Sobrevive com benefício governamental - 6,0%; Comércio - 4,3%; Recebe ajuda da família/instituições - 3,9%; Motorista/Entregas/Frete - 3,6%; Limpeza/faxina - 3,0%; Jardinagem - 2,2%; Furtos/Venda drogas - 1,8%; Distribuição de panfletos - 1,5%; Outra - 7,9%.

Ainda segundo essa pesquisa de 2011, a maioria dos *moradores de rua* eram oriundo do próprio Distrito Federal, 18,9. Entretanto, proporcionalmente, os migrantes dos demais estados do país somavam a maioria, com mais de 70%.

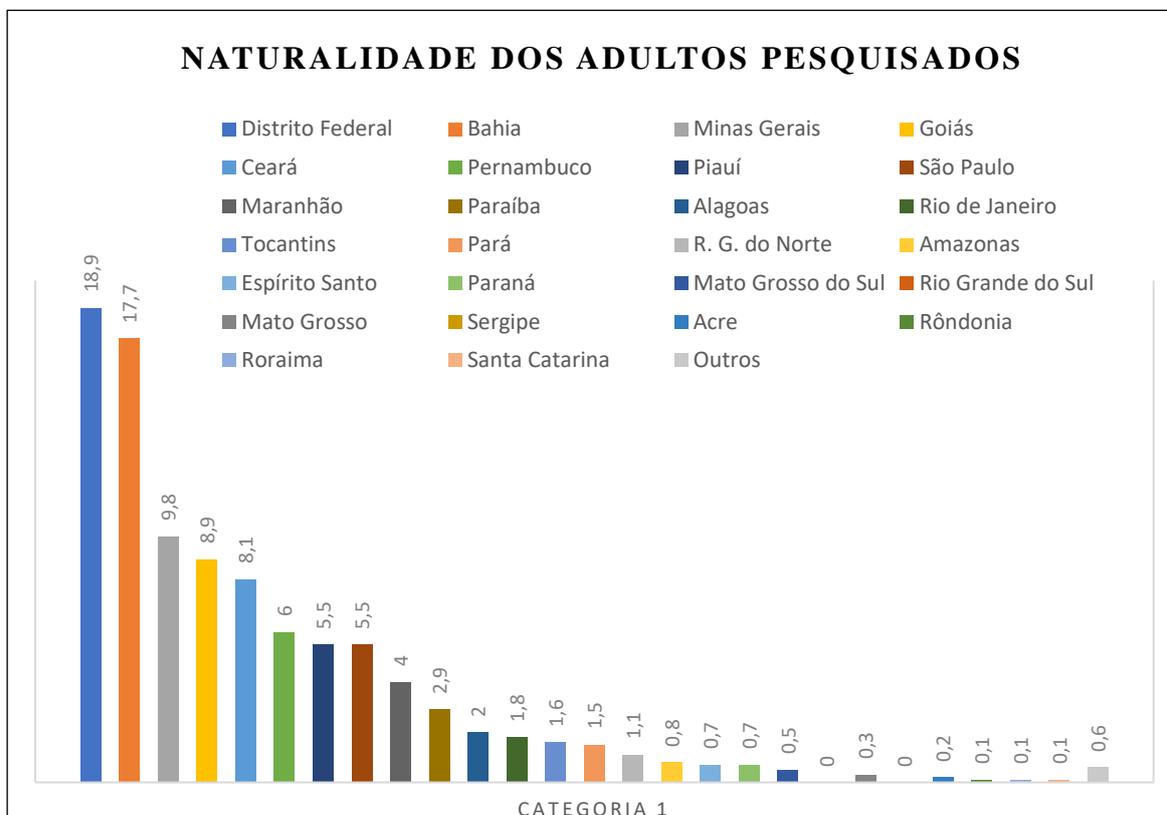


Gráfico 4. Em porcentagem, da esquerda para a direita, seguindo as linhas horizontalmente, exemplo: BA, MG, GO, os dados relativos à naturalidade. Fonte: Projeto Renovando a Cidadania, 2011.

A pesquisa nacional (Brasil,2008) revelou um aspecto interessante, até então não conhecido de forma mais precisa ou contabilizada, a maioria dos entrevistados (59,9%) vivia circulando por um número pequeno de cidades (até três cidades), além do mais, outros 11,9% viviam em seis cidades ou mais, indicando, neste último caso, um comportamento que pode ser caracterizado como o de *trecheiro*³¹.

Na Pesquisa Nacional sobre a População de Rua no país (Brasil, 2008), 45,8% dos entrevistados disseram que sempre viveram no município em que moravam à época da pesquisa. Dos restantes (54,2% do total), 56,0% afirmaram que vieram de municípios do mesmo estado

³¹ Na circulação por cidades, segundo a pesquisa nacional (Brasil, 2008), 44,8% se deslocaram em função da procura de oportunidades de trabalho, e 18,4% por questões de conflitos familiares. Do total de indivíduos pesquisados, 48,4% estavam há mais de dois anos dormindo nas ruas ou em albergue. Dentre aqueles que dormem em albergue, estima-se que o tempo de permanência seja elevado. Encontram-se no tempo regular de permanência (1 até 6 meses) 30,4%. Estão há mais tempo 33,3%. E não informaram 36,3%.

de moradia e 72,0% desses eram de áreas urbanas. Demonstrando que uma parte significativa da População em Situação de Rua era originária do mesmo local em que se encontra, de localidades próximas, do mesmo estado, não sendo decorrência de deslocamentos ou da migração campo-cidade (Brasil, 2008).

A pesquisa desenvolvida pelo Projeto Renovando a Cidadania (Gatti & Pereira, 2011) teve a intenção de buscar compreender melhor a situação dessa parcela da sociedade e serve de subsídio para a elaboração de políticas públicas específicas para essas pessoas. De acordo com a SEDEST (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda), serviços do governo são disponibilizados para pessoas em situação de rua. Atualmente, existem quatro equipes de abordagem social, compostas por educadores sociais de rua, que atendem pessoas em situação de rua em todo o Distrito Federal. O objetivo do serviço, segundo a Secretaria, é auxiliar na construção do processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais. Atualmente a Secretaria possui 04 unidades de acolhimento que atendem pessoas em situação de rua, fornecendo *acolhimento* provisório. Em julho de 2012, o primeiro Centro Especializado para a População em Situação de Rua foi inaugurado e hoje o Distrito Federal conta com dois, um localizado na asa Sul do Plano Piloto e outro em Taguatinga.

Essa pesquisa foi realizada levando em consideração essa demanda existente de pessoas de diferentes trajetórias e de diferentes formas e ocupações dos espaços. Entretanto, diferente de pesquisas censitárias, nos próximos capítulos, buscarei pelas narrativas das pessoas e pela observação participante, compreender as convergências de ações individuais em práticas coletivas, nas práticas de manutenção e construção de laços afetivos a partir do uso da rua como espaço de habitação e nos impactos dessas relações na paisagem urbana e na constituição da cidade.

CAPÍTULO 2

FAZER FAMÍLIA

Desde os primeiros dias em que estive nas quadras da Asa Sul do Plano Piloto da cidade de Brasília, tive a oportunidade de conversar com alguns familiares de *moradores de rua* que frequentam a região. As conversas tinham a intenção de buscar entender algumas questões norteadoras de uma discussão mais geral sobre as relações familiares e afetivas no processo de habitação da rua, a partir das próprias relações no universo da rua, sobretudo no que diz respeito às tensões existentes entre o rompimento ou não dos laços consanguíneos, a luta por mantê-los, a construção e ampliação das relações afetivas, e a dinâmica em torno da circulação *casa e rua*. Assim, busco me aproximar do que Veena Das (2007) chama de descida ao *cotidiano* dos sujeitos, mergulhando na construção ou reconstrução no dia-a-dia de suas relações, na busca dos sentidos de suas narrativas, de suas vivências, para que haja um entendimento dos usos dos espaços, assim como das noções de corpo, família e cidade.

Como eu espero que já tenha ficado claro, o contato com uma literatura específica sobre as relações familiares e de parentesco (Weston, 1997; Carsten, 2000; Fonseca, 2008; Lobo, 2012), sobretudo das relações afetivas de Pessoas em Situação de Rua (Lemões, 2013), me fizeram buscar uma discussão que focasse na dinâmica de suas relações afetivas no universo da rua. A partir de nossas conversas e das narrativas dos sujeitos em questão, dos *moradores de rua* que conheci e convivi, tentarei exemplificar e problematizar as condições e tensões em que essas relações se mantêm, se rompem ou se ampliam – quando levamos em conta os modos constitutivos de suas relações afetivas construídas na mobilidade urbana. O jogo, as cobranças e as negociações que são criadas para a manutenção ou não de suas relações familiares, assim como os mecanismos que são usados, forjados, para construção de suas novas relações, serão os fios condutores na argumentação sobre a dimensão (in)constante dos modos de fazer relações, sobretudo afetivas, apreendidas a partir de um conjunto de expressões forjadas e despontadas por eles para se referirem aos modos de *fazer* afetos, de fazer família.

Rompimento e manutenção dos vínculos familiares: conflitos e negociações

No dia vinte de dezembro de 2016, fiz minhas primeiras incursões em campo. Nesse dia encontrei e conversei com a primeiro familiar de um dos *moradores de rua*, Dona Lurdes,

natural da cidade de Santa Maria (DF). Ela é mãe de Samara, 29 anos, *moradora de rua* que frequentava a região da Igrejinha da 308 Sul e circulava também por outros espaços da Asa Sul e do Plano Piloto de maneira geral. Antes de me encontrar com Samara, encontrei sua mãe. Esta estava à sua procura. Dona Lurdes havia se deslocado de sua cidade para procurar sua filha na Superquadra, segundo ela, era o local que sempre a encontrava. Samara era mãe solteira e não criava nenhum de seus dois filhos, ambos estavam sob sua guarda, disse Dona Lurdes. Samara era branca, 29 anos, de estatura mediana. Durante a conversa que tive com Dona Lurdes na praça da igrejinha, fomos interrompidos com uma notícia que seu neto trazia. Ele havia encontrado sua mãe dormindo em uma calçada na Quadra 309 Sul.



Figura 8: Dona Lurdes ao lado de uma família que trabalhava cuidando de carros estacionados na superquadra. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, 20/12/2016).³²

Quando perguntei à Dona Lurdes os motivos de sua filha morar na rua, ela respondeu:

– Ela é usuária, se envolveu com drogas e não para em casa, vem sempre para a rua.

E a senhora vem sempre aqui em busca dela, por isso está aqui?

– Eu venho trazer o filho mais velho dela. Ele tá aí procurando ela pelas quadras (...) é que ele fica com ela na rua, ajudando ela... Eu queria era que ela se cuidasse e cuidasse dele. Ele é quem cuida dela! (...) Mas, queria mesmo era que alguém pudesse ajudar ela, internar, sei lá, fazer alguma coisa.

Entendo. Mas, então ele mora na rua com ela?

– Fica com ela andando e cuidando dela (...) mas não deixo ele ficar durante à noite, eu levo ele pra casa. Tem dia que ela vai para casa com ele, mas depois volta para a rua de novo... e é sempre por aqui que a gente encontra ela... por essas quadras.

Como é a sua relação com sua filha, sobretudo por conta desse fato dela sair de casa e vir para rua?

³² Na foto, Dona Lurdes está ao lado de uma família que também frequentava a Praça da Igrejinha. Marcos, de 45 anos, Paula, 39 anos, e seus dois filhos, frequentavam a praça para cuidar de carros estacionados. Eles moram em Planaltina (DF) e o cotidiano da família é sair cedo de casa, nas primeiras horas do dia, e ir para a Quadra 308 Sul à trabalho, voltando somente no fim do dia.

– Eu já briguei muito com ela sobre essa condição que ela tá, mas a gente fala e (ela) não ouve, (falar) é pior. Eu entrego nas mãos de Deus pra ele cuidar, porque é difícil. (Diário de Campo, 20/12/2016. Grifos meus).

Na fala de sua mãe, a palavra “condição” parece remeter à uma dimensão situacional, transitória, passageira. Nesse sentido, demonstra que seus anseios seja o de que sua filha possa sair das ruas e voltar para a casa. Entretanto, a constância de procurá-la sempre nos mesmos espaços, nas mesmas quadras, demonstraria uma certa regularidade nos espaços públicos. Ao conversar com Samara, contou-me um pouco de sua vida e de seu cotidiano nas ruas da cidade, e que também costumava cuidar de carros estacionados nas quadras da Asa Sul. Além do mais, para conseguir mais recursos e comprar suas coisas, roupas, produtos de higiene e alimentos, Samara, além das formas de trabalho que desenvolvera nas ruas, também pedia e recebia doações de transeuntes e moradores das localidades.

Quando a indaguei sobre os motivos de ir morar na rua, além de falar que ocorreu há três anos, disse-me:

– Ah, quando eu comecei a usar (drogas), com meu antigo namorado, eu brigava muito com minha família (...) muita confusão. Uma situação louca, entendeu?

Então você prefere ficar na rua do que na casa de sua mãe?

– Não deu certo, eu não queria ficar em casa e comecei a morar na rua (...) quando eu comecei a sair de casa foi bem complicado porque minha mãe não aceitava e vinha atrás de mim.

Conversei com sua mãe quando ela estava à sua procura. Isso te incomoda de alguma forma, o fato dela te procurar?

– Ela vem sempre atrás de mim(...)traz meu filho, essas coisas todas, sabe. Eu não ligo mais se ela vem atrás de mim, mas prefiro que seja assim, melhor do que aquela briga toda, daí prefiro ficar na rua mesmo.

Você fala do ambiente da casa em que ocorriam as brigas?

– Sim, porque eu sou usuária e sabe como é que é essa situação, a família não gosta, daí as brigas existem, fazer o quê né? (...), mas eu ainda vou em casa (Diário de Campo, 20/12/2016. Grifos meus).

Se por um lado ela parece tentar se livrar das brigas no espaço da casa e se incomodar menos com os conflitos existentes na rua, por outro esse último espaço parece possuir uma dimensão maior de liberdade, já que pode escolher com quem se relacionar. Sobre seu cotidiano na rua, nas atividades de trabalho, costumava dividir³³ vagas para cuidar de carros em alguns estacionamentos públicos próximos a bares e restaurantes. Nesses espaços, seu filho ficava alguns períodos com ela até que sua mãe o levasse de volta para sua casa. Circulação por espaços específicos quando seu filho estava com ela, disse-me. Ou seja, quando convive com

³³ Formas de negociação entre as pessoas sobre a quantidade de vagas destinadas à veículos que cada um deve ficar, assim como se atuarão (ou não) de forma conjunta. Discorrerei mais sobre o assunto quando tratar da categoria trabalho no quarto capítulo.

seu filho pelas ruas da cidade, se limita à alguns espaços para que sua mãe os encontre, ou os aguarde enquanto estes passam alguns momentos juntos.

Essa ida à rua, por parte da Dona Lurdes e seu neto, parecia se mostrar como parte da manutenção de sua relação afetiva com sua filha, assim como meio de mantê-la ligada ao seu filho. Nessa continuidade, a avó parece ser uma mediadora entre a relação da mãe e seu filho, entre a manutenção dos vínculos. Se por um lado, a narrativa da Samara demonstrava que a saída da casa tinha amenizado os conflitos, em relação à não aceitação do uso das drogas, presente por meio das fortes discussões e as brigas que existiam naquele espaço, por outro lado, não houve rompimento em sua relação familiar, seja pela ida de sua mãe até os espaços públicos, a constante convivência com seu filho, assim como nas suas próprias idas à casa. Essa problemática da não aceitação do uso de substâncias ilícitas, como da cobrança para que cuidasse de seus filhos – embora esse cuidado possa ser compreendido também de forma contrária, quando seu filho parecia cuidar dela nos espaços públicos – está envolvida na tensão da negociação que, às vezes, é feita pelos simples gestos/atitudes de sair do espaço da casa como forma de amenizar as tensões. Assim, gerou uma circulação casa e rua, uma habitação entre espaços, assim como uma “válvula de escape” para as pessoas se sentirem “em paz” (frase usada por ela em uma de nossas conversas) diante de alguns conflitos familiares, em que o *distanciamento*, sobretudo do espaço da casa, e não o *rompimento* de suas relações familiares, apareceram como meios de amenizar conflitos e como formas de negociação.

Além dessa convivência bem particular de Samara e sua família, ela convivia com outros *moradores de rua* que frequentavam a praça da Igrejinha, Praça do Compromisso (que possui um monumento em homenagem ao Índio Galdino³⁴) e Setor Comercial Sul. Essa circulação por espaços públicos se mostrava como um terreno que proporcionava as dinâmicas de suas novas relações construídas na dinâmica de viver a rua. Relações que eram envolvidas nas conversas em praças públicas, em modos semelhantes de obter recursos, sobretudo quando falávamos nas formas de trabalho, trocas de experiências, uso de substâncias de forma coletiva, e, especialmente, nos mais diversos compartilhamentos de objetos, roupas, alimentos, drogas, etc. Tentarei explorar tais aspectos mais à frente nesse texto, entretanto, não quero limitar essas relações à uma dimensão somente de afetividade e companheirismo, sobretudo porque as dinâmicas da rua pressupõem também conflitos, acordos, negociações

³⁴ Galdino Jesus dos Santos foi um líder indígena brasileiro da etnia pataxó-hã-hã-hãe que foi queimado vivo, em 1997, enquanto dormia em um abrigo de um ponto de ônibus em Brasília, após participar de manifestações do Dia do Índio.

Minha segunda conversa com familiares foi realizada na região do Setor Comercial Sul, em nove de março de 2017, com Ana Paula e Ana Flávia, duas irmãs, naturais de planaltina (GO). Elas procuravam Marcos, 22 anos, que, segundo elas, vivia indo para a rua há mais de um ano, e voltando para a casa esporadicamente, de forma transitória. Após encontrá-las buscando informações entre outros *moradores de rua* na Rodoviária do Plano Piloto, procurei conversar com elas e, ao mesmo tempo em que as instigava, recebia questionamentos sobre minhas intenções de pesquisa, o que levou nosso diálogo às investigações recíprocas e diálogos sobre nossas vidas. Ao falarem de sua irmã, disseram-me que a ida dele para a rua se intensificou por conta das constantes brigas de seus pais. O agravante das tensões familiares era o fato do pai bater neles em momentos que este estava sob efeitos de bebidas alcoólicas. Além de contar que Marcos saía de casa, mas acabava voltando, após os ânimos se acalmarem, disse-me que a última vez que as brigas ocorreram ele passou a ficar mais tempo na rua, e desde este último conflito familiar ainda não teria retornado. Nesse seguimento, quis saber mais sobre cotidiano da família diante dessa situação:

Vocês vêm sempre atrás dele? Como é a rotina familiar em relação à essa constante ida para a rua e retorno para a casa?

– Sim. Já viemos (atualmente) mais de uma vez e ele não quis voltar (...), mas, em parte, a gente entende ele porque é um inferno em casa (...) a nossa vida mudou completamente depois que ele passou a sair de casa e veio para a rua. A nossa rotina (familiar) mudou muito. Minha mãe fica preocupada e pede para gente procurar ele e conversar com ele.

Ela também já veio procurar ele para tentar levá-lo para casa?

– Na primeira vez ela veio com a gente e encontramos ele aqui na rodoviária do plano junto com outras pessoas, mas ele não quis voltar pra casa. A gente fica nesse vai-e-vem procurando e conversando com ele (...) mas vamos ficar procurando ele sempre que der porque ele é nosso irmão, né? (...) tudo que a gente não quer é que ele se envolva com drogas (Diário de Campo, 09/03/2017. Grifos meus).

Não obtive a oportunidade de conhecer e conversar com Marcos, mas as narrativas de suas irmãs pareciam demonstrar que suas idas à rua, à sua procura, manifestavam uma manutenção de vínculos familiares demonstrados na preocupação, procura e afirmação de seus valores. Outra coisa que me fez pensar sobre a vida de Marcos é que ele desenvolveu formas de se manter na rua, de conseguir renda. Embora elas tenham me informado que davam dinheiro para ele comprar refeições (etc.), ele havia desenvolvido algumas atividades de trabalho nas ruas, fato confirmado por elas ao me falarem que ele vendia balas/doces na Rodoviária do Plano, nas linhas do metrô, e em outros espaços públicos da cidade. Isso indica que o fato dele ter passado a durar mais tempo na rua, em relação ao retorno para a casa, pode também significar, além desse aspecto conflituoso, que Marcos tenha desenvolvido sua sociabilidade nos espaços

da rua, construindo meios de garantia de renda, o que lhe dá a possibilidade de se manter, de cuidar de si.

Sobre essas formas de trabalho e de circulação entre a casa e a rua, sobretudo de objetos e itens de higiene que são levados por familiares à *moradores de rua*, eu conversei com Flávia, que veio de Ceilândia para entregar roupas e comida ao irmão, Jorge, negro, de 42 anos. Segundo ela, ele gostava de andar pela cidade, de dormir na rua. Ele trabalhava vendendo artesanato na Rodoviária do Plano Piloto. Quando conheci Jorge, em vinte de abril de 2017, ele estava vendendo umas pulseiras feitas artesanalmente por ele, e me ofereceu para comprar, foi a partir daí que passamos a conversar sobre nossas vidas e também sobre a pesquisa. Disse-me já ter morado em Goiânia (GO), Belo Horizonte e em São Paulo (SP). Na segunda vez que nos encontramos, em vinte e oito de abril de 2017, uma sexta feira, conheci sua irmã. Encontrei-os conversando e ela parecia questioná-lo pelo fato de continuar morando nas ruas, e ao indagá-la sobre sua conversa com o irmão, disse-me: “Eu sempre pergunto para ele se é isso mesmo que ele quer para vida dele, se quer viver o resto da vida dele na rua” (Diário de campo, 28/04/2017).

Flavia me falou que, ao mesmo tempo em que vivia preocupada em procurar saber por onde ele andava e se ele estava bem, ou mesmo vivo, ou se, por exemplo, ainda residia em Brasília, sabia que seu irmão tinha adotado para si uma vida móvel e que ela teria que se acostumar com essa realidade. Por Jorge gostar de viajar, parece que procurou respeitar sua condição de vida, sua forma de viver:

Eu fico preocupada, até porque o mundo é muito violento, têm muita gente má e não quero que aconteça nada com ele. Mas sei que se ele se sente bem assim, eu tenho mais é que procurar entender ele (...) eu sei disso. Às vezes eu não entendo muita coisa, quando ele passa um tempo longe e não sei onde ele está, a gente discute, mas depois passa (...) fico menos preocupada porque sei que ele é trabalhador e sabe se cuidar, ele sempre foi muito trabalhador, sempre teve suas coisas, sempre se cuidou. Isso eu tenho muito orgulho dele (Diário de campo, 28/04/2017).

Sua fala evidencia a dimensão de uma compreensão de trabalho como saber se cuida, de criar meios para se manter. Conversando com Jorge ele me disse que morava na rua há muito tempo, e ao questioná-lo sobre esse tempo disse que não sabia exatamente, mas que seria mais de oito anos. Filho de pais naturais do Estado da Bahia, nasceu em Ceilândia e já passou por várias atividades de trabalho, como servente de obras, ajudante de pedreiro, de serviços gerais, entre outros, e que recentemente gostava de se dedicar às suas próprias atividades de trabalho, suas peças artesanais. Sobre essas diversas habilidades de trabalho desenvolvidas na rua, discorrerei mais no capítulo específico nesse trabalho. Jorge viajava, além das caronas e longas

caminhadas, pagando suas passagens com o dinheiro de seu trabalho, fruto de suas atividades manuais, e sempre que podia, quando este estava em Brasília, afirmou fazer visitas ou buscar meios de avisar os familiares:

Eu sei onde eles moram (sua família), já fui lá quando eu voltei de Goiânia e disse pra ela onde eu estava trabalhando e dormindo (...) já dormi lá, mas não gosto, eles sabem que eu não gosto (...) eu gosto de dormir na rua mesmo (Diário de campo, 28/04/2017).

Quanto à essa dimensão de liberdade que Jorge manifestava na sua fala, sua irmã disse-me que sua família sabia desse aspecto móvel e que naquele momento eles já não batiam muito de frente com ele, embora nas suas conversas com o irmão ela ainda questionasse suas andanças por espaços públicos, viagens, e o fato de continuar dormindo na rua. Retornarei, como já salientado, à vida de Jorge ao discorrer sobre trabalho e mobilidade urbana.

Os últimos familiares com quem conversei foram uma família que estava vivendo na rua, mãe e filho. Permaneciam acampados em uma barraca na área verde, sentido Esplanada dos Ministérios, da Rodoviária do Plano Piloto. Márcia, uma senhora de 49 anos e seu filho Lucas de 10 anos. Eles eram naturais de Fortaleza (CE) e vieram, segundo eles, à procura de emprego na capital federal. Conhecê-los me fez refletir sobre um aspecto da dimensão transitória que apareceu em suas narrativas, a dimensão de estar na rua, mais do que ser da rua. Explicando melhor, ao questioná-la se se considerava também *moradora de rua* por estar dormindo, trabalhando e se relacionado com outras pessoas que utilizavam os espaços públicos com a mesma finalidade, Márcia disse:

É, eu estou como moradora de rua mesmo, porque estou dormindo na rua, vivendo aqui (...) A gente teve que se virar e fazer alguma coisa para conseguir se manter e para conseguir voltar. Porque tudo que eu quero agora é conseguir dinheiro para voltar (Diário de campo, 04/05/2017).

Nesse sentido, sua trajetória foi marcada por algo que não estava em seu horizonte de planejamento e expectativa. Além do mais, ao se adaptar às novas formas de vida que lhes foram apresentadas, buscava meios de reverter tal situação. Lucas pedia na entrada de acesso ao metrô e ela nas proximidades das plataformas de ônibus da Rodoviária. Dormiam em uma barraca montada na frente da rodoviária, sentido esplanada dos ministérios. Ele costumava ficar pedindo às pessoas até o horário de encerramento das atividades do metrô. A preocupação de sua mãe era dele se envolver com outros *moradores de rua* e consumir drogas, demonstrando

assim que a “rua” também era um espaço onde se escolhem as relações a serem estabelecidas, ela aponta os limites das relações nas ruas:

– Eu vim com meu filho para gente procurar uma nova oportunidade pra viver, mas não foi o que eu estava imaginando. Ter vindo para cá fez foi piorar as coisas. Eu tentei conseguir emprego aqui, mas é difícil porque eu vim sem conhecer ninguém.

A senhora deixou familiares lá, esposo, mãe? E como escolheu a cidade de Brasília?

– Não tenho marido, sou mãe solteira e vim pra Brasília porque uma amiga minha que já morou um tempo aqui e me falou que não era difícil conseguir emprego. Mas agora eu quero voltar. (...) estou convivendo com outras pessoas que dormem aqui na Rodoviária e com essas outras pessoas que vem para trabalhar, pedir e vender coisas a gente acaba conhecendo também (...) mas não quero que o meu filho se envolva com os moleques que usam drogas. Eu percebo que existe muito consumo dessas coisas por aqui (Diário de campo, 04/05/2017).

Ao conversar com Lucas, ele me confirmou que sua mãe não o deixava, ou brigava com ele, se o encontrasse conversando com quem ela julgasse ser inadequada para ele ter uma relação de amizade. Lucas era parcimonioso nas palavras, meio tímido, mas tinha desenvolvido algumas frases de ação ao abordar as pessoas que transitavam o terminal. Ficava durante um bom período sentado próximo às entradas de maior fluxo, mas apenas nos horários de pico. Segundo o garoto e sua mãe, pediam somente como forma de obter dinheiro suficiente para voltarem para Fortaleza, já que não conseguiram, no caso dela, emprego em Brasília.

O interessante do caso da Marcia e seu filho Lucas é que estavam com poucos meses na cidade e, pelo fato de não terem conseguido o emprego para se manterem, obtiveram também mecanismos para gerar renda, conseguir dinheiro, tanto para as suas alimentações, assim como para higiene pessoal e guardar para a viagem de volta. Além do mais, Márcia vivia na rodoviária se relacionando com outras mulheres que iam para a Rodoviária vender comida, frutas, doces, etc. assim como com outros *moradores de rua* que dormiam no local. Embora tentasse controlar as relações que poderiam ser construídas naquele espaço, sobretudo em tentar não deixar seu filho fazer amizade com alguém que consumisse drogas, eles se relacionavam e já eram conhecidos por muitos dos que frequentavam a Rodoviária tanto para dormir como para praticar alguma atividade de trabalho a fim de obter renda.

Sobre essas trajetórias diversas nos usos da rua, algumas famílias, nas falas dos *moradores de rua*, seriam apenas *pedintes*, e não *moradores de rua*, embora muitos fossem vistos enquanto tais. Argumentavam com as afirmações de que estes possuíam e dormiam em casas. Algumas dessas famílias saíam cedo de suas residências e se deslocavam até a região central para a realização das mais diversas atividades de trabalho em espaços públicos. São muitos membros de uma mesma família que, por vezes, desenvolvem diferentes atividades em

um mesmo espaço, vendendo, pedindo, etc. Além do mais, existem as famílias que se deslocam de cidades do entorno de Brasília, assim como do estado de Goiás, e passam temporadas (semanas ou meses) acampados próximos às vias de grande circulação no Plano Piloto da Cidade, e nesses períodos também desenvolvem diversas atividades, entre elas a de receber os mais diversos donativos dos transeuntes e motoristas que trafegam pelas proximidades.

Como percebido, existe uma migração macro e micro (Brasil, 2008), pessoas que chegam de cidades mais distantes, assim como uma circulação por cidades mais próximas e também entre a casa e a rua. A mobilidade, a (in)constante circulação, era uma das características significantes dessas pessoas, e assim como os *trecheiros*, que possuíam uma característica nômade (Martinez, 2011), os autodenominados *moradores de rua*, ao circularem por diversas regiões do Distrito Federal, podem ser denominados "nômades urbanos" (Magni, 1994), pela constante mobilidade, e passagem pelos lugares. Além do mais, como percebido, existe uma constante negociação para a manutenção dos laços de afetos fundados na consanguinidade, e, embora existisse o distanciamento espacial, ele não era decisivo para quebrar essas relações de afeto, entretanto, existia também a mediação por parte de membros familiares que iam aos espaços públicos em busca daqueles que saíram – constituindo-se como um processo contínuo.

A circulação de objetos, dinheiro, como um fator importante nas relações sociais dos sujeitos também foi possível de observar (Dias, 2012; Lobo, 2012). Outra questão evidente nos casos, é que as mulheres apareceram como as mediadoras dessas conexões, o que pode apontar para uma maior centralidade da mulher no interior das famílias (Lobo, 2012). Além do mais, o caso do filho que é levado pela avó até à rua ao encontro da mãe, parece demonstrar a insistência da própria presença física dos filhos enquanto meio e agentes da mediação para a manutenção de vínculos familiares. Entre os que perderam vínculos por questões de distância ou falecimento, a memória também pode destacar a continuidade do vínculo como um valor e referência nas narrativas (Lemões, 2013:39).

Nesse jogo de negociação, de processos de construção de relações sociais, sobretudo afetivas, as pessoas estão envolvidas na dinâmica de *ser* e *estar* na rua. Para alguns, sobretudo os movidos pela circulação casa e rua, no constante processo de negociação com familiares consanguíneos, e nas subjetividades de seus percursos pelos espaços, parecem criar um sentimento de passagem, mais do que *ser* dos espaços, *ser* um *morador de rua*, afirmam *estar* em “situação de rua”. Entretanto, para muitos, mesmo em constantes tentativas de retorno ao espaço da casa, e até ida a este espaço, e sobretudo no constante nomadismo urbano, apontam

para uma construção de uma identidade da rua, do *ser* da rua, de viverem na inconstância da rua, se autodenominarem *moradores de rua*. Em todos esses casos, as relações sociais, assim como suas vivências nos espaços, são processos, negociações, constante rearranjos espaciais e afetivos. Nessa perspectiva, o rompimento, continuidade e ampliação fazem parte desse jogo.

Trazendo mais exemplos de algumas características de manutenção de vínculos, conheci Igor, um jovem de 22 anos e natural de Goiânia, ele estava dormindo na região da Rodoviária do Plano Piloto, e disse-me que recebia atendimento no Centro Pop para lavagem de suas roupas, palestras, algumas refeições. Disse-me que tinha ido para a rua, inicialmente em sua cidade de origem, por conta de brigas com sua mãe, ao descobrir seu envolvimento com uso de drogas. Além de querer passar pernoites na rua, ainda teria voltado a dormir na casa de sua mãe algumas vezes, retornado para rua depois, e nesse vai-e-vem da casa a rua, conheceu outros *moradores de rua* e por meio destes teria chegado à Brasília. Disse-me ainda, que o Centro Pop mantinha contato com sua família em Goiânia, que a instituição era um meio de comunicação entre eles.

No contexto de São Luís, quando fiz alguns dias de pesquisa no Centro Pop, os funcionários, ainda que destacassem *rupturas familiares*, como um dos principais fatores que levavam as pessoas as ruas, também consideravam que a distância entre a família e o usuário da Centro não era absoluta, pois existiam parentes que procuram a instituição em busca dos seus familiares – entre as diversas formas possíveis de conexão. Certa vez, durante uma atividade de oficina na instituição, conversei com Jhony, à época com 19 anos, natural da mesma cidade. Ao falar sobre suas experiências de vida, contou que vivia na casa da mãe, que esta era proprietária de um restaurante na cidade e que, o principal motivo que o levou a deixar a casa foi a separação dos pais e o novo casamento da mãe. Contudo, ainda que não mais vivesse sob o mesmo teto, visitava a mãe e mantinha contato com ela continuamente. Essa hipótese pode ser percebida em sua fala: “*Ligo para a minha mãe todos os dias, o dia que eu não ligo ela fica preocupada*” (Diário de campo, 10/02/2015).

A ida à casa de familiares: a circulação casa e rua

Foi possível perceber, nas narrativas anteriores, que a circulação *casa e rua* não significava somente a ida dos *moradores de rua* à casa de familiares, mas os próprios familiares foram à rua, à procura, ou mesmo convivendo, em alguns aspectos e momentos, nesses espaços com eles. Nesse continuidade, a circulação nesses ambientes tem uma dimensão interessante

nas vidas dos sujeitos, pois podem manifestar um sentimento de distanciamento, sobretudo da casa, e ao mesmo tempo em que esses espaços apareçam de alguma forma opostos, também podem assumir configurações complementares, numa habitação circulante, ou mesmo em uma transformação e ressignificação da rua – quando a rua vira a casa, ou quando este último espaço nem mesmo é um parâmetro (Kasper, 2006). Assim como Ana, Marcos e Jorge, que retornavam à casa de familiares de forma esporádica, cada um em sua particularidade, outros tantos manifestaram essa mesma prática ou experiências específicas em suas trajetórias, que nos ajudam a pensar nas mais diversas formas possíveis para o fenômeno. Tentemos compreender um pouco mais dessa pluralidade de dinâmicas existentes nas relações dos sujeitos a partir de exemplos de suas narrativas.

Na tarde do dia seis de maio de 2017, estive nas quadras do setor comercial sul, conversando e andando com alguns *moradores de rua*. Entre as conversas, a história de um jovem de 19 anos chamou atenção e emocionou-me. Revelava mais um exemplo para se pensar na circulação casa e rua. Ele se chamava Marcelo, branco, natural de Luziânia (GO). Era um jovem que costumava, desde sua infância, passar o dia na rua brincando com amigos, na circulação diária por casas de seus amigos e de outros familiares, e que significaria também a possibilidade de dormir nesses demais espaços. Segundo ele, cresceu assim nessa dinâmica, e desenvolveu o hábito de caminhar, transitar, e mesmo de dormir na rua. Essa circulação entre casas e rua durou toda sua adolescência, até a sua fase adulta. Entretanto, durante o final de sua adolescência, sua circulação entre a casa de da mãe e a rua, caracterizada pelas mais diversas atividades entre amigos, lazer, bebedeiras, etc. foi interrompida com o falecimento de sua progenitora:

Quando a minha mãe morreu eu não vi mais sentido ou vontade de ir pra casa que a gente morava, eu passei a não voltar mais lá (...) Fico direto na rua, agora. (...) eu sou filho único. (..) tenho outros parentes, mas eu não falo mais com eles, a gente não convive mais, e nem conheço todos eles (...) conheço muita gente que mora na rua, assim como muitas outras pessoas que trabalham por aqui...todo mundo me conhece, sabe que eu sou de boa, que eu não mexo com nada de ninguém, que eu sou trabalhador (Diário de Campo, 27/04/2017).

A morte de sua mãe interrompeu sua volta para a casa, como um elo que o ligava a este espaço. A partir daí, segundo ele, passou a dormir definitivamente nas ruas da cidade de Brasília. Essa ruptura com a casa, ocasionada pela perda da mãe, proporcionou outro tipo de ruptura, com os demais familiares, pois, segundo Marcelo, não mantinha mais relação com nenhum deles – entretanto, a forte lembrança de sua mãe, remetendo-se à memória, era um elo de ligação familiar importante para ele. Suas relações sociais e afetivas estavam agora

circunscritas somente ao espaço da rua. Marcelo disse ser conhecido por muitos *moradores de rua* da cidade e policiais que atuavam próximo ao local onde costumava frequentar. Espaço de uma pracinha em frente à CAPs (Centro de Atenção Psicossocial), instituição de atendimento à usuários de álcool e drogas e de funcionamento 24h. Além de dormir nas ruas da cidade, disse-me que, às vezes, fica em abrigos, mas depois volta para a rua novamente. Essa ida aos abrigos, que posso ilustrar melhor em outro momento deste trabalho, apareceu de diversos usos possíveis, seja uso por um tempo específico, assim como de repulsa pelo acolhimento, que pode ser motivada pelas regras que cada instituição adota, além das relações conflituosas entre diferentes sujeitos que o lugar abriga, e, nessa sequência, as escolhas de com quem dormir, comer, ou conviver de alguma forma, não passariam somente por suas escolhas pessoais.

Em uma de nossas conversas, ao falar de suas idas à casa de sua mãe e reafirmar que agora estava morando definitivamente nas ruas, problematizou e positivou a sua atual forma de habitação, disse-me que “os seres humanos habitam de todos os jeitos e de todas as formas”, que dormir na rua para ele não era o que mais lhe preocupava, já que nunca teve o hábito de usar somente o espaço da casa com maior dependência ou familiaridade. Nesse sentido, Marcelo não sabia dizer-me se ele pensava em ter uma casa ou não, e se queria voltar a morar em uma casa – fato que me fez refletir um pouco sobre essa agência racional das formas possíveis de habitação que ele mesmo destacou (Kasper, 2006). Quando questionado sobre essas questões, de onde morar futuramente, às vezes, ficava em silêncio, em outro momento, respondeu que não sabia. A dimensão da casa, como necessidade, parecia ser mais uma questão minha do que do Marcelo, o que me fez pensar ainda mais sobre a compreensão do termo habitar ou habitação, nas suas mais complexas possibilidades e sentidos.

A história de Marcelo também traz um elemento importante, presente nos estudos de Claudia Fonseca (2006), ao analisar as famílias de classes populares no Brasil ela demonstra como a dinâmica de criação de filhos perpassa por uma circulação de um lar ao outro, em uma complexa estrutura social em que as circulações de crianças fazem parte de formas alternativas vinculadas a uma cultura popular urbana. Algo semelhante também presente na pesquisa de Hélio Silva e Cláudia Milito (1995), ao perceberem a circulação de crianças entre casas e rua, os então chamados “meninos de rua”, nas regiões centrais do Rio de Janeiro da década de 1990.

Outro caso que nos possibilita pensar essa circulação casa e rua, é o de Roberto, negro, 34 anos. Ele, que passava finais de semana com seu pai, mas retornava à rua, disse-me que nasceu no Estado do Ceará e vivia na rua há quatro anos. Disse-me ainda, que seus pais já moravam há muito tempo no Distrito Federal, na cidade de Planaltina.



Figura 9: Roberto em frente à Igrejinha da 308 Sul, voltando de uma abordagem aos fiéis para pedir doações. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, janeiro de 2017).

Ao saber que Roberto tinha família morando próximo de Brasília, quis saber um pouco mais sobre eles e os motivos pelos quais ele foi morar na rua. Ele então me contou que:

– Eu gosto de ficar na rua. Antes meu pai não entendia, a gente brigava muito, mas hoje ele não liga. Às vezes eu vou lá onde ele mora, mas não gosto de ficar muito tempo lá. Gosto de andar pela rua, sozinho, gosto de andar só.

Mas você vem sempre para cá, para a 308?

– Gosto de vir aqui, gosto daqui. Cuido de carros estacionados e peço ajuda para as pessoas. Durmo aqui atrás daquele restaurante e fico de boa. Mas às vezes eu vou naquelas primeiras quadras da asa norte, na rodoviária... (Diário de campo, 27/04/2017)

Nesse processo de ir para a casa e depois retornar, Roberto desenvolveu uma forma de amenizar as constantes brigas com seu pai, já que ele não aceitava sua condição de estar vivendo nas ruas. Entretanto, a relação com seu pai se manteve na constante circulação entre a casa e rua, sem que este deixasse de ir para o espaço da rua. Disse-me que ele conseguiu esse feito aos poucos, pois seu pai teria que entender que as brigas não iam trazê-lo de volta ao espaço da casa, mas pelo contrário, iriam afastá-lo definitivamente, disse Roberto. Nessa perspectiva, embora vivesse andando, trabalhando, alimentando-se, dormindo, enfim, vivendo na rua, ainda visitava sua família – mas defendia e apostava na sua liberdade enquanto aptidão para a mobilidade.

Assim como Roberto, Maurício, de quarenta e dois anos, natural de Santo Antônio do Descoberto (GO), disse-me que passa semanas nas ruas, mas que depois retorna para sua casa. Em sua ida à casa de seus pais, disse-me que não consegue ficar muito tempo e que depois

retorna. Sobre essa informação, procurei saber como teria ocorrido, iniciado, sua saída da casa e ida para rua:

Eu sou usuário de drogas, nunca quis estudar, minhas irmãs estudaram, mas eu nunca me dediquei muito (...) no início, que eu comecei a usar drogas, porque eu não queria ir pra escola, minha mãe e minhas irmãs brigavam muito comigo, era uma confusão em casa, todo dia tinha briga. Lembro que um dia eu quebrei algumas coisas em casa e passamos dias discutindo ainda (...), eu sabia que eu tinha que ficar mais na rua, porque eu ficava mais sossegado. Quando eu decidi sair de casa, minhas irmãs vieram conversar comigo, conversamos muito, mas depois elas entenderam que eu queria ficar na rua mesmo e que seria melhor para todo mundo. Eu sei que minha mãe e minhas irmãs não queriam que eu saísse de casa, mas acho que foi a minha melhor escolha, tá bom pra todo mundo assim (Diário de Campo, 05/05/2017).

Sua saída da casa como meio de amenizar a relação conflituosa entre Maurício e sua mãe e irmã, não foi um meio que o impossibilitasse de retornar novamente àquele espaço, e além de dizer que as visitava, o afastamento do espaço da casa significou um novo tipo de relação com a família, em que a manutenção e o mínimo de entendimento entre as partes dependeriam agora dessa nova possibilidade de viver, em que ele estava vivendo sua vida nas ruas – nesse sentido, envolveu-se em um processo de negociação com a família consanguínea.

As pessoas que estavam morando na rua e que eram de outros estados, com suas famílias distantes, também não deixaram de relatar suas idas à casa, porém em intervalos mais longos de tempo, principalmente quando o Estado era mais distante do Distrito Federal, e intervalos mais curtos quando eram cidades no estado de Goiás, por exemplo. Outras pessoas procuravam passar temporadas em cidades e circularem entre elas. Nesse aspecto, é interessante destacar que existiam pessoas que estavam circulando e convivendo, trabalhando e se alimentando conjuntamente, com outros moradores de rua, que se consideram *trecheiros* e não moradores de rua. Sobre ser *trecheiro* disseram que são pessoas que vivem circulando de cidade em cidade atrás de emprego, de formas de trabalho. Assim, pegam a estrada, entre caronas e caminhadas, dependendo das cidades, das distâncias, das vias de acesso, pegam o trecho e vivem na constante mobilidade entre cidades. Ao conversar com um *trecheiro*, contou-me um pouco sobre as trocas de informações e sobre as cidades que as pessoas têm mais interesses dependendo das épocas do ano em que pegam o *trecho*³⁵.

Penso que essa circulação casa e rua nos possibilita pensar sobre as formas de habitação, a pluralidade dessa dimensão. Não somente os eventos ou lugares conflituosos fazem as pessoas

³⁵ As trajetórias dos *trecheiros* estão envolvidas quase sempre na procura por trabalho, sejam eles formais ou informais. O que distingue o *trecheiro* do *morador de rua*, é esse foco nos trabalhos temporários em diferentes cidades e em dormirem tanto na rua quanto em albergues, instituições de acolhimentos, hotéis, pousadas, etc.

saírem da casa e adentrarem a rua, mas também suas questões individuais, subjetivas, sobretudo na busca por trabalho, mas também sob uma concepção de liberdade. Além disso, há pessoas que ficam circulando entre esses espaços por possuírem essas duas dimensões de lugares como possíveis em sua rotina, nas formas cotidianas de trabalho e cuidado de si. Conheci pessoas que saíam de suas casas e passavam alguns dias nas ruas, seja por trabalho, saúde, ou nas mais diversas relações sociais que estes possuíam nas ruas. São artistas de rua, artesãos, etc. Às vezes dormir em algum espaço da área central da cidade estava relacionado às despesas com transporte públicos para regiões mais distantes do Plano Piloto e assim, dormir durante alguns dias específicos na rua, era uma forma de economizar parte da sua renda conquistada em suas atividades nas ruas da cidade, os espaços da Asa Sul e região central eram lugares de *transeuntes* e *não-transeuntes*, da *viração* (Fraya, 2013).

No caso de pessoas que saem de suas casas e vão para a rua temporariamente para troca de substâncias, como o consumo de drogas, Mariana Martinez (2011), ao analisar as *banças*, que são territórios formados na cidade de São Carlos (SP) para o convívio entre *moradores de rua*, destaca que:

A convivência estabelecida numa *banca* pode também permitir que alguns sujeitos com vínculos familiares não rompidos permaneçam neste circuito para fumarem maconha ou crack. A maconha é fumada em roda, o cigarro passa por todos aqueles que desejem fumar até que o mesmo se acabe. A maior parte das *banças* consome a maconha com bastante frequência, e geralmente fumam o cigarro em lugares públicos, o que facilita bastante a entrada de um sujeito para a *banca* caso queira consumir a substância. No caso do crack, o consumo não é feito em locais públicos. A *banca* se reúne em algum *mocó* para fumar. Igualmente, não há restrições para a entrada do sujeito na *banca* que deseje fazer uso da substância. Através do convívio nas *banças* o sujeito é inserido numa rede de relações específica e, neste sentido, as *banças* são como zonas de interconexão entre diversos atores que acabam cruzando suas trajetórias no espaço da rua. (Martinez, 2011:63).

Em uma noite de conversas e bebendo conjuntamente, como parte do processo de ser aceito, percebi que existiam pessoas que estavam adentrando o espaço da rua como habitação, e as poucas conversas iam acontecendo entre as mais diversas trajetórias dos *moradores de rua*. Nessa mesma noite, na Praça do Compromisso, por volta das 23hs, conheci um casal que morava na cidade de Samambaia e que estava se preparando, com seus pertences e alimentos, para ir ao lugar onde dormiriam, nas áreas verdes próximo ao Eixão do Plano Piloto. Me contaram que preferiam dormir nas proximidades por conta das consultas que sua esposa tinha cotidianamente no hospital de base, assim como na própria dinâmica de trabalho desenvolvida por seu esposo. Aqui foi possível perceber que eles viviam numa constante circulação entre esses espaços, entre a casa e a rua, configurando sua forma particular de habitação.

Deixar o espaço da casa e ir para a rua envolvia a dinâmica de trazer utensílios e alimentos da casa para a rua, assim como da rua para a casa, quando conseguiam doações e aquisição monetárias pelas formas de trabalho. Além do mais, o casal procurava e possuía cadastros nos sistemas de benefícios vinculados ao CadÚnico³⁶. Essa estadia na rua não se intensificava somente nos momentos de trabalho, atendimento médico, mas também na aquisição e atualização dos benefícios que possuíam e/ou tinham interesses. Assim, existe um conjunto de práticas e atuações que envolvia a dinâmica da vivência nesses dois espaços, na circulação e no uso de forma conjunta, em que a rua exercia atividades naturalizadas como pertencentes a casa. Além do mais a noção doméstica, de suas intimidades e afetividades, existia nos dois espaços, entre eles e neles.

Outro aspecto presenciado na pesquisa em que a circulação casa e rua está presente, é na forma temporária de alugueis coletivos. Nesse aspecto presenciado em campo, as pessoas, que podem ser *moradores de rua*, *trecheiros*, etc., procuram alugueis de quartos ou casas nas localidades mais periféricas da cidade, onde os preços são mais em conta e as burocracias menos exigentes (Martinez, 2011). As informações dessa habitação conjunta foi me passada por Bruno, um jovem de Goiânia, que já teria morado temporariamente em uma dessas casas em que o aluguel era dividido entre todos os moradores. Para isso, Bruno destacou que precisavam ter confiança para saber com quem era possível alugar, já que todos deveriam honrar com a palavra e arcar com as despesas da casa – eram formas temporárias de habitações coletivas.

Como percebido, as relações entre casa e rua, entre as interlocutoras e interlocutores de pesquisa, foram marcadas tanto por rupturas quanto por continuidades ou complementaridades, fruto também da pluralidade de casos e suas especificidades. As rupturas, os conflitos, podem marcar o início de uma vida na rua, entretanto pode haver uma relação contínua com a casa, com a família consanguínea, marcada por uma distância relativa, já que há uma circulação de ambos sujeitos por esses espaços, no que parece ser uma constante tentativa ou manutenção de laços parentais.

Para tentar compreender melhor essa relação com a família é preciso romper com a noção única que associa família com a dimensão da casa, como um espaço de um modo uniforme de relação social. Pina-Cabral e Silva (2013), ao analisarem o sistema de relações de

³⁶ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Fonte: <http://mds.gov.br/>

pessoas em que a “consideração³⁷” é a base do parentesco, no contexto do interior da Bahia, afirmam em relação à noção de casa e família:

A “casa” é a instância coletiva proeminente da sociedade local; a parentela (referida tantas vezes pela frase “a minha família”, expressão muito plástica) é a rede de relações que existe em torno de cada pessoa e ultrapassa necessariamente a pertença à casa, a vicinalidade é o grupo de casas aparentadas localmente e que constituem a família no sentido operacional (Pina-Cabral e Silva, 2013:40).

No contexto da pesquisa de campo aqui apresentada, a relação entre casa e família se mostra ambígua. Por um lado, a casa da família não é central na dinâmica cotidiana dos moradores de rua. Contudo, ela não deixa de ser uma referência importante já que é acionada, inclusive, pelo cadastro do Centro Pop, para contatos de emergência e cuidado em relação aos *moradores de rua*.

Esses arranjos sociais apresentam possibilidades de existência de relações afetivas em seus múltiplos sentidos. Nesse sentido, Hélio Silva e Cláudia Milito (1995), em “Vozes do meio-fio”, uma etnografia com crianças de rua, nos ajuda a pensar e questionar as interpretações sobre *moradores de rua* como apartados do que seria considerada uma suposta vida em família, ao afirmarem que:

Quando se fala em menino de rua, o senso comum logo reage com o retrato acabado de um ser em abandono, sem laços familiares, desamarrado para o que der e vier, armado com o seco temperamento dos desprovidos de afeto e com os instrumentos letais que o crime organizado coloca em suas mãos. A convivência revela que tais fantasias servem apenas para alimentar a compulsão à cautela dos amedrontados e a eficácia das investidas desses meninos, que dependem muito mais da legenda que de seus reais recursos. A maioria tem família (Silva & Milito, 1995:79).

As famílias continuam sendo, na maioria dos casos percebidos durante a pesquisa de campo, parte das relações das pessoas que moram na rua, sejam por visitas, encontros de forma esporádica, questionamentos por aceitação de sua conduta, conflitos, buscas realizadas nos serviços públicos e ligações telefônicas. Há, nesses casos, uma plasticidade em relação aos modos específicos de viver em família e outras formas familiares e a possibilidade de novos laços afetivos acabam surgindo. Por esse ângulo, o *irmão de rua* (Lemões, 2006), é uma categoria analítica que busca representar as relações que envolvem os grupos de *moradores de rua* no que diz respeito ao *irmão* que é construído no cotidiano. Outrossim, como veremos no

³⁷ Para o autor, consideração é uma relação de confiança mútua: “um gesto de apoio vital que constitui uma codependência constitutiva entre pessoas que se valorizam de acordo com a consideração que recebem” (Pina-Cabral & Silva, 2013:26).

tópico seguinte desse trabalho, ser um *irmão de rua*, requer reciprocidade, convivências, negociação, construção de *confiança e consideração*.

Segundo Tiago Lemões (2013), ao falar sobre as relações mantidas, criadas e atualizadas por homens e mulheres em situação de rua, destaca que:

A evidência do trânsito entre a casa, a rua e as instituições assistenciais e/ou religiosas atrelada aos discursos que trazem a família como constituinte de parte do circuito de relações de homens e mulheres em situação de rua nos reporta ao caráter relacional e complementar de seus valores referentes à família. Assim, mesmo quando distantes de seus familiares, remetem-se a eles num misto de sentimentos e justificativas positivas, negativas e ambíguas (Lemões, 2013:39).

Nessa perspectiva, as relações familiares estão em constante processos. Ao adentrarem o espaço da rua, constroem novas relações e interações sociais. As novas relações surgem por meio de conversas e relatos pessoais compartilhados, relações intensas de trocas, assim como os modos semelhantes de comportamento. O *morador de rua* ouve de outro *morador* a sua história e este também conta a sua, as experiências são trocadas e socializadas - como afirma um morador: “*você vai ouvir muitas histórias*” As experiências compartilhadas aproximam pessoas e criam laços de reciprocidade que, por sua vez, configuram relações afetivas desfeitas na dinâmica do viver a/na rua, como veremos a seguir.

Afetos construídos no cotidiano: as dimensões de *confiança e consideração*

Eu sei que a minha vida é de andarilha, de não ficar parada em lugar nenhum, (..) gosto de viver assim, de não ficar num lugar só (...), mas isso não significa que eu não sou gente, que eu não tenho **família**, que eu não tenho **amigos** e que eu não conheço as pessoas. Graças à Deus, eu sempre faço amizades por onde eu ando. Hoje eu tenho muitos **irmãos** (...), muita gente gosta de mim. (Laura, 29 anos – Diário de Campo, 06/05/2017).

Essas relações sociais destacadas por Laura evidenciavam um pouco daquilo que, em toda minha experiência de campo junto a Pessoas em Situação de Rua ou os autodenominados *moradores de rua*, eu presenciei: as diversas formas de relações afetivas entre os sujeitos. Essas relações surgiram ou foram apresentadas como de *amigos (as)*, *namorados (as)*, *tios (as)*, esposos (as), *família (s)*, *parceiros (as)*, etc. Esse aspecto foi o que mais me motivou a continuar nessa temática, já que as relações dos sujeitos demonstravam um outro aspecto possível da dimensão da rua, o de produzir relações de afetividade. Nesse sentido, as atividades exercidas de forma conjunta, assim como os meios de sociabilidades que os sujeitos estão envolvidos, além das trocas de objetos e substâncias, as bebidas e alimentos, constituíam as ligaduras de

suas novas relações afetivas na mobilidade e bricolagem dos usos possíveis dos espaços públicos.

Além do mais, essa fala também retrata a existência de uma associação direta entre relações e fixidez. A movimentação exercida por Laura parecia proporcionar um leque de relações possíveis, a natureza de cada relação, porém, ficará submetida às diversas reciprocidades e/ou negociações e compromissos específicos que cada um possa requerer. Ou seja, com maior ou menor fluidez, submetida às movimentações em que estão envolvidas (Lobo, 2012).

As relações afetivas, construídas nas ruas, sob os mais diversos termos, *amigo*, *namorado(a)*, *irmã(o)*, *companheiro(a)*, *família*, etc., são forjados na convivência cotidiana, sobretudo nos momentos em que os sujeitos experienciam aspectos de trocas. Se por um lado, presenciei, não somente nesta pesquisa, mas também na anterior, o uso coletivo de substâncias que alteram os sentidos, sejam elas lícitas ou ilícitas, pude também presenciar a troca de outros objetos e alimentos.

Na maioria desses usos coletivos, é possível observar aspectos de fluidez de relações, ou seja, existem as pessoas que estão vivendo seus primeiros momentos de socialização na rua, como um ritual de iniciação, assim como as que estão se afastando, temporariamente, possível de voltar a socializar-se novamente com outros *moradores de rua* que frequentam os espaços públicos, ou mesmo definitivamente afastar-se, e nesse caso pode nunca mais ser visto. Esse movimento é causado pelos mais variáveis fatores possíveis, como a saída da rua, volta à casa, ou mesmo morte, etc. – assim como na pesquisa de Cláudia Turra Magni (1994), algumas pessoas simplesmente sumiram e não foram mais vistas durante a finalização do campo. Esses momentos de trocas de experiências e de convívio na rua, podiam ser observados nas mais diversas formas de ocupação dos espaços, sejam elas com a finalidade de trabalho, alimentação ou lazer.



Figura 10: Banco da Praça da Igrejinha. Local improvisado para o preparo de refeições em cima dos tijolos. Ambiente registrado no primeiro dia em que estive na superquadra. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, 20/12/2016).

No primeiro dia em que estive na Praça da Igrejinha da 308 Sul, percebi que próximo ao banco da praça havia cinzas ao lado de tijolos, e indicavam que, possivelmente, alguém teria utilizado para preparar algum tipo de refeição de forma improvisada, suspeita confirmada através de um dos *moradores de rua* com quem conversei, e sobretudo depois que passei a presenciar esses momentos de trocas e de interações. Quando Pedro me disse que utilizavam ou improvisavam alguns espaços das quadras para fazerem refeições coletivas e também individuais, disse-me que sempre que possível contribuía para o preparo de refeições que eram feitas conjuntamente e que todos buscavam, de alguma forma, ajudar nos itens que seriam usados para o preparo das refeições³⁸.

Muitas das aquisições do material para o tipo de comida que seria preparada eram compradas nos supermercados próximos. Além de preparo através de itens que eram doados, entre eles, os enlatados, que não precisavam de um maior empenho conjunto para o preparo, os sujeitos compravam proteína de origem animal, e, nesse sentido, demandavam algum tipo de preparo mais específico, como o de ascender uma fogueira para o cozimento, além da panela de material própria para ir ao fogo (feita, muitas das vezes, com uma lata de alumínio cortada ao meio). Durante a semana era possível perceber que a alimentação era mais simples e improvisada e as mais elaboradas e feitas coletivamente eram realizadas nos finais de semana, sobretudo nos dias de sábado. O fogareiro é improvisado sobre tijolos ou pedras, as madeiras e

³⁸ Aspecto também percebido em outro campo de pesquisa (Cordeiro, 2015).

galhos das árvores, como combustíveis, além do uso possível de algum material inflamável. No final do preparo, as refeições eram servidas entre todos. A colaboração de cada pessoa vinha do resultado de trabalhos individuais, exercidos nos espaços públicos, como cuidar de carros estacionados, pedir, vender balas, colher matérias recicláveis, além das doações que recebiam.

A improvisação acabava caracterizando o lugar, criando rotina para uso com essa finalidade, ou seja, embora eu pudesse observar essa criatividade em outros espaços para o preparo de alimentos, existiam aqueles que sempre estavam sendo usados com maior recorrência para este fim. Assim, o lugar ficava marcado com cores escurecidas, restos de cinzas e matérias ainda disponíveis, como os tijolos, grelhas, etc. Para os transeuntes que observavam esses objetos nos espaços das quadras e praças, poderiam ser apenas entulhos, lixos, mas para os moradores de rua eram objetos de muita utilidade, assim como as suas cozinhas por alguns momentos. Esses lugares são também espaços de várias trocas entre os mais diversos grupos e sujeitos que compõem o cotidiano urbano. Existiam os *catadores de latinhas* que não se enquadravam na categoria *morador de rua*, mas se relacionavam com estes em muitos momentos, sobretudo no comer ou beber juntos. Esse aspecto demonstrava que as relações das pessoas estavam submetidas à convivência com os mais diversos indivíduos e suas categorias, atribuídas e/ou manifestadas nas ruas.



Figura 11: Banco da Praça da Igrejinha no último dia em que estive na superquadra. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, 11/08/2017)

As amizades entre *moradores de rua*, apresentadas muitas das vezes como *parceiros* (as) e/ou *companheiros* (as), segundo suas histórias e narrativas, que não foram ditas somente para mim, mas que são sempre lembradas e compartilhadas nesses momentos de comer e beber juntos, são fortalecidas nesses atos coletivos. Além do mais, não era difícil, sobretudo em suas

conversas comigo, que os sujeitos procurassem lidar com os momentos de brincadeiras e de pequenos conflitos, e que a convivência gerava mais intimidade, o que criava relações mais próximas e de maior *consideração*:

Tá vendo esses **parceiros** aqui? Eu *considero* eles demais, são gente boa (...) A gente come, bebe, se diverte (piadas, momentos de gracejos) juntos (...) a gente brinca, e até briga, mas depois a gente tá junto de novo aqui conversando (Diário de Campo, 06/05/2017. Grifos meus).

Nesse seguimento, existia a dimensão da negociação dos conflitos, que poderiam ser apaziguados ou não, dependendo da natureza do mesmo, força da amizade e dos interesses mútuos, em constante processo. Aqui o conflito fazia parte de suas sociabilidades, de suas formas de fazer amigos. Nesses mesmos momentos em que comiam conjuntamente,



Figura 12. 306 sul.

reclamavam, se por ventura alguém não queria cooperar ou se o sujeito preferisse ficar alimentando-se sozinho. Não era difícil perceber que os olhares estavam atentos para saber se alguém escondia algum tipo de alimento que pudesse ser compartilhado e estava guardando para o consumo próprio, pois a não troca geraria também uma possibilidade de não receber socialização de alguma outra coisa de alguém.

Aqui foi possível perceber que a fofoca fazia a tarefa de alertar para uma não socialização entre o sujeito que preferia alimentar-se de forma particular. Nesse sentido, as alimentações individuais e coletivas estavam numa dinâmica de interesses, de valores e de solidariedade. Quando falei que eu iria comer com eles, pediram para que eu comprasse um refrigerante no Supermercado Big Box mais próximo e trouxesse para ajudar na refeição. Quando coloquei a sacola com o que eu tinha comprado no chão, e ao mesmo tempo em que eu perguntava onde seria melhor deixar os alimentos, um outro *morador de rua* avisou que eu poderia deixar em qualquer lugar porque agora os produtos eram de todos, e que as compras eram socializadas entre todos. Entretanto, foi possível perceber, ao longo da pesquisa, que, embora os produtos alimentícios tivessem essa característica de socialização, sobretudo as bebidas e cigarros, os produtos de higiene pessoal eram de uso mais restrito de seus respectivos donos.

Como bem aponta Cláudia Fonseca (2000), em “Família, fofoca e honra”, a fofoca pode reforçar a identidade sobre os limites de um grupo, sobretudo na força de trazer as coisas às

relações de trocas, pode ter uma força educativa, mas destaca que, em seu contexto de pesquisa, a fofoca exerce força, poder, na medida em que pode interferir na reputação pessoal, afetando o prestígio social (Fonseca, 2000:23).

Quando conheci Arnaldo, um *morador de rua* com idade de 34 anos, natural de Planaltina (GO), por volta das dezessete horas da tarde, nas proximidades do Hospital de Base, ele estava finalizando o trabalho de cuidar de carros estacionados e estava com um saco de estopa, com materiais reciclados que tinha juntado durante à noite, nas proximidades de onde estava cuidando de carros estacionados, me falou que estava indo para a Praça do Compromisso, e, segundo ele, lá teriam marcado para fazer uma janta e depois sairiam para beber um cachaça juntos com outros amigos que frequentavam o Centro Pop (Centro de Atendimento à População de Rua).

Beber conjuntamente não somente tinha a finalidade de esquecer algum tipo de trauma ou sofrimento, ou mesmo de vencer uma dor no corpo, resultado, seja pelo cansaço do trabalho ou de outro tipo de lesão física, era também o momento de falarem de suas subjetividades, de suas aspirações, desejos e experiências. Nesses momentos, risadas, choros e silêncios compunham o ambiente. Eram contos de seus primeiros relacionamentos, de suas primeiras experiências amorosas e mesmo as mais recentes. Após eu beber conjuntamente, um outro *morador de rua* disse que gostou de mim porque eu não recusei a bebida, por ter sido, segundo suas palavras, humilde em ter bebido conjuntamente.

Arnaldo, durante uma caminhada do Setor Comercial Sul até a Praça do Compromisso, me falou que já teria se relacionado amorosamente com outra *moradora de rua* que conheceu durante o tempo em que dormia pelas ruas da cidade, e que naquele momento estava solteiro. Disse-me ainda que costuma participar de rodas de conversas e bebedeiras com outros *moradores de rua* na Asa Sul, mas também disse circular por outros espaços do Plano Piloto, entre eles, citou alguns espaços da Asa Norte. Ele carregava uma mochila e nela guardava alguns itens de higiene pessoal. Estava calçando um chinelo de dedo, usando calça jeans e camiseta. Quando perguntei sobre seus amigos que conheceu na rua, ele disse-me:

Tu já conheceu o Pedro? Ele é como um *irmão* para mim, como o irmão que nunca tive (...) a gente briga? briga! mas depois a gente tá se divertindo aí novamente. Ele é um parceiro que encontrei na rua (...) sempre me aconselha em alguma coisa (Diário de Campo, 06/05/2017).

Quando perguntei onde o Pedro estava, ele disse que estava na Rodoviária do Plano e que naquele mesmo dia, mais tarde eles iriam se encontrar, após sua saída da Praça do

Compromisso. Sobre sua relação de amizade com o Pedro, e as desconfianças como meios de testes para assegurar certo conhecimento acerca de quem se convive, de quem se pode confiar:

Na rua as pessoas têm que ficar esperto, entendeu? Sabe como é, né? (...), mas isso não significa que a gente não confia em ninguém, não. A gente dá um voto de *confiança*, dá uma coisa aqui, outra ali, empresta dinheiro, mas (eles/outros *moradores de rua*) tem que emprestar também, tem que ajudar no cigarro e na bebida quando a gente dá, se (eles) não dá não tem confiança mais (...) e daí dá briga, mas a gente aqui, a gente aqui se ajuda na alimentação, são tudo gente boa (...) pode acreditar no que estou te dizendo, são trabalhadores, não mexem com ninguém (Diário de campo, 06/05/2017).

Sua fala evidencia a *confiança* que é testada nas relações de trocas, ao mesmo tempo em que afirma a identidade de trabalhadores aos sujeitos, se contrapondo assim à noção de ócio que estes estariam envolvidos por estarem na rua, além de se distanciar das categorias mendigos, vagabundos, marginais, etc. Essas são categorias acusatórias, e em suas falas fazem questão de se distanciarem. Para explicitar isso, Arnaldo se baseava em suas experiências, em que as amizades foram construídas nesse voto de *confiança*, em investir na troca, na reciprocidade das relações. Nesses momentos em que cooperavam e se alimentavam conjuntamente, as conversas e trocas de informações, os lugares por onde passam, sobretudo suas histórias de vidas e experiências de trabalhos, faziam parte daqueles momentos.



Figura 13: Um grupo de *moradores de rua* nas áreas verdes de uma quadra da Asa Sul, momentos depois de uma refeição coletiva. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, 11/08/2017).

Como percebido, essa socialização de substâncias não se restringia somente à alimentação, mas também ao cigarro, cachaça, refrigerantes, etc. Beber conjuntamente, como já mencionado, também era uma forma de fortalecer a amizade, de conhecer pessoas, assim

como na formação de grupos. Essas relações de grupos, mais ou menos coesos, pois a fluidez fazia parte de suas relações, era composta por indivíduos que frequentavam diversos espaços em que esse tipo de relação estava sendo vivenciada. A partir dessas experiências nos espaços, os sujeitos construía suas novas relações afetivas e de amizades, como destacada por Marinalva:

Hoje eu vivo na rua mas não vivo sozinha, graças à Deus eu tenho *amigos* (...) se hoje eu não tenho mais *família*, se eu perdi minha família e não tenho mais contato com eles, eu ganhei outra *família* aqui, (...) eles são como *irmãos* pra mim (Diário de campo, 07/07/2017).

A dimensão de uma oposição entre uma noção de viver na rua e não ter relações sociais, ficava evidente em suas falas, sobretudo em procurar demonstrar que o termo família poderia ser ressignificado para as suas novas relações afetivas que estavam sendo feitas nas ruas, evidente na intensidade de fazer coisas juntos, sobretudo no consumo de substâncias.

Keth Weston (1997), ao problematizar noções de família, ou a noção de “família” dita hegemônica, a partir da análise de famílias gays com padrões próprios, tipos particulares de relações de parentesco, destaca que as noções de famílias devem ser analisadas historicamente (1997:22). Longe de um modelo estático, mas de uma oposição ou derivação de um modelo padrão familiar, ou seja, afirma que as relações ditas familiares devem ser compreendidas em seus contextos específicos, em suas dinâmicas próprias. Nesse sentido, as relações dos *moradores de rua*, quando falamos da linguagem do parentesco presente em suas falas, demonstra valores específicos atribuídos à essas relações, sobretudo nas trocas, na convivência, no consumo coletivo de substâncias, e também na semelhança de suas condições existenciais. Se por um lado, percebemos que as pessoas circulavam e construía novas relações nas ruas, por outro lado era possível perceber que existiam relações mais próximas, mais íntimas, julgadas mais especiais, por isso os termos parentais usados.

O trabalho de Weston (1997) forneceu bases para a formulação do conceito de *relatedness* proposto por Janet Carsten (2004). Em linhas gerais, *relatedness*, conforme aponta Lobo (2012) seriam as maneiras “de agir e conceituar as relações entre as pessoas. É vivendo e consumindo juntos, convivendo no mesmo espaço – a casa – que alguém se torna parente” (Lobo, 2012:103). Entretanto, analisar formas de relacionalidade entre moradores de rua é procurar perceber constituições de relações afetivas em pessoas que estão em constante movimento e negociação de suas relações. Assim, a sua construção estaria envolvida na própria dinâmica e mobilidade de suas relações que torna possível as lógicas de suas conexões – ser *irmão de rua* pode proporcionar ter a família em movimento.

Ainda sobre o conceito de *relatedness*, ou relacionais, é possível pensar, no caso dos *moradores de rua*, em uma dimensão inclusiva em que o sentimento entre pessoas gera laços de solidariedade que são forjadas na *confiança* e *consideração* – com relações mais ou menos duradouras ou não, envolvidas na dinâmica da mobilidade. Conheci, durante a pesquisa, pessoas que viajavam diversos estados ao encontro de *irmãos de rua* que não se viam há anos. Foram relações que foram configuradas no convívio nas ruas e que depois se mantiveram mesmo que a distância.

Entretanto, vale destacar que, nas trocas e consumo de substâncias entre *moradores de rua*, existiam pessoas que não faziam usos de bebidas alcoólicas ou de drogas ilícitas – as trocas de substâncias entre esses se restringiam somente ao consumo de alimentos. Sobre esse aspecto, acho que a história de Francisco pode exemplificar um pouco



Figura 14. 305 sul.

esses casos. Conheci seu Francisco, de 56 anos, nas proximidades do Setor Comercial Sul. Natural de Santa Maria (DF), disse-me ser um morador de rua que não consumia nenhum tipo de drogas nem bebidas alcoólicas. Ao negar o uso dessas substâncias, afirmou não precisar do uso para se sentir bem. Era forte em sua narrativa do cuidado de si, de sua autonomia e controle do corpo, assim como a dimensão da liberdade como mobilidade:

Eu vou beber para que? Para eu não saber o que vai acontecer? Para que usar (drogas), para eu não saber de nada? Não, não quero! (...) Eu estou morando hoje na rua, mas eu não ponho culpa em ninguém não, eu gosto de andar, de sair pra conhecer os lugares, assim me sinto livre (...) eu não quero mais preocupação como muita coisa mais não, meu filho. Eu estou aqui por minha livre vontade, quero decidir as coisas, não quero ter preocupação com essas *coisas*, não, eu não quero mais isso não. Quero poder decidir onde dormir, onde ir, eu gosto de ficar por aqui (Diário de Campo, 31/03/2017).

Essas *coisas*, que ele se referia, diziam respeito às questões burocráticas que a vida cotidiana acarreta, que as relações sociais, sobretudo econômicas, cobram, como contas corriqueiras da casa, as responsabilidades financeiras, de cuidados específicos com o corpo e as responsabilidades que cada espaço requer.

A diversidade de casos que surgiam me chamou atenção. Apontando para uma multiplicidade não somente de trajetórias, mas de relações possíveis em espaços públicos, no processo de habitação da rua, as relações afetivas se davam de diferentes formas. As pessoas que, ao perguntadas sobre suas famílias consanguíneas responderam que estas estavam vivendo

com eles nas ruas, ou seja, demonstrado que suas novas relações afetivas poderiam ser consideradas família, “minha família? tá aqui (apontando para o centro da Praça), eles são meus tios, meus irmãos, são minha família” (Diário de campo, 02/03/ 2017).

Isso implica dizer que há não somente uma continuidade das relações familiares, mas, sobretudo, uma ampliação dessas relações afetivas em um circuito mais amplo. Segundo Tiago Lemões (2013), ao desenvolver uma pesquisa sobre as relações afetivas de pessoas em situação de rua a partir de instituições de assistências, das políticas públicas especializadas, também destaca que:

A compreensão das relações cujos partícipes adquirem nomeações familiares reportamos para a ruas, em atenção aos atributos de proximidade, afinidade e compartilhamento de bens e experiências entre os envolvidos. Se, de fato, nomeações de parentesco são utilizadas para designar o grau de relações de intimidade e operando pela lógica da afetividade e não da consanguinidade. Nestes termos, a constituição de laços de parentesco afetivo, (...) introduz a possibilidade de estudar formas familiares lançando mão de conceitos que apontam para as múltiplas dinâmicas que alteram concepções tradicionais e evidenciam o afeto como base constitutiva destas relações (Lemões, 2013:45).

Existiam também as pessoas que manifestaram a dimensão da amizade como um vínculo importante em suas relações, em que o *irmão de rua* era construído na relação de confiança e de vivência. Essas novas relações afetivas na rua estão sob o processo de convívio cotidiano, ou seja, em uma constante negociação. Assim, a negociação não aparece somente em relação a possível manutenção de suas relações consanguíneas, mas na construção de suas novas relações nas ruas. Nesse conjunto de possibilidades de relações afetivas na rua, as pessoas davam-se em namoro, casamento, etc. Nesse aspecto, Weston (1997) afirma que a noção de “amor”, das relações afetivas das pessoas, mesmo entre parentes de sangue, que se supõe incondicional, na verdade seriam também condicionais, ou seja, as relações afetivas são constantemente escolhidas, trabalhadas, lutadas, conquistadas, construída.

Além do mais, existiam as relações afetivas em que os sujeitos demonstravam dar-se em laços matrimoniais, e passavam a se chamarem de esposo e esposa. Esses relacionamentos procuravam exercer as intimidades em espaços mais tranquilos, áreas verdes, e/ou sob improvisações de barracas de madeiras e papelões. A esse exemplo, a vida de Pedro, 24 anos, e sua esposa, Helena, 40 anos, podia ilustrar a vivência matrimonial construída no viver a/na rua. Segundo eles, vivem e se conheceram na rua, trabalhando,

alimentando-se e dormindo. Durante o tempo da pesquisa, estavam dormindo na Comercial da Quadra 306 Sul.



Figura 15. Pedro sentado ao lado de sua esposa, Helena, deitada no colchão ao fundo. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, 10/08/2017).

Pedro contou-me que suas atividades de trabalho são as mais diversas, entre elas, cuidar de carros estacionados e de catar materiais recicláveis. Disse-me ainda que, para o preparo da alimentação, compravam os produtos e guardavam no espaço que, agora, chamavam de casa.

Sobre essa relação com o espaço, e do processo de familiarização com a calçada em que estavam morando, falou-me que, às vezes, se viam falando um para o outro: “Vamos para casa? Está na hora de ir para casa!”. Falavam quando estavam querendo retornar, após suas atividades de coleta de materiais recicláveis. Diziam isso para demonstrar como eles estavam na previsibilidade que aquele espaço era o seu lar, e que sua família estava ali, que ele tinha sua esposa e ela o tinha. “Minha esposa está aqui comigo, minha família está aqui (...) aqui a gente guarda nossas coisas e ninguém mexe, aqui a gente prepara nossas refeições e é onde a gente descansa” (Diário de campo, 10/08/2017).



Figura 16: Local de Pedro e Helena preparam suas refeições e limpeza de utensílios. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, junho de 2017).

A forma como Pedro e sua esposa Helena guardam suas coisas, armazenam comida e água, me fez pensar nos meios em que as pessoas utilizavam para acumular, guardar coisas, já que a maioria das pessoas com quem convivi, tanto nessa pesquisa quanto na anterior, não teriam muitos meios de acumular as aquisições de coisas e alimentos obtidos por doações ou trabalho, em que a (in)constância de objetos e coisas eram presentes. A vida de Pedro e Helena, demonstraram como as pessoas constroem uma pluralidade de relações nos espaços públicos, chegando a casar-se e viverem juntos construindo nesses espaços seus lares. Esse é apenas um exemplo, dentre outros, em que os sujeitos não deixam de se relacionar amorosamente ao viverem nas ruas das grandes cidades brasileiras, que as pessoas são afetadas de diversas formas, se paqueravam, namoravam e dão-se em casamento. Sobretudo porque essas relações afetivas eram construídas na convivência na rua.

Dividir momentos partilhados é de uma importância sem igual para essas pessoas. Não foi difícil perceber que durante todo o meu tempo de pesquisa as pessoas gostavam e se empolgavam em serem ouvidas, que suas histórias de vida fossem respeitadas e valorizadas. Nesse sentido, se por um lado a rua pode ser vista como um lugar hostil, por outro ela também pode ser vista como o lugar de relações de confiança, amorosas, de amizades, e familiar.

Pedro de Andrade Calil Jabur (2015), ao analisar as cozinhas a céu aberto de famílias acampadas na cidade de Brasília como parte dinâmica da construção de identidades e sociabilidades dos sujeitos, afirma que:

Estas cozinhas - as ações, concepções e sentidos construídos a partir delas – significam, como os próprios relatos explicitam, mais do que somente a possibilidade de alimentação (fator de extrema importância e necessidade em um contexto onde

geralmente se come sem poder escolher que tipo de comida ou qual quantidade ou sem ter qualquer tipo de certeza quando se comerá novamente), mas também a tentativa, por parte desses indivíduos, de construir, concreta e simbolicamente, abrigos, que se tornam casas. Se, todavia, não possuem portas, elas representam a possibilidade de segurança, conforto e reconhecimento (Jabur, 2015:81).

Nas refeições coletivas, o sujeito que não tivesse o que apresentar no momento, comia conjuntamente, entretanto, se esforçava para cooperar. Essa era uma atividade rotineira porque quase sempre, com raras exceções³⁹, não era possível, na dinâmica da rua, armazenar alimentos. Como bem destacou Alfred Gell (2008), “o consumo é parte de um processo que inclui a produção e a troca, cada um dos três distinguindo-se apenas como fases do processo cíclico de reprodução social, no qual o consumo jamais é terminal” (Gell, 2008:146). Nesse sentido, comer conjuntamente produz relações, práticas culturais.

As roupas quase sempre eram conquistadas por meio de doações pelas instituições e por pessoas que iam até às praças para entregar algum donativo. No constante desgaste das roupas, buscavam outras doações. Como também não acumulavam roupas, compartilhavam entre si, ação que fortalecia os vínculos e gerava reciprocidade. Nesse acepção, existia uma importância e fundamentação das trocas, pois uma coisa dada não é uma coisa inerte (Mauss, 2003). Além do mais, quando levamos em conta aspectos específicos da utilização de artefatos, compreendendo a relação de um processo capaz de desenvolver uma dimensão simbólica e social dos objetos, em que mesmo os comestíveis servidos em um banquete, continuam a existir sob a forma das relações sociais que produzem (Gell, 2008).

As amigas das pessoas estavam envolvidas em um cotidiano em que a noite também fazia parte de suas relações de afetividades. Eram os momentos de conversas longas, reflexivas, momentos de beber e fumar conjuntamente, de contar suas histórias, de ouvir histórias, de conhecer um pouco do outro e de contar um pouco de si. Sobre esses momentos importantes de conversas, Daniel disse-me:

Alex, quando a noite vai chegando, a gente toma uma pinga, vai ficando mais escuro, mais silêncio, a cidade se transforma. A gente conversa, cada um conta de sua vida, de suas lembranças e até chora (dá risada ao contar) e parece que a cidade é nossa, fica um silêncio (...) é outra cidade. Nesse momento que todo mundo fica mais ligado, e conversando, a hora passa mais rápida e quando a gente vai dormir já é de manhã, já está quase amanhecendo (Diário de Campo, 11/08/2017).

³⁹ Algumas barracas e carrinhos de mercado poderiam ter essa característica de armazenar alimentos.

Após essas conversas, presenciadas por mim até as 3h da manhã, cada um ia para os seus locais escolhidos para dormir, e outros disseram que ainda não sabiam onde dormiriam naquela noite. Após a bebida, aos poucos a sensação de tranquilidade e de que a hora estava passando rápido tomavam conta do lugar até que cada um fosse dormindo de embriagados que estavam.



Figura 17: Um grupo de moradores de rua sentados nas áreas verdes próximo à Igrejinha da 308 Sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, 03/03/2017)

Não era difícil andar pelas quadras da Asa Sul do Plano piloto e não se deparar com as bricolagens (Kasper, 2006) feitas por moradores de rua como forma de fazer fogo e/ou fogão afim de prepara alimentos. Esses momentos de alimentação coletiva eram fortes espaços para a troca de objetos, alimentos e de experiências, porque não deixavam que o momento da refeição passasse sem que estes conversassem e planejassem medidas para conseguir ou manter os meios de trabalho já conquistados. Além de contarem de suas trajetórias e experiências nas ruas. Esse momento também era propício às narrativas de namoros e conversas sobre as pessoas com quem estavam se relacionando ou estavam interessados.



Figura18: Local onde foi preparada uma outra refeição coletiva, sobre pedras e madeiras. Na foto é possível ver uma garrafa de água e uma com gasolina. Foto: Alex Cordeiro (Diário de Campo, julho de 2017).

Quando caminhava pelas quadras do setor comercial sul, na companhia de Mauro, enquanto ele me contava de sua vida e das pessoas que conheceu na rua, fomos interrompidos por uma senhora que o gritava a fim de chamar sua atenção: “Mauro, vem aqui na tia, vem. Vem cá!”. Antes dele ir, perguntei quem era ela e ele me falou que se tratava de uma senhora que trabalhava em um comercio nas proximidades e que sempre que possível trazia doações para ele e que já se conheciam há bastante tempo. Ele era uma pessoa conhecida não somente por essa senhora, mais por outros comerciantes e por camelôs que trabalhavam na região.

Formação de grupos e nomadismo (urbano) solitário

Não foi difícil perceber que o fluxo entre pessoas e coisas, espaços e dinâmicas coletivas formavam grupos. Essa categoria grupo, de forma alguma quer dizer fixidez, estabilidade relacional, sobretudo porque a dinâmica de sua composição é fluida, não só na entrada e saída de pessoas e objetos em sua característica, mas sobretudo porque essas trocas, relações, são (in)constantes, são construídas na e a partir da mobilidade. Entretanto a mobilidade e circulação intensa nos espaços das ruas não significa mais ou menos força de vínculos relacionais, mas podem ser percebidas como um tipo específico de relação social, forjada e mantida na dinâmica da sua natureza móvel.



Figura 19. Moradores de rua sentados em área verde das quadras após refeição coletiva. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, agosto de 2017).

As relações afetivas e formação de grupos de *moradores de rua* na mobilidade em espaços urbanos, surgia também como meio de garantia de algumas medidas de segurança, de certa tranquilidade nas formas de trabalho e de busca por locais para dormir. Confiar na

companhia noturna era fundamental para a segurança, entretanto essas questões eram deixadas de lado por aqueles que ficavam alcoolizados e acabavam deitando-se em qualquer espaço que estivesse disponível. O controle do corpo frente ao álcool era de fundamental importância, já que parecia que o corpo daquele que consumia e deitava-se nos mais diversos locais sem uma escolher, poderia estar vulnerável. Assim, não era difícil perceber os discursos de que as substâncias alteravam e tiravam as autonomias sobre o corpo, os controles pessoais sobre si. Logo, podemos perceber que as drogas não eram apreendidas de forma generalizada, mas compreendidas a partir de experiências vividas e vistas pelos moradores de rua. Nesse sentido, “o que se verifica em campo são situações em que o sujeito domina as drogas e outras em que ele é dominado” (Martinez, 2012:01), haja vista uma diferenciação entre as drogas em seu consumo.

Assim, as pessoas falavam das vantagens e desvantagens das substâncias e de suas diferenciações. Quais eram melhores para cada ocasião e quais deixavam o corpo mais vulnerável. Beber de forma solitária, geralmente, ocasionava que acabavam dormindo em calçadas mais movimentadas, como de lojas, assim como de terminais rodoviários, ou próximos de estações de metrô, etc. As bebedeiras coletivas eram feitas mais em Praças, em áreas verdes da cidade, sobretudo nas primeiras horas da noite, e as conversas se estendiam por toda a madrugada até o início do sono por volta das 3 ou 4 da manhã. Entretanto, pude perceber que existiam aqueles que preferiam dormir durante as manhãs e passarem as noites acordados. Geralmente também essas informações de onde dormir são compartilhadas, sempre passadas na preocupação para as escolhas de locais mais seguros para o descanso e guarda de seus pertences, era uma estratégia muito válida para os sujeitos. Assim, a convivência em grupo tinha suas vantagens. Existia uma busca também por saber viver na rua.

Quando o sujeito dava valor à sua liberdade de estar só, de andar só, parece-me que enfrentava alguns obstáculos bem diferentes em relação aos demais que viviam em relações de grupos. Suas atividades para angariar recursos não só se tornavam mais difícil assim como os locais para guardar seus pertences e, sobretudo dinheiro, eram mais difíceis de consegui-los, já que não contava com a confiança de ninguém.

O caso de Roberto pode nos ajudar a refletir melhor sobre o assunto, ele costumava andar sozinho pelas ruas da cidade e destacava que esse era um desejo pessoal de se cuidar e se relacionar com as pessoas, mas não dormir de forma coletiva ou qualquer outro tipo de atividade conjunta. Ele procurava fazer suas atividades de trabalho e lazer através de suas estratégias pessoais:

Tem outros lugares que você frequenta no plano piloto e onde mais dorme?

- Eu cuido de carros estacionados em frente ao hospital de base, também, e às vezes vou ao centro pop e ao parque da cidade, mas não durmo lá. Já dormi, mas não durmo mais lá. Mas gosto mais de ficar aqui em frente à Igreja. Estou sempre por aqui. Peço uma ajuda, e às vezes as pessoas dão alguma coisa, às vezes não dão. (Roberto - Diário de Campo, 21/12/2017).

Roberto, além de falar de sua vontade de ficar nas ruas, como liberdade para fazer o que deseja, também me descreveu como um lugar hostil, sobretudo como resultado de suas decisões pessoais. Quando perguntei se ele já tinha sofrido algum tipo de violência na rua, me respondeu:

-Ah, sempre rola. Há três meses eu estava com um dinheiro que consegui trabalhando, cuidando de carros estacionados. Mas teve um cara que me roubou...

Mas era morador de rua, também?

-Sim, não conhecia ele. Ele anda por aí, mas, mais pela asa norte. Foi lá que ele me roubou.

Como ele conseguiu te roubar, ele estava armado?

- Estava nada. Ele esperou eu dormir e jogou uma pedra na minha cabeça e quando eu desmaiei ele levou meu dinheiro e minha mochila, minhas coisas...

E o que aconteceu depois, alguém te prestou socorro?

- O pessoal deve ter ligado para o SAMU, alguém ligou e me levaram... Olha minha boca, como está cheia de ferro. (Roberto - Diário de Campo, 21/12/2016).

Roberto estava com estruturas metálicas para reconstrução do maxilar. Segundo ele, já se fazia três meses desde o episódio. Ao me pedir dinheiro, disse que era para comprar chicletes, porque amenizava o atrito do aparelho dentário com a boca. Ele envolvia todo o aparelho com gomas de mascar. Contou-me que se alimentava através de doações e de alimentos que comprava. Além do mais, as frutas das árvores das quadras e do Parque da Cidade também eram meios de conseguir alimentar-se. Em sua narrativa percebi que sua vida nômade e de forma solitária lhe custavam cara, traziam desafios maiores ao seu cotidiano. Estrategicamente, Roberto costumava dormir nas primeiras horas do dia, assim como buscava guardar seus pertences em algum lugar da cidade.

Se por um lado, existem relações com as famílias que continuam sendo mantidas, no espaço da rua outros vínculos são construídos. A família passa a ser estendida por um leque mais amplo de relações de confiança e de consideração. Por exemplo, o *irmão*, o *companheiro*, a *tia*, e o *meu chegado*, presentes na linguagem do cotidiano de *moradores de rua*, não são simples expressões, mas manifestam uma lógica de relação que pode ser entendida como de confiança e cuidado. Todas essas atividades fortalecia o convívio, mas também delimitava laços restritos de confiança, na medida em que os conflitos eram amenizados na dimensão do *respeito*, *confiança* e *consideração*. Ou seja, conforme meus interlocutores, um morador de rua

não conhecido é “testado” com perguntas que aos poucos vão sendo feitas. Além disso, deve ser “humilde”, que saiba reconhecer quem está há mais tempo na rua.

A mobilidade longe de romper relações, configura tipos específicos de relações familiares, forjadas no próprio movimento e apta à agregação de novos membros, desde que esses estejam envolvidos às condições em que estas existem. Ser um *irmão de rua* requer a disponibilidade do ser um *irmão de rua*, predisposição necessária ao movimento que envolve as relações sociais destes. Além do mais, as diferentes “manifestações e representações corporais que emergiram a partir do das ruas” (Frangella, 2004:14) fazem parte de um tipo específico de relações sociais e de habitação no cenário urbano, como veremos um pouco mais a seguir nas manifestações da cultura material.

Assim como as relações familiares consanguíneas estavam em constante negociação, suas novas relações construídas na rua também eram costuradas em um contínuo processo de convivência com negociação e possíveis apaziguamento de conflitos. A vida dos moradores de rua, como percebi nas narrativas, demonstravam que esse espaço tão significativo na cidade, a rua, era capaz de construir relações de afetividade e intimidade. A rua poderia ser vista como espaço do desconhecido, da malandragem, mas também pode ser o espaço da intimidade e dos afetos. O espaço onde pode ser gerido outras formas de viver e perceber a cidade, de fazer cidade.

CAPÍTULO 3

FAZER CIDADE

Como observado no capítulo anterior, as mais diversas trajetórias individuais apontavam para um tipo específico de relações sociais que são costuradas na mobilidade urbana. Esses fluxos envolviam-se na formação de grupos, meios de trocas, intimidade, e de afetos, aspectos que nos possibilitam pensar a multiplicidade de fenômenos que compõem a cidade. Nesse sentido, aproximar-se da vida das pessoas nos possibilita apreender mais de perto este fenômeno, através da circulação, usos dos espaços, suas histórias de vida, visões de mundo, noções de corpo, espaço e liberdade.

A preocupação aqui é compreender as (in)constâncias dessas sociabilidades em torno desse espaço tão significativo e importante na cidade que é a rua, flagradas nas formas dos relatos etnográficos, trajetos, momentos onde o habitar a cidade também proporciona um fazer relações, ou vice-versa (Oliveira, 2012; Lemões, 2013). Os usos e ocupações dos espaços, as escolhas de onde dormir, trabalhar e alimentar-se, ou seja, os processos de territorialização são envolvidos na própria dinâmica da circulação e marcados intensamente pelo nomadismo urbano – em uma correlação entre corpo, coisas e espaços (Magni, 1994; Frangella, 2004; Kasper, 2006). Como resultado, o capítulo pretende abordar os impactos do processo de habitação da rua na paisagem, e na própria constituição da cidade; compreender a dimensão conflituosa, criativa e (in)constante em que as pessoas estão fazendo ou desfazendo modos de perceber e viver a cidade (Agier, 2011; De Certeau, 2012; Patriota de Moura, 2012).

A cidade de Brasília (DF), reconhecida por seu planejamento racional moderno, será o cenário. Analisá-la, considerando as diversas lógicas de uso de seus espaços públicos, implica na probabilidade de perceber conflitos entre modos de utilização e concepções de cidade. Ao considerarmos os mundos das vidas existentes nas calçadas e praças, que diariamente são tornadas habitáveis, sugere-se analisar a rua enquanto envolvida na (i) legalidade de seu uso. Além do mais, as pessoas produzem agências sobre os espaços, mas também os espaços interferem em seus corpos, existindo uma mútua relação de interferência. Sobretudo quando levamos em conta os usos subversivos dos espaços públicos, as configurações criativas, as *bricolagens* cotidianas na construção de habitações provisórias, e na contrapartida a essas formas por parte de transeuntes, demais moradores, comerciantes (despontada nas estruturas físicas) e agentes de Estado (policimento).

A circulação e as lógicas da mobilidade nos espaços urbanos

No dia três de março de 2017, sexta feira, estive na Rodoviária do Plano Piloto⁴⁰, além de conhecer diversas pessoas que usavam o espaço para vender diferentes produtos informalmente, como os hippies (artesãos), vendedores ambulantes, artistas de rua (estátuas vivas), eu conversei com Julia, uma *moradora de rua* de 32 anos, negra, e natural da cidade de Luziânia (DF). Nos encontramos em frente à Pastelaria Viçosa. Ela estava sentada próxima ao “caixa” do estabelecimento e esperava as pessoas encomendarem seus pedidos e efetuarem os pagamentos, assim pedia moedas que eram devolvidas aos clientes em forma de troco. Abordava os compradores usando as seguintes frases “*moço (a), pode me dá uma moeda?*”, “*ajuda com o troco?*” ou “*ajuda com apenas uma moeda?*”. Após conversarmos por um bom tempo, ela se afastou daquele local. Perguntei para onde estava indo, disse-me que iria ao encontro de seu atual namorado que se encontrava nas proximidades da Torre de TV. Era por volta das 18h. Pedi para acompanhá-la e ela aceitou.

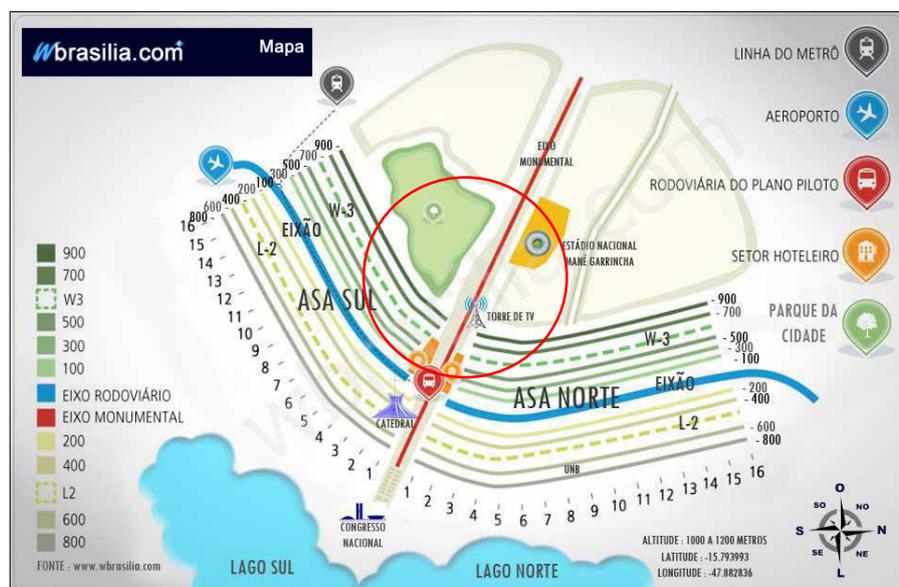


Figura 20: Mapa do Plano Piloto da cidade de Brasília. Nele é possível perceber a localização da Rodoviária do Plano (destacada por um ícone de cor vermelha) e da Torre de TV (ícone em desenho de torre). O círculo em vermelho corresponde ao espaço (mais ou menos) restrito da pesquisa de campo [grifos meus]. Fonte: <http://www.wbrasil.com> Acesso em: 17 de novembro de 2017.

⁴⁰ Marco zero da Capital Nacional; ponto de cruzamento entre os eixos Rodoviário (Norte-Sul) e Monumental (Leste-Oeste), que determinam o traçado do Plano Piloto de Brasília; a Plataforma Rodoviária foi pensada Por Lúcio Costa para ser o centro urbano da Capital. Cerca de 700 mil pessoas transitam na rodoviária diariamente. Desde 2001, também funciona em seu subsolo a Estação Central do Metrô de Brasília. Fonte: <http://wbrasil.com/rodoviaria.htm> Acesso em: 17 de novembro de 2017.

Enquanto caminhávamos até a Torre de TV, Julia disse-me que estava na rua a três anos, e que já havia dormido em diferentes locais da cidade, como o Parque da Cidade, Eixão do Plano, além de outras cidades do Distrito Federal. Outrossim, fazia visitas à casa de seus familiares, e havia conhecido seu namorado na rua. Disse-me ainda que trabalhava vendendo doces e pedindo doações na Rodoviária do Plano e estações do Metrô. Quando a indaguei sobre seus motivos de viver nas ruas, afirmou:

Eu sou mãe solteira, entendeu? Tive que me virar para ajudar a criar meu filho que está com minha mãe (...) a rua para mim nunca foi um problema. Minha mãe nunca ligou se eu saía de casa. Se tivesse que dormir na rua eu dormia, como hoje ainda durmo (...) eu aprendi me virar foi cedo, eu nunca esperei por ninguém, sempre fiz meus “rolês”, sempre consegui minhas coisas. (...) eu ando pelo DF todo, sei me virar, entendeu? (...). Foi nessas [andanças] que eu consegui fazer meu cadastro de assistência [bolsa família], e consigo meu dinheiro, minhas coisas (Diário de Campo, 03/03/2017) [grifos meus].

Embora tenha alcançado o benefício do Programa Bolsa família, contou-me que, em suas idas constantes ao Centro Pop, estava à procura de outros benefícios sociais a que tem direito, como o “auxílio aluguel”⁴¹. De todo modo, foi possível perceber que Julia rememorava suas experiências de vida nas formas de utilização dos espaços, como a circulação lhe proporcionava agregar benefícios sociais e atividades de trabalho. Ademais, circulava como forma de mapear os trajetos, de construir sua rede de circulação, para que pudesse acessar os diversos recursos disponíveis. Seja nas formas de atendimentos institucionais, de ações voluntárias de indivíduos, ou de seus trabalhos criativos, como vender doces, catar latinhas, vigiar carros estacionados, etc., atividades que eram também desenvolvidas conjuntamente com seu companheiro.

Quando chegamos à Torre de TV, algumas pessoas estavam sentadas no chão, eram um homem, seu namorado, e duas mulheres. Eles estavam fumando, conversando, e percebi algumas mochilas e sacolas com roupas. O rapaz era Jordan, 39 anos, natural de Goiânia (GO), e as moças eram Bruna, 27 anos, e Denise, 30 anos, naturais da cidade de Ceilândia (DF) e Taguatinga (DF), respectivamente. Julia nos apresentou e falei da pesquisa e, sob as perguntas que foram surgindo, falei também de minha trajetória de vida, de minhas experiências pessoais

⁴¹ “De janeiro a 31 de junho a SEDESTMIDH concedeu 172 parcelas do Benefício Excepcional no valor de 600 reais. A iniciativa conhecida como auxílio aluguel é concedida à família para subsidiar as despesas do aluguel do imóvel e assim retirá-la da situação de desabrigo. No mesmo período as duas unidades forneceram 675 Auxílios Vulnerabilidades no valor de 408 reais, que visam minimizar situações de risco, perdas e danos e decorrências de contingências sociais”. Fonte: <http://www.sedest.df.gov.br/noticias/item/3218-dia-nacional-de-luta-da-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.html>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

em morar em diferentes cidades do país, como São Paulo e São Luís, e assim nosso encontro foi uma socialização de histórias como forma de nos conhecermos melhor.

Jordan havia finalizado uma atividade de vigiar carros nos estacionamentos públicos próximos à Feira da Torre. Branco e de estatura mediana, usava calça jeans, camiseta e chinelo de dedo. Ele carregava uma mochila, e ao lado deles havia sacolas com roupas, resultado de doações de moradores das quadras. Julia e suas amigas pegaram as sacolas e começaram a olhar as roupas, separando as que lhes interessavam, assim pegou para si e seu companheiro, e dividiram em sacolas as que lhes agradavam. Suas amigas pegaram suas partes da doação, despediram-se, e foram em direção ao Setor Hoteleiro Norte. Quando Jordan disse-me que estavam indo para as quadras residenciais da Asa Sul, pedi novamente para acompanhá-los no trajeto e aceitaram.

Eu estava tentando, além de me relacionar, fazer os percursos com as pessoas. A intenção era perceber as escolhas por locais onde circulam pela cidade, e quais eram os sentidos da mobilidade. Enquanto caminhávamos no sentido Asa Sul, cruzando a via de acesso à Rodoviária do Plano e adentrando as ruas do Setor Hoteleiro Sul, falavam-me um pouco de suas vidas e dos lugares por onde já trabalharam, seja cuidando de carros estacionados ou em outras atividades formais e informais. Em nosso diálogo, procurei saber sobre o cotidiano na rua, onde dormiam, trabalhavam, conseguiam e consumiam alimentos.

Nesse aspecto, suas narrativas pareciam apontar para uma constante reconfiguração de percursos e estratégias, já que os lugares eram diversos, sejam onde dormiam ou trabalhavam. Jordan, ao discorrer sobre sua ida para a rua, disse que foi motivada para exercer atividades de trabalho, para, segundo ele: “não ficar parado sem se virar”. Contou-me ainda acerca dos desafios, experiências e habilidades para viver a/na rua, principalmente sobre outras cidades onde já passou, dizendo que:

Em Brasília eu acho até tranquilo, tem outras cidades que são mais complicadas para *morador de rua*. Em Goiânia mesmo é tenso, a polícia já chega batendo na gente... a gente nem pode ficar de boa como a gente fica na rodoviária daqui, lá é pauleira (...). Eu já dormi no final da Asa Norte, já trabalhei por lá também, mas atualmente durmo pelas quadras [residenciais] da Asa Sul, lá, depois da L2 é tranquilo, dá para tomar meu banho também, e durmo de boa. (...) sempre tem onde a gente conseguir alimentação... e graças à Deus eu também compro minha comida. (...) Se o cara for esperto, ficar ligado, fazer seu “corre”, ele não passa fome (...) eu já vendi frutas em vários lugares daqui do plano para comprar minhas coisas, e fazer minha comida quando eu quero, mas hoje eu consigo dinheiro cuidando de carros estacionados e catando latinhas (...) os sopões são mais na rodoviária, mais no fim de semana. Mas tem as pessoas que sempre fazem as sopas e dão nas quadras [residenciais e comerciais], como a tia do setor bancário [sul] (Diário de Campo, 03/03/2017) [grifos meus].

Ele havia criado um circuito de possíveis lugares para atividades de trabalho, de obtenção de recursos para pernoites e também de cuidado com o corpo. Fazia isso levando em consideração os lugares onde podia desenvolver modalidades diversas de serviços. Como já havia morado em diferentes cidades do Brasil, analisava essas experiências levando em conta as tensões e dimensões de conflitos existentes. Além de sua cidade natal, Jordan já havia viajado para Belo Horizonte e São Paulo. A circulação por diferentes cidades, e dentro destas, como os diversos espaços do Plano Piloto, lhe proporcionava um mapeamento das regiões, levando em conta os meios de subsistência que cada lugar poderia lhe proporcionar. Nesse sentido, ele poderia passar temporadas em regiões específicas e depois reconfigurar suas estadias e trajetos conforme eventuais conflitos (de natureza diversa) ou por interesses pessoais. Além do mais, foi possível perceber que Jordan destaca a mobilidade como forma de obter experiências de vida sempre ligadas fortemente pelas constantes atividades de trabalho.

Na caminhada dentro da cidade de Brasília, demonstrava saber dos locais mais recorrentes em que alimentos eram doados ou servidos coletivamente. A doação de alimentação mais conhecida, não somente por Jordan e Julia, mas para a maioria das pessoas que conheci, eram os *sopões*⁴². Os sopões constituíam-se como uma espécie de válvula de escape para *moradores de rua*, porque, de certa forma, poderiam contar com essa alimentação caso não conseguissem por outro meio. Além do mais, essa ação era como uma espécie de evento, em que as pessoas também se conheciam e/ou se encontravam nesses locais onde as refeições eram servidas, formando rodas de conversas após cada ação social. A sopa era levada em uma panela de alumínio de tamanho grande aos espaços públicos e era oferecida em pratos e colheres

⁴² Chamavam de sopões, as atividades de pessoas e instituições (filantrópicas ou estatais) que doavam sopas durante o período da noite em diversos pontos da cidade. Entre os lugares mais recorrentes, nos relatos, estavam a Rodoviária do Plano Piloto e o Setor Comercial Sul. Essas práticas parecem ser recorrentes na cidade, onde não somente instituições, mas pessoas se empenham nessas atividades, como observado em matérias jornalísticas do Distrito Federal: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/professora-faz-sopa-para-moradores-de-rua-com-legumes-tirados-do-lixo.html>; <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/29/mulher-faz-sopa-com-alimentos-reaproveitados-e-distribui-na-rua-no-df.htm>; http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/12/25/interna_cidadesdf,562503/voluntarios-que-distribuem-sopa-a-comunidades-relatam-experiencias.shtml; Igrejas: <http://saranossaterra.com.br/noticias/jovens-do-arena-distribuem-sopas-na-rodoviaria-do-plano-piloto-em-brasilia/>; Entidades filantrópicas que recebem doações para o preparo e distribuição das sopas: <http://casadasopaong.blogspot.com.br/>; ações coletivas movidas pela mídia (rádio e redes sociais): <http://www.jornalregional.com.br/noticia/2225/INVERNO:-Sop%C3%A3o-Solid%C3%A1rio-na-Rodovi%C3%A1ria-do-Plano-Piloto-nesta-5a.-feira.html>; <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/06/jovem-convoca-grupo-na-web-e-doa-sopa-e-agasalhos-mendigos-no-df.html>; <http://www.sonoticiaboa.com.br/2015/06/21/aluna-da-comida-na-boca-de-sem-teto-afeto-viraliza/> Acesso em: 17 de novembro de 2017.

descartáveis, acompanhadas de um pão⁴³. Além de doações que eram feitas de forma individual, por voluntários, instituições filantrópicas também ofereciam esse serviço. Quando a refeição era distribuída por instituições religiosas, os momentos eram acompanhados de sermões, orações e louvores.

Durante a noite, daquele mesmo dia, continuei o percurso com Jordan e Julia. Quando passamos em frente ao Pátio Brasil Shopping, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 07, duas pessoas estavam sentadas na entrada, pedindo aos transeuntes que passavam, e Jordan e Julia as cumprimentaram. Seguindo o percurso, já do outro lado da avenida W3 Sul, caminhamos pelas ruas do Setor Comercial até a estação Galeria do Metrô. Na estação encontramos outros *moradores de rua* e demais catadores de materiais recicláveis (latinhas, papelões, etc.). Eles conversaram sobre a quantidade de materiais que conseguiram e quando venderiam, e sobre os lugares aonde mais haviam encontrado determinados materiais. Os objetos coletados eram vigiados até que repassassem ao comércio ou a atravessadores que venderiam. Além do mais, Julia procurou saber em que região iriam catar latinhas naquela noite. Indicando que o trabalho era desenvolvido em diversas horas do dia. Papelões e sacos de estopa com latinhas estavam amontoados nas proximidades da estação.

Enquanto dialogavam, percebi que os olhares para mim eram interessados em saber quem eu era, e então Jordan nos apresentou. E, após marcarem de se encontrar na Praça do Compromisso naquela mesma noite, e após fumarem alguns cigarros, saímos daquele espaço. Continuamos andando e passamos pelo estacionamento do Hospital de Base, nele algumas pessoas já haviam finalizado suas atividades de vigiar e limpar veículos estacionados. Atravessando novamente a avenida W3 Sul, chegamos às quadras das 900s, ao centro Pop.

Na instituição, diversos carrinhos de supermercado estavam presos às grades pertenciam a vários *moradores de rua* que frequentavam o lugar. Jordan desamarrou seu carrinho, que estava com objetos pessoais dentro, cumprimentou e agradeceu ao guarda que estava na portaria. Prosseguimos pelas quadras das 900s e 300s. Nessas Quadras, Jordan e Julia caminhavam atentamente olhando para as lixeiras instaladas próximas às residências, e pegavam materiais que lhes interessavam, principalmente latinhas.

⁴³ Voluntários chegavam com seus carros, estacionavam em praças públicas, abriam o porta malas do veículo e serviam a sopa.

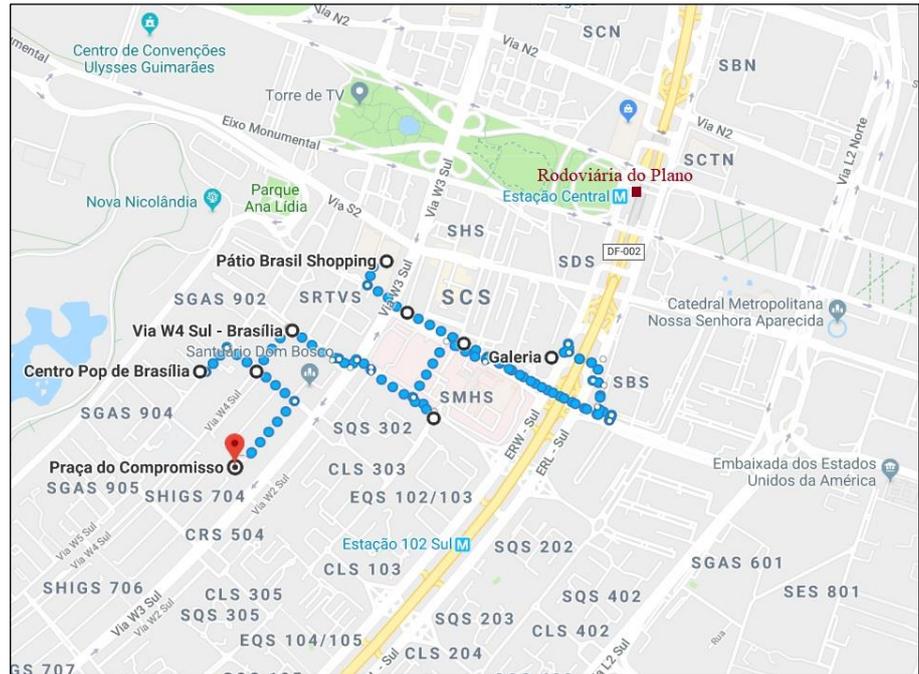


Figura 21: Na simulação feita no Google Maps, é possível perceber os principais locais por onde caminhamos, e as localizações das quadras 300 e 900s.

Em um dado momento, Jordan encontrou um salgado (massa de trigo com presunto e queijo) que já estava com algumas formigas. Ele pegou o pão, limpou tirando as formigas, e começou a comer. No momento em que apreciava o salgado, me ofereceu e, sob risadas da Julia, simultaneamente pediu desculpa por me oferecer:

Eu nem me toquei que você não ia querer... A vida da gente é assim, é dura, a gente vai se adaptando à muitas coisas. (...) O salgado tá bom, mas para comer assim, [pegando do lixo] tem que tomar cuidado pra ver se não tá estragado demais, né (...) Na rua, a gente vai aprendendo a comer de tudo, e o corpo vai criando resistência. No início o cara passa mal, sente dor de estomago por tá comendo coisa do lixo, mas depois o organismo vai se acostumando, e aceitando as comidas (Diário de Campo, julho de 2017).

Aqui, mesmo afirmando que foi apenas educado comigo, Jordan queria que eu percebesse que existia uma adequação ao processo de habitação da rua, que aquela forma de vida requeria fortes adaptações corporais. Não somente às longas caminhadas (quilométricas) diárias, em que o desgaste físico era intenso, não somente à exposição ao calor e frio, às variações climáticas, mas também às formas possíveis de alimentação, à uma noção outra do corpo. Corpo este que, sobretudo, resistia e reagia aos constantes desafios— o corpo é ao mesmo tempo esse resultado da relação com o espaço, assim como uma singularidade como percepção do meio (Merleau-Ponty, 1999). Nesse sentido, a cidade era feita com o corpo e ao mesmo tempo fazia o corpo.

Antes de voltarmos ao trajeto desenvolvido naquele dia, vale destacar aqui a relação que o espaço da rua toma sobre o corpo (Frangella, 2004). O corpo do *morador de rua* apresentava parte de sua trajetória, de maneira que seu modo de vida se expressava em marcas da exposição ao sol, da alimentação, das brigas, da violência policial. Nessa perspectiva, segundo Mariana Martinez (2011):

O corpo da rua é também produzido pelas marcas dos movimentos realizados em suas trajetórias e são apresentadas na esfera do corpo, nos dentes, cabelos, pés, cicatrizes. O corpo da rua é marcado por insígnias que imprimem a memória na esfera do corpo. Assim como o galo, mochilas onde guardam seus pertences, mantido sempre junto ao corpo, opera como uma extensão corporal, no qual cartas e fotografias são materializações de suas memórias (Martinez, 2011:46).

Entre os sinais presentes nos corpos, as marcas nos dedos, nos lábios, também mostravam o uso de substâncias. As incursões cotidianas na rua, na vivência, produziam relações específicas, interferiam subversivamente e criativamente nos espaços, assim como os espaços e as convivências e também as repressões por meio de agentes estatais produziam o corpo da rua.

Quando chegamos à Praça do Compromisso, Jordan encontrou-se com mais três pessoas. Janílson, gay, de 29 anos, e um casal de *moradores de rua* que também frequentam o Centro Pop. Janílson, me disse que aos poucos foi optando dormir nos espaços públicos, e pernoitar pela rua, sobretudo após as constates brigas com familiares por conta de sua sexualidade. Morava com uma tia, e a relação ficou difícil quando esta descobriu sua sexualidade. Disse-me que circulava por diversas quadras do Plano Piloto e por cidades do entorno, desenvolvendo algumas atividades de trabalho. Trabalhava também prestando diversos serviços em salões de cabeleireiros na periferia de Taguatinga, mas também vendia brigadeiros em diversos bares da região central de Brasília. Frequentava esporadicamente o Centro Pop, e em suas passagens pela instituição recebia atendimento especializado, fazia refeições, higiene pessoal e lavagem de suas roupas. Quando passava mais tempo no plano piloto, dormia nas ruas da Asa Sul.



Figura 22: Monumento na Praça do Compromisso em homenagem ao índio Galdino.

Já Conceição e Clésio, se conheceram na rua e trabalhava na região da Asa Sul, dormindo nas áreas verdes do Eixão. Na Praça, naquela mesma noite, todos estavam tomando uma espécie de mistura de diferentes bebidas alcoólicas com um suco artificial de frutas – a bebida era uma das principais atividades coletivas entre *moradores de rua* (Magni, 1994:121). A bebida foi misturada em uma garrafa de cinco litros, e bebiam em copos descartáveis. Novamente, sob olhares de seus amigos, fui apresentado, e de novo me perguntaram sobre minha vida e a pesquisa⁴⁴. Enquanto conversávamos e bebíamos, Jordan perguntou se tinham maconha, e responderam que ainda não tinham comprado. Perguntei sobre os lugares de venda e me informaram. Era em outras quadras da mesma da mesma região de onde estávamos. A venda de drogas, em sua maioria crack e maconha, era também um meio de aquisição monetária, pois moradores de rua também poderiam vender ou serem atravessadores do comércio de entorpecentes, e também de socialização, ou seja, o ato de fumar juntos envolvia lazer e recursos⁴⁵.

Naquela noite, as conversas foram sobre tudo: religião, política, suas trajetórias pessoais e experiências de vida. Como as pessoas tinham trajetórias diferentes, sobretudo no que diz respeito à princípios religiosos, sempre discutiam por discordarem de pontos específicos em suas conversas – fruto das diversas *trajetórias* existentes nas ruas (De Lucca, 2007). Conforme a noite ia avançando, as pessoas ficaram mais embriagadas, assim as conversas eram mais emotivas, traumas pessoais e lembranças significativas de suas vidas eram mencionadas, e nesse aspecto havia mais respeito entre os assuntos, uma espécie de sensibilidade coletiva pelas histórias pessoais que cada um tinha e socializava – *falar*, compartilhar a *dor* como um importante instrumento de superação, que possibilitava uma fuga para lidar com a questão da violência de suas vidas e do cotidiano (Das, 1995). Além do mais, diversos estudantes que saíam de suas instituições de ensino, e se reuniam na praça, bebendo, fumando, antes de irem para suas casas, também interagiram de alguma forma com moradores de rua, em conversas e, sobretudo, no *mangueio* que os *moradores de rua* faziam a estes.

Enquanto bebíamos, mais três moradores de rua chegaram, eram alguns daqueles que tínhamos encontrado na Estação Galeria do Metrô. Eles trouxeram “mini pizzas” que haviam ganhado e estas foram divididas entre todos e comemos frias, com a massa ainda pré-cozida (crua). Além de beberem e comerem conjuntamente naquela noite, marcaram uma refeição

⁴⁴ Não somente o fato da pesquisa era interessante para as pessoas, como saber de minha história de vida, de minha vinda para Brasília, assim como de minha naturalidade. O fato de ser do Maranhão rendia muitas histórias suas de viagens e de conhecerem outros moradores de rua que eram do meu estado, ou de outros estados do Nordeste.

⁴⁵ Sobre essa questão tratarei no último capítulo desse trabalho.

coletiva em uma das áreas verdes das quadras para o dia seguinte, por volta do meio dia de sábado. Todos pareciam interessados em cooperar e participar do almoço compartilhado. Um dos *moradores de rua* que havia chegado por último à praça, trouxe uma garrafa de vinho que também foi aberta e compartilhada. Nesse momento de bebedeira coletiva, fui surpreendido com a fala de João, um morador de rua de 46 anos e natural da Bahia, dizendo:

Botei fé em ti... gostei de ti porque tu tá aqui de boa, conversando com a gente na humildade, caminhando com Jordan, de boa, e agora tá comendo e bebendo com a gente. (...) Volta aí depois, pode ficar de boa com a gente que ninguém te mexe, não. Pode ficar frio que aqui é só gente boa, pode perguntar o que quiser e fazer tua pesquisa de boa (Diário de campo, março de 2017).

Sua fala me fez refletir sobre a importância de minha postura para com as pessoas que conheci, não somente em comer e beber conjuntamente, mas na horizontalidade que busquei estabelecer em nossas trocas de informações, assim como nas proximidades de algumas histórias de circulação por cidades e também por minha origem, algo que despertava curiosidade, e manifestava histórias sobre outros maranhenses que conheceram, ou de seus descendentes nordestinos. Nesse sentido, eu não estava imune às relações que são construídas na circulação e interação na rua, entretanto se essas relações configurariam afetos dependeria da continuidade do convívio da construção e negociação de nossas relações.

Nessas caminhadas diárias, os encontros coletivos, de socialização de substâncias, proporcionavam a construção de vínculos, pois eram como ligaduras de suas novas relações sociais. Quando a bebida acabou naquela noite, aos poucos foram para os locais de repouso, aonde cada um iria dormir, e saíram para diversas direções que a praça proporcionava. Entretanto, alguns afirmaram que iriam catar latinhas no Setor Comercial Sul e em outras quadras da região naquela noite. Após conversar bastante com Jordan, por volta das 22h, nos despedimos e disse-me que iria dormir em um horário maior da noite, somente nas últimas horas da madrugada. Jordan ficou com Julia naquela mesma região da praça para o pernoite.

Como percebido no percurso que fiz com Júlia e Jordan, da Rodoviária do Plano, passando por outros espaços da região da Asa Sul à Praça do Compromisso, e através de suas narrativas que tornavam possível perceber os percursos de maneira mais geral, sobretudo em outros horários do dia, as pessoas configuram uma malha lógica de circulação pelos espaços públicos, sobretudo na construção de relações sociais nesses espaços. Nesses contextos, os estacionamentos públicos, as calçadas, praças e parques, são envolvidos na obtenção de meios de subsistência, garantias de trabalho e também de lazer. As praças públicas eram espaços onde o descanso era desenvolvido, entretanto, era também onde as pessoas tinham momentos de

diversão e de trocas de suas experiências cotidianas, sobretudo nas trocas de objetos e substâncias, em comer, beber e fumar juntos.

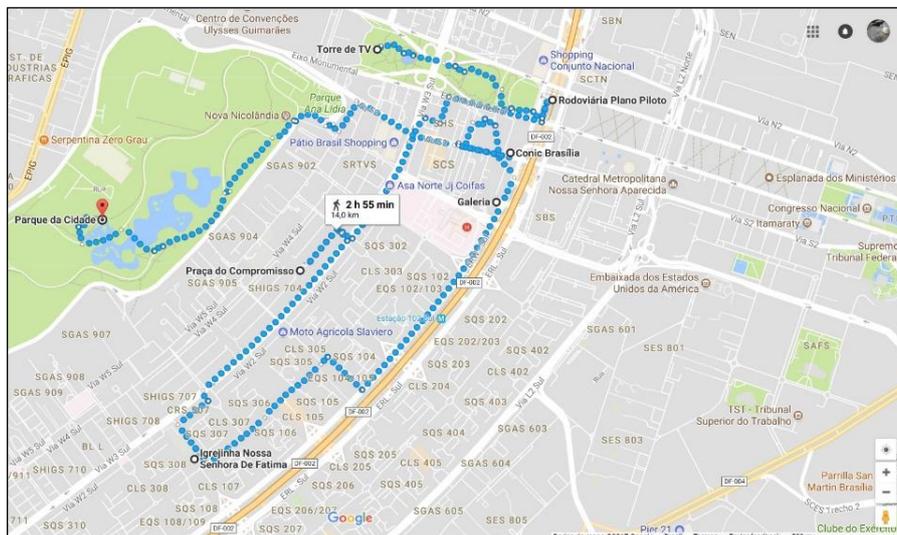


Figura 23: Mapa da Asa Sul do Plano Piloto, nele os principais pontos percebidos na circulação são simulados, como a Rodoviária do Plano, Torre de TV, Conic (Setor de Diversões Sul), Estação Galeria (entre outras estações), Praça do Compromisso, Parque da Cidade e Praça da Igrejinha da 308 sul, faltando o Centro Pop, estacionamento do Hospital de Base e diversos outros lugares, instituições, comércios, equipamentos urbanos (viadutos, subsolos, espaços do Setor Bancário Sul, etc.), que também são utilizados. Fonte: Google Maps.

Percebi em todas as conversas com *moradores de rua*, que as pessoas circulavam por vários espaços da cidade, circulação motivada por diversos fins. Como a pesquisa de campo focalizou nos espaços públicos da Asa Sul do Plano Piloto, busquei as lógicas de utilização desses espaços mais específicos. Entretanto, foi possível observar que as pessoas exerciam uma malha de circulação muito mais ampla, entre as cidades do entorno e dentro destas, como Ceilândia, Guará, Águas Claras e Taguatinga, entre outras. Entendi que os motivos dessa circulação diziam respeito às obtenções de trabalho, de atendimento especializado, como benefícios sociais e acolhimento provisório, assim como de aquisições de objetos, provenientes de doações, sejam por intermédios de instituições ou por moradores das quadras e transeuntes em geral⁴⁶. Era notório que as pessoas voluntariamente levavam donativos à diversos lugares

⁴⁶ Recorrente presença de pessoas que voluntariamente se solidarizam e fazem arrecadações e doações de roupas e agasalhos: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/montadas-para-o-bem-drag-queens-fazem-acao-solidaria-na-rodoviaria>

da cidade, sobretudo a Rodoviária do Plano Piloto e distribuíam para os pedintes e *moradores de rua*⁴⁷.

Como percebido, na constante circulação diária, o *morador de rua* precisaria adaptar-se à rua, pois essa o desafiava à uma mobilidade necessária para um mapeamento dos lugares, assim os *corres, rolês*, formas de trabalho e lazer, seriam possíveis. Aprendizado tornado possível ao socializarem os percursos entre si, no compartilhamento de experiências e sobretudo de experiências nos espaços. Assim, submetiam os corpos à exposição e à dimensão da urbanidade, compondo uma correspondente relação com a cidade, sua malha própria de uso dos espaços e relações sociais. Ou seja, esses encontros também possibilitavam que se relacionassem amorosamente e construíssem vínculos fortes de amizade e familiar, ao namorarem, e darem-se em casamento, por exemplo. Além do mais, os conflitos e negociações eram envoltos na dinâmica entre sujeitos e estruturas físicas da cidade, na interação entre essas dimensões.

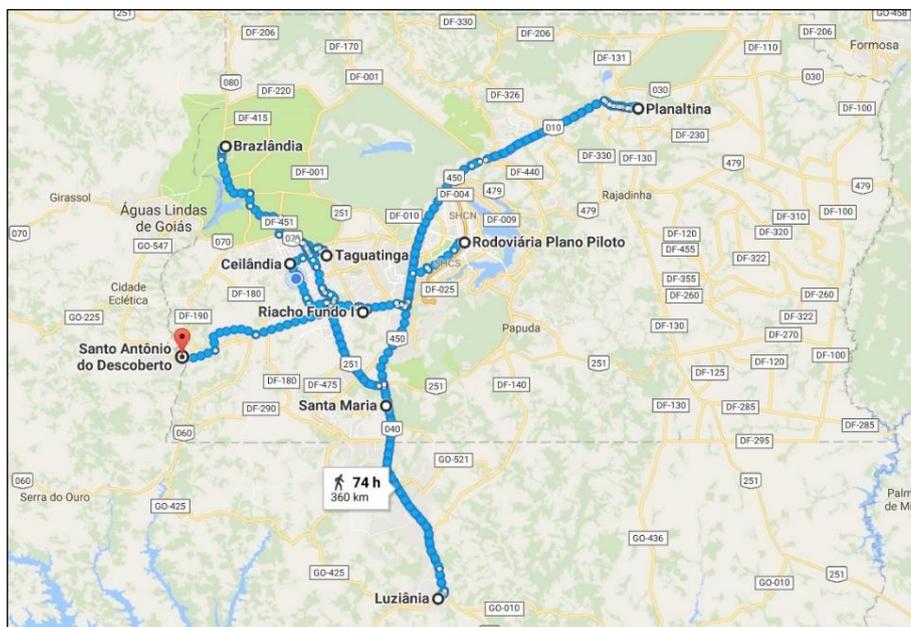


Figura 24: Algumas das cidades do entorno de Brasília presentes nas narrativas das pessoas, seja como lugar de origem ou em relação à circulação. São elas: Planaltina, Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Planaltina, Riacho Fundo, Santo Antônio do Descoberto, Santa Maria e Luziânia. No centro do Mapa a Rodoviária do Plano, representando o Plano Piloto da cidade de Brasília. Simulação Google Maps. [grifos meus]

⁴⁷ Segundo Matéria do “Jornal de Brasília”, “ficou mais burocrático fazer caridade em Brasília. Agora, qualquer tipo de ação social nos terminais rodoviários carece de requerimento prévio e autorização do Transporte Urbano do DF (DFTrans). A medida, publicada no Diário Oficial no fim de setembro, teve um impacto imediato na quantidade de trabalhos voluntários e, claro, divide opiniões”. Fonte: <http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/gdf-limita-aco-es-voluntarias-para-sem-teto/>

Como já destacado, os *moradores de rua* também poderiam circular ou fazer parte de uma rede maior de relações sociais – sobretudo ligadas à uma rede de recursos (Lemões, 2013:167). Além disso, se relacionam com transeuntes, demais moradores, comerciantes e agentes de Estado, além do mais, conhecem e podem desenvolver algum tipo de relações de trocas entre diferentes moradores de rua e diversos grupos que fazem parte da realidade da cidade (Frehse, 2013). Outrossim, as pessoas não eram somente oriundas de outros estados e regiões, mas faziam parte de uma dinâmica mais restrita de circulação, por e entre as cidades do Distrito Federal e do Estado de Goiás.

Se por um lado, existiam também as lógicas de circulações entre casa e rua, em que sujeitos frequentavam casa de familiares; por outro existia a circulação entre espaços diferentes da cidade, e entre cidades diferentes do Distrito Federal. Uma circulação de proporções micro e macro, por dentro e por fora das dimensões de Brasília – em seus *trajetos* e disposições, e hábitos não homogêneos (Kasper, 2006:38). Outrossim, no circuito da região central da cidade, que envolve sobretudo a Rodoviária do Plano e Setor Comercial Sul, o fluxo de pessoas é constante, não somente porque circulam por diferentes espaços, e podem não ser vistas em horários, ou dias, mas também porque podem migrar para outros territórios, além de novos indivíduos surgirem constantemente nesses espaços – criando formas específicas de experienciar e viver a cidade.

Nesse sentido, podemos identificar nesses casos, que a vida dos *moradores de rua* é uma invenção como resistência e criatividade (De Certeau, 2012). O próprio espaço urbano da cidade proporciona meios, equipamentos (sejam eles os comércios, instituições, bares, praças, parques, etc.), relações diversas, para essa criatividade – redes de diversos recursos. Os sujeitos transformam constantemente as próprias relações existentes em prol de sua autonomia, de sua liberdade. De fato, um dos aspectos indicados nas narrativas sobre os conflitos familiares e a vivência na rua, é a valorização da liberdade na escolha das atividades cotidianas.

A noção de liberdade também dizia respeito à possibilidade do movimento como forma de um conhecimento e experiência com o ambiente, a um mapa cognitivo (Ingold, 2005). Andar, circular atentamente é uma característica do fazer circuitos, de construir trajetos individuais, porém tornam-se coletivos pelo compartilhamento de narrativas e experiências vividas cotidianamente nesses espaços. Movimento este que proporciona um conhecimento de si, de suas capacidades cognitivas e uma constate transformação do espaço, do meio. Portanto, o conhecimento é construído na dinâmica do movimento – sobretudo na percepção do ambiente

(Tuan, 1980)⁴⁸. Uma circulação em que o corpo, e suas extensões, vestimenta, objetos, conhecimento, estão em (in) constante curso. Nesse sentido, essa circulação apresentava características de uma mobilidade como liberdade (Pina-Cabral, 2013). Liberdade para fazê-la, livres na condição de serem móveis.

Os *moradores de rua*, na presente pesquisa, nos ajudam a pensar a construção de laços sociais e novas práticas em espaços urbanos. Estes estariam relacionados a uma circulação e fixação, ao andar e parar (Magni, 1994; Martinez, 2011) em suas práticas cotidianas, apesar de encontros permanentes em praças específicas, estão em constante deslocamento. Entretanto, realizam suas atividades dentro de um território (em constante fluxo) bem delimitado, porém sem acúmulo e/ou posse alguma – corpos e objetos estão em constante movimento. Além do mais, os laços sociais não estão sujeitos à dimensão de um espaço somente.

As regularidades e escolhas de onde dormir: (re)configurando os percursos

Durante os meses de junho e julho de 2017, o frio ficou mais intenso do que nos anos anteriores, nessa perspectiva, não somente observei, mas os *moradores de rua* me relataram que aumentou o número de pessoas que doaram cobertores e roupas próprias para o frio. Fiquei feliz com esse fato porque sou de uma região quente do país, e embora goste do clima frio, costumo sentir de forma mais intensa as baixas temperaturas. Nesse sentido, questionava sempre as pessoas se estavam conseguindo dormir durante a noite. Fui surpreendido com afirmações de que não haviam passado frio, entretanto, pude perceber que desenvolveram estratégias para assegurar que não passariam por esse problema. Assim sendo, utilizavam mais camadas de papelões para forrarem as suas camas improvisadas, assim com o uso de colchonetes e cobertores. Além do mais, nas áreas verdes, e em alguns espaços do setor comercial sul, foi possível perceber que fogueiras eram feitas próximas aos lugares de repouso. Em seus relatos, afirmaram que conversavam durante períodos da noite ao redor de fogueiras acesas em alguns pontos da Asa Sul e do Setor Comercial Sul.

⁴⁸ O autor trabalha com o conceito de *topofilia*, uma correlação, um “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como um conceito, vivido e concreto como experiência pessoal (Tuan, 1980:5).



Figura 25: Papelões e cobertores dividem espaço com cinzas de fogueira feita como forma de aquecedor noturno. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, julho de 2017).

Entretanto, foi mais recorrente os relatos de pernoites acordados e dormirem nos primeiros momentos da manhã. Assim, muitas pessoas tinham por rotina ingerirem bebidas alcoólicas em períodos noturnos, como forma também de aquecer o corpo, além da estratégia de acenderem fogueiras. Contudo, no setor comercial sul, muitos trabalhavam durante à noite, como tentarei exemplificar no último capítulo desse trabalho.



Figura 26: Morador de rua dorme durante o dia em calçada do Setor comercial Sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, julho de 2017).



Figura 27: Morador de rua dormindo na entrada da Associação Brasileira De Peritos Papiloscopistas da 308 sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, dezembro de 2016).



Figura 28: Uma Moradora de rua dormindo e outro sentado, nas áreas verdes da quadra 307 sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, dezembro de 2016).

Embora não tenha dados sobre os números de abrigados em albergues da cidade nesse período, sobretudo nos meses de junho e julho, em que a variação da temperatura era de 12° a 25° graus⁴⁹, se teriam aumentado, ou se as pessoas foram com maior frequência a casa de familiares, não deixei de observar pessoas nos espaços das ruas em meus percursos de campo durante esse período específico.

Os lugares onde dormir pareciam reconfigurados sempre que preciso, assim como permanecer neles conforme interesses específicos, sobretudo aqueles que são mais utilizados

⁴⁹ Fonte: <https://www.accuweather.com/pt/br/brasil/43348/june-weather/43348?monyr=6/1/2017>

para o descanso noturno. Em algumas falas foi possível observar que se acontecesse algum tipo de evento traumático no lugar o mesmo era substituído por outro, especialmente quando havia relatos de mortes ou algum tipo de violência física.



Figura 29: Morador de rua dormindo nas primeiras horas do dia, próximo a um supermercado da 306 sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, agosto de 2017).



Figura 30: Morador dormindo durante o período da manhã em área verde de uma quadra da Asa Sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, julho de 2017).

A exemplo dessa circulação e seus modos, conversei e caminhei com João, um *morador de rua* que costumava frequentar o centro pop, Rodoviária do Plano, Torre de TV, Quadras 308 e 109 Sul, e comércios do Setor Comercial Sul. Ele relatou que durante sua vivência nas ruas já teria dormido em diferentes lugares do plano piloto da cidade. Além de frequentar os espaços com diversos objetivos, seja para alimentar-se ou para atividades de trabalho, disse-me:

Costumo dormir pelas quadras da Asa Sul, mas também já dormi na Asa Norte, Parque da cidade e Setor comercial Sul. (...) como estou trabalhando [vigiando carros estacionados] nos estacionamentos do setor comercial, fico por essas bandas mesmo, não durmo muito longe dali não (Diário de Campo, maio de 2017).

Em uma de minhas conversas com João, ponderou que já havia dormido no Parque da cidade, mas que deixou de dormir naquele local pela ocorrência de brigas e também pela notícia que teve da morte de uma pessoa. Para dormir no parque contou que fez uma barraca improvisada de madeiras e papelões em uma área verde mais fechada do parque. Sobre sua barraca, após ter deixado de dormir naquele espaço, pegou apenas o cobertor e abandonou os demais materiais. Nos meus primeiros dias de pesquisa de campo, caminhei acompanhando João pelo Parque da Cidade, e pudemos encontrar inúmeras barracas improvisadas.

Nas áreas verdes, menos transitadas do parque, as pessoas montam suas barracas com papelões e cobertores. Essas barracas são depois abandonadas, como afirmou João, pois são usadas temporariamente. No parque também era possível lavar suas roupas, assim como tomar banho e fazer outras higienes pessoais, atos realizados em banheiros e chuveiros públicos daquele espaço. Esse vai e vem em usar ou não os lugares, em mudar constantemente de lugar de dormir faz parte da precaução com a vulnerabilidade que cada ambiente pode impor, mesmo que essa condição possa ser alterada:

No parque da cidade já foi legal de ficar por lá, agora é muita bagunça, muita confusão. Fiquei sabendo até de morte que rolou lá. Não, não dá não. Se eu tiver que frequentar o parque hoje em dia eu vou mesmo só durante o dia (...) Na rua, cara, tu tem que se cuidar porque senão ela te engole, te come, mas é tu que tem que comer ela, entendeu? Tem que tá ligado o tempo todo. (...) Os caras ficam usando drogas demais e perdem o controle do “bagulho”, porque tem que saber usar, não pode perder o controle da sua mente, entendeu? tem que saber cuidar de ti, tem que saber o que tu tá fazendo (João-Diário de campo, março de 2017).

Em sua fala destacava que os sujeitos interferiam nos lugares, mas também eram envolvidos nas diversas consequências em usá-los, sobretudo sobre o tipo de sociabilidade se desenvolvia ali, conflituosa ou não, mais segura ou menos segura, assim as estratégias pessoais de uso desses espaços requeriam um controle do corpo para um maior domínio dos ambientes, sobretudo em períodos noturnos. Controle este que poderia ser apenas tomar a atitude de mudar de local de repouso.

A procura por onde dormir cobrava uma atenção constante por parte do morador de rua, certamente, como percebido na fala do João, a noção de controle do corpo é fundamental para entender a relação com o controle do espaço. Ou seja, saber cuidar de si, sobretudo na ingestão de substâncias, não poderia deixar de ter a dimensão do cuidar do que está fora, da relação com

as pessoas e as escolhas por lugares e seus usos. Nesse sentido, ele fazia críticas aos que perdem esse certo controle do corpo, sobretudo no uso excessivo de drogas, além de demonstrar a dimensão conflituosa e hostil em que o espaço da rua também está sujeito ou envolvido.

Vale ressaltar que, embora o Centro POP tenha atendimento especializado e fazia parte também como ponto de constante circulação das pessoas, a instituição não trabalhava com abrigagem, funcionando exclusivamente como atendimento especializado. Esses serviços incluíam refeições, banhos, lavagem de roupas, atendimento psicológico e palestras de Educadores Sociais. Todavia, João, ao falar sobre a procura por albergues na cidade, e ao contar que já teria recebido esse tipo de atendimento, afirmou que preferia ficar nas ruas:

Ir para o albergue para ser humilhado, para ser roubado? Eu prefiro ficar na rua mesmo, escolher onde eu durmo, onde fico. Assim é melhor, menos confusão, mais tranquilo para mim, entendeu? Posso ficar jogado? Posso, mas prefiro. Eu gosto de cuidar de mim, entendeu? Gosto de ser livre. (...) Na rua eu tenho menos tristeza do que ficar trancado, preso. Durmo na rua, mas aqui eu não sou tão humilhado como lá. (...) Mas na rua você tem que saber viver e sobreviver. Não dá para dormir durante a noite, tem que ficar atento. Essa é a minha realidade, é a nossa realidade, é a realidade do mundão (Diário de Campo, junho de 2017).

Em sua crítica ao atendimento, referia-se à sua noção de liberdade e de cuidado, a não submissão às regras e controle de conflitos que, segundo ele, o ambiente envolvia. Assim, destacava a questão da não escolha com quem se vive, pois diferentemente da instituição, na rua ele poderia ter autonomia para fazer esse tipo de escolha. Entretanto, não deixou de mencionar que a rua possuía regras próprias, e que também cobraria dele certo cuidado e atenção.



Figura 31: Cobertores são guardados entre saída de ar e parede de prédio do SCS. Fotografia; Alex Cordeiro (Diário de Campo, agosto de 2017).

Assim, no constante uso da rua como local de pernoite, os *moradores de rua* acabavam guardando seus pertences de dormir em vias públicas, e poderiam reutilizá-los caso precisasse. Às vezes esses objetos eram deixados nas vias, em outros momentos eram guardados mais secretamente entre árvores, subsolos, fendas de prédios, etc. Optar por carregá-los requeria lidar com seus pesos em quilômetros percorridos diariamente. Os cobertores eram deixados sobre os colchões, também enrolados e guardados entre arvores, ou mesmo andavam envoltos em cobertores em seus percursos pela cidade – as estruturas físicas da cidade, muros, fendas, paredes, eram meios de guardar objetos e outros materiais usados na habitação (Kasper, 2006:74). Além do mais, esses objetos estão sujeitos a remoções, furtos, extravios e conflitos.



Figura 32: Colchão com coberto é deixado para ser usado novamente, próximo à um supermercado da 306 sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, julho de 2017).

No caso mais específico de colchonetes que são deixados livremente, o *morador de rua* teria que ter uma atenção maior, já que poderiam ser recolhidos pelos carros de lixo da cidade. Nesse sentido, teriam que escolher espaços mais reservados para guarda-los ou vigiá-los em períodos mais específicos do dia. Sobre o uso desses objetos em espaços públicos, João afirmou:

As pessoas reclamam porque dizem que aqui está sujo, né? Mas não é lixo, não, as nossas coisas não é lixo, não! são nossos, a gente pode usar de novo. A gente vai fazendo nossas camas de dormir conforme dá, né? E a gente vai dormindo no chão também, com papelão mesmo. Com o que a gente tiver a gente monta nosso *cafofo*⁵⁰ (...) as vezes as pessoas passam e xingam a gente, porque parece que se incomodam com nós aqui. Mas não ligo não, a gente não tem que ligar para isso não. Estamos aqui de boa, e [estas] são nossas coisas e ninguém vai mexer nelas não. (...) Só porque a gente está aqui deitado no chão, não significa que a gente é lixo não, a gente é ser humano. (...) Não, não tem essa não, a gente pode dormir na rua, a rua é pública, é de todo mundo, entendeu? (Diário de Campo, julho de 2017) [grifos meus].

⁵⁰ Expressão usada a fim de demonstrar a simplicidade da habitação.

Nessa perspectiva, a fala do João demonstrava criatividade e resistência, em legitimar o uso da rua para dormir e sua liberdade para fazer, através da bricolagem, suas barracas e camas. Quer dizer, contestava outras noções sobre os objetos e seus corpos. A saber, o fato de estarem deitados sobre esses utensílios forjados a partir dos mais diversos materiais reutilizados, não significaria que os objetos e nem seus corpos fossem confundidos com lixo. Assim, a vida na rua era uma forma diferente das apresentadas por padrões comportamentais e de gerência de si que são constantemente reafirmadas como um modelo a ser seguido (Foucault, 2009):

O preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo (...) desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constituiu assim uma prática social, dando lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações e até mesmo a instituições; ele proporcionou, enfim, um certo modo de conhecimento e elaboração de um saber (Foucault, 1985:50).

Os *moradores de rua* envolvem-se diferentes e divergentes aspectos e gerência de si. O cuidado com o corpo estava em outra relação com o tempo, objetos e espaços. As pessoas procuravam guardar produtos de higiene, em suas mochilas, sacolas, assim poderiam, ao encontrarem espaços que possibilitasse um banho, como os chuveiros do parque da cidade, banheiros públicos, chafariz, etc., realizavam suas higienes pessoais.

A higiene com o corpo envolvia-se em uma outra relação com horários. Passar dias sem tomar banho, ou mesmo nunca o fazer, também era opções de muitos. Nesse quesito, a estética contava na sociabilidade na rua, sobretudo na concepção do que era ou não lixo, e em relação à interação com as demais pessoas. Assim, existiam pessoas que estavam morando nas ruas, mas procuravam se desvencilhar de uma aparência maltrapilha que acarretasse categorias estigmatizantes, como *mendigos*, que continham aspectos mais subversivos em relação a padrões de higiene com o corpo. Por consequência, muitas pessoas relataram que as vezes não eram vistas, percebidas enquanto *moradores de rua*, por estarem “bem vestidas”, ou praticarem assiduamente limpeza corporal e troca de roupas.

Processos de territorialização: (re)configurando a paisagem urbana

Esse processo intenso de reconfiguração e escolhas dos espaços para diversos fins, envolvia-se na dinâmica de territórios mais ou menos delimitados, sobretudo porque existiam os lugares com maior fluxo de pessoas, com atividades de trabalho, de relações de trocas e construção de laços afetivos. Assim, com maior convivência coletiva. Na região da Asa Sul,

percebi dois grandes fluxos em que as trocas de objetos, atividades de trabalho e relações afetuosas, eram mais intensas. Poderíamos chamá-los de “região central” e “região sul”. O primeiro, abrangendo as áreas do Setor comercial e Bancário Sul, Rodoviária do Plano e Conic, e todos os demais espaços, recursos e equipamentos urbanos que fazem parte dessa grande região, e o segundo envolvem as quadras residenciais da asa Sul, os espaços públicos da Praça do Compromisso e Praça da Igreja, e circulação por instituições, como o Centro Pop.

Contudo, as pessoas estavam o tempo todo reconfigurando os seus percursos individuais, além do mais, havia a entrada e saída de novas pessoas nessas dinâmicas. Existiam também, pessoas que transitavam por estes diferentes grupos e entre outros grupos possíveis que existiam na cidade. Nesse sentido, todas as composições desses territórios eram fluídas, entretanto, possibilitava que laços sociais fossem possíveis de serem construídos. Chamo de territorialização o fluxo constante e intenso em determinados espaços urbanos, na medida em que se estabelecem determinados locais como meio de moradia, além de produção cultural (Palombini, 2013:52). Além do mais, essa territorialização é fortemente marcada pelo apelo moral por parte dos demais agentes sociais cobrando-os para que correspondessem à princípios de cuidado e uso dos espaços e corpos, à padrões totalizantes de conduta moderna (Elias, 1994). Outrossim, o território não é somente geográfico, mas simbólico, representa sociabilidades específicas, onde empeira sobretudo as relações de trocas (Oliveira, 2012:55).

Nesses espaços, a ocupação para beber, comer, e fumar coletivamente era mais intensa. Nesse sentido, também era possível perceber que a paisagem urbana era mais impactada, moldada, por essas relações. No que diz respeito ao uso improvisado, criativo dos espaços e seus equipamentos urbanos, praças, bancos, ruas, vias, etc., para fins que não estavam em suas concepções de uso e finalidade, evidenciavam a subversão da organização espacial cidadina (MAGNI, 2006). Ademais, o processo de territorialização envolvia mais ou menos dinâmicas de fazer e desfazer concepções e uso dos espaços. Entretanto, as relações com esses espaços eram dinâmicas e proporcionam uma reinvenção de utilização dos mesmos e concepções da própria vida, tidas como “impossíveis de gerir” (De Certeau, 2009:61).

A frequência de *moradores de rua* nesses ambientes públicos afetava a circulação de demais transeuntes em determinados horários e lugares, com implicações diretas em interesses econômicos, estéticos, etc. Assim, se por um lado, as pessoas escolhiam a região central, entre outros fatores, pelos recursos que conseguiam, como Jordan assegurou:

Aqui [na região central] dá para conseguir as coisinhas da gente, dá para o “cabra” tirar seu pão de cada dia, dá pra criar seus filhos, vendendo, trabalhando, a pessoa

ajudar sua família, se vira pra fazer alguma coisa, não pode é ficar parado. (...) tem a rodoviária, que você pode vender coisas, e aí quem saber fazer seu artesanato faz, se não saber fazer, vende alguma coisa, ou então tem que cuidar de carros estacionados ou pedir (Jordan-Diário de campo, junho de 2017).

Por outro lado, a territorialização trazia dimensões conflituosas, pois diferentes interesses estavam em jogo, seja da parte das relações econômicas que envolviam estes espaços, sobretudo quando falamos de festas, bares, etc., que deixavam ou tentavam se manter naquelas regiões, e envolvendo conflitos entre clientes, transeuntes e *moradores de rua*:

Antes aqui [no Setor Comercial Sul] a gente ficava mais de boa [durante a noite], mas agora a playboyzada está vindo curtir para as bandas daqui e a polícia fica enchendo mais o saco da gente. As pessoas ficam com olhares de preconceito, e as vezes comendo da gente, achando que a gente é tudo ladrão, mais a gente é trabalhador, estamos na da gente, no nosso role de boa. Sei que tem *morador de rua* que enche o saco, mas também não é para sair batendo e chutando a gente, não, porque a gente não é bicho, a gente é ser humano como todo mundo (Diário de Campo, julho de 2017) [grifos meus].

Assim, os processos de (des)territorialização são dinâmicos, e os atores envolvidos fazem parte de relações de conflitos que são imprecisas de saber quais cederão e em que medida os conflitos serão apaziguados – sobretudo porque algumas pessoas desenvolviam relações de identidade com esses espaços, vivendo durante anos, ou até mesmo a vida toda (Trajano filho, 2012). Nessa perspectiva, esses espaços eram envolvidos em uma disputa constante por modos e legitimidades de seus usos. Sobretudo porque são lugares de diversos recursos e fins, de pluralidade de usos e passagens, de transeuntes e de equipamentos urbanos.

Esses territórios que são construídos nessa (in)constância da rua, demonstra que a vida na rua era uma forma diferente das apresentadas por padrões comportamentais e de gerência de si que são constantemente reafirmadas como um modelo a ser seguido (Foucault, 2009). Nesse sentido, Cristian Pierre Kasper (2006) analisa modo de vida dos *moradores de rua* como uma ação que desafia e resiste, mas que reinventa novos modos:

Quando passamos a considerar a contestação das funcionalidades impostas, não mais em termos de desvio, mas como criação de novas conexões, nossa atenção desloca-se para o gênero de vida no qual elas encontram sua coerência. É nesse ponto que a bricolagem e, de modo geral, as táticas dos moradores de rua evidenciam a invenção como resistência (Kasper, 2006:214-215).

A vida na rua tal como pude experimentar no campo, apresentou uma dinâmica de vivência que ultrapassava as noções de carência. Um *morador de rua* manifestava habilidade para recriar uma nova ordem das coisas, um cotidiano que além de funcional era da natureza de novas possibilidades de gerência de si. E que construía outra perspectiva e experiência de

cidade. Evidente na ocupação das praças como espaço para dormir e tomar banho (portanto, para atos que não estão em sua concepção), loteando estacionamentos para trabalhar e utilizando estrategicamente as instituições – não necessariamente dentro da funcionalidade prevista.

Segundo Oliveira (2012), ao analisar o gerenciamento da população de rua em São Carlos (SP), através da *circulação e fixação*, entendidas como dispositivos de gerenciamento dessa população, a partir das redes de assistência que são criadas para o atendimento especializado, os territórios são formados por “redes de atendimentos” (comércios, instituições, pessoas), que acabam delimitando em espaços específicos da cidade. Entendo que essas relações acabam formando uma rede específica em espaços específicos da cidade, sobretudo onde há, como já salientado, a construção de territórios onde as trocas eram mais intensas. Contudo, como já destacado, os sujeitos circulavam por locais distantes, por todo o Plano Piloto e por outras localidades do Distrito Federal e de seu entorno. São *moradores de rua* que formam esses fluxos, esses territórios, mas também são *trecheiros*, hippies, demais catadores de materiais recicláveis, etc.

Como essa sociabilidade se configura em ambientes instáveis pelas forças que os disputam, os territórios estavam sujeitos à uma migração para outros espaços, ou para outros processos de territorialização. Entretanto, como já destacado, a ambientação nesses dois grandes territórios era marcada na dinâmica dos diversos recursos que os mesmos proporcionavam, assim eram pontos de circulação e de sociabilidades, eram também espaços possíveis de se perceber a constante entrada e saída de sujeitos, de pessoas que estão adentrando o espaço da rua para habitação.

Um maior agrupamento era perceptível entre a Praça da Igrejinha, Praça do Compromisso (Praça do Índio Galdino), e quadras daquela região, fruto também, dessa conexão com serviços especializados oferecidos pelo Centro Pop, formando uma dinâmica de sociabilidade que envolvia todos esses espaços públicos e instituições. A mesma dinâmica era percebida nos espaços do Setor Comercial Sul, onde se encontrava também o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPs), além do grande fluxo de comércio que existia na região, seja por estabelecimentos e/ou atividades informais, além da grande conexão com a Rodoviária do Plano Piloto, e outro prédios com diversas atividades noturnas, como o Conic, eram espaços que envolviam dinâmicas semelhantes de uso.



Imagem 33: Carrinho de mercado como meio de guardar pertences. Na foto é possível ver a Igrejinha ao fundo. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, 21/12/2016).



Figura 34: Um morador de rua caminha na Praça que fica em frente à CAPs do Setor Comercial Sul. Na foto é possível observar outros moradores dormindo nos canteiros da Praça, assim como objetos pessoais, como roupas, mochilas, etc. Foto: Alex Cordeiro (Diário de Campo, 18/08/2017).

Em diversos locais desses espaços, as pessoas que usavam calçadas, viadutos, bancos de praças, áreas verdes das quadras, marquises de prédios comerciais e residências, para diversos fins, para as diversas atividades coletivas, seja na forma de trabalho ou lazer. A região central, que pode envolver o próprio Setor Comercial Sul, Hospital de Base, Rodoviária do Plano, Torre de Tv e Parque da Cidade, são fortemente marcados pela aquisição monetária, de atividades de trabalho, e, embora a outra região, que delimito a partir da Praça da Igrejinha, Praça do compromisso, proximidades do centro pop e parque da cidade, que posso chamar de Região Sul, envolvida também nas atividades de obtenção de recurso financeiros e benefícios

sociais, era mais marcada pela socialização de alimentos, pernoites em forma de barracas improvisadas, assim como meio de obtenção de recursos naturais que eram extraídos das árvores frutíferas da cidade.

Os locais eram acionados conforme cada necessidade que surgisse, como alimentação, vestimenta e doença – constituindo um itinerário conhecido e compartilhado por diversos sujeitos (Ahlert, 2008). Nesse sentido, como os grupos eram formados por um fluxo constante e em determinados espaços, instituições de assistência e mapeamento dos equipamentos urbanos utilizáveis como recursos, a regularidade e frequência constante a esses espaços e no conhecimento compartilhado sobre as funções e utilidades desses locais, poderíamos pensar no conceito de *circuito* apresentado por José Guilherme Magnani (1999) como a possibilidade de:

Identificar um conjunto de estabelecimentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de algum serviço, porém não contíguos na paisagem urbana, sendo reconhecidos, contudo, em sua totalidade, pelos usuários habituais (Magnani, 1999:68).

A sua totalidade estaria na sua relação a lugares de referência dos “vínculos e pactos que estabelece com a dinâmica cultural em que está inserido – com o ritmo, as instituições e a paisagem da metrópole” (Magnani, 1999:14). Mapear esses percursos parecia de suma importância, já que estes se apresentavam dentro do modo de viver dos *moradores de rua*, como “um conjunto de atividades e comportamentos que formam um circuito delimitado na metrópole” (Magnani, 1999:17). Na circulação dos moradores de rua além de não existir somente uma rede, mas uma conexão de redes de relações que são conectadas por um espaço cada vez mais amplo e dinâmico, o fluxo de circulação não se restringia somente a um espaço na cidade, assim como cidades próximas, e por outros estados do país. A noção de *circuito* teria aqui uma característica (in)constante, plástica, não somente da entrada e saída de pessoas, mas reconfiguração do percurso, na busca por recurso, na constante reconfiguração dos territórios de rua – um circuito mais fluido.



Figura 35: Um grupo de moradores de rua deixa a praça da Igrejinha e segue para o Centro Pop da 903 Sul (Diário de campo, fevereiro de 2017).

A vivência nesses territórios estava também sujeita à conflitos de diversas ordens, como roubos, agressões verbais por parte de transeuntes, e conflitos por locais de trabalho informais. Formas de violência percebidas quando moradores mudavam seus trajetos pelas calçadas para não cruzarem com moradores em seus caminhos diários. Além disso, as abordagens policiais também eram um sinal de alerta para que ficassem atentos, ou seja, nada de ilícito poderiam carregar em suas mochilas e carrinhos; quando essas abordagens policiais aconteciam, eram constrangedoras, sobretudo quando ocorriam em vias públicas mais transitadas, em que os olhares faziam parte do cenário:

É assim, ou eles chegam batendo, dando chute na gente, ou chegam como muita educação e pedem para a gente tirar as nossas [da mochila, do carrinho] coisas e colocar tudo no chão. Se tiver droga eles levam a gente pra delegacia, mas as vezes dão um “baculejo⁵¹” e depois liberam a gente (...) ah, fica um monte de gente olhando, né mano, mas são um bando de “zé povinho”, ficam com olhar de preconceito achando que a gente é tudo bandido, acham que a gente é tudo ladrão, mas ladrão não tá aqui não, ladrão tá lá em baixo depois da esplanada (João-Diário de Campo, junho de 2017) [grifos meus].

Conforme seu relato, suas coisas estão submetidas a excessivas vistorias, além de seus corpos também se submeterem à vulnerabilidade de violências físicas. Além do mais, ele parece demonstrar que o estigma pode não ser internalizado, mesmo que recebidos de forma ofensiva, as pessoas podem não se reconhecer nos retratos que os olhares projetam, elas podem simplesmente ignorar por meio da afirmação de quem são e acreditam ser, e na maioria das vezes em oposição à enquadramentos de que são *vagabundos*, *bandidos*, *marginais*, etc.

⁵¹ Dizem das formas violentas como os policiais podem abordá-los

Em relação aos desvios de regras sociais ou as construções sociais das regras, Howard Becker (1977) além de afirmar que elas devem cumprir uma eficácia de rotulação, também destaca que grupos sociais podem não se reconhecerem com desviantes, ou seja, há sempre uma imposição do que seja *desvio*, de sujeitos em relação a outros, com o intuito de desqualificação daquele que as comente, nessa perspectiva:

(...) os grupos sociais criam o desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um “transgressor”. O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal (Becker, 1977:60).

As pessoas são rotuladas na medida em que não cumprem determinadas regras, e tornam-se marginais e desviantes aos limites estabelecidos socialmente. Ainda nesse sentido, o autor afirma que “os controles sociais afetam o comportamento individual, em primeiro lugar, pelo uso do poder, a aplicação das sanções” (Becker, 2008:69). Entretanto, aqueles que não cumprem as regras podem não reconhecer aquelas regras como válidas e nem aqueles que os julgam como legítimos para julgá-los.

Todavia, quando falamos da relação com moradores das quadras, a convivência pode ser também harmoniosa, a depender das pessoas e do tipo de interação com os espaços e pessoas. Embora possam ser constantemente xingados, evitados, alguns *moradores de rua* viravam personagens (re)conhecidos como parte de alguns espaços públicos da cidade, e essas relações são acolhedoras por grande parte de moradores e trabalhadores de cada área. Assim, ouvi conversas em que funcionários de instituições da região chamavam pelo nome pessoal do *morador de rua*, e as vezes com linguagens de parentesco, como o caso de uma conversa que presenciei, em que uma comerciante chamou um *morador de rua* com a expressão: “Francisco, ei, Francisco, vem cá na tia, vem (...). Você está bem? Já almoçou?” (SCS. Diário de campo, julho de 2017).

Entretanto, quanto mais subversiva era a relação com o ambiente, mais conflituosa seria a permanência no lugar. Nesse caso, era possível que demais transeuntes e moradores das quadras se incomodassem com suas atitudes, desenvolvendo relações conflituosas, sobretudo no acionamento de agentes policiais. Nesse sentido, Kasper afirma que:

O que está apontado sob esta apelação são medidas – geralmente leis municipais – proibindo de dormir, comer, cozinhar, tomar banho, sentar, deitar, urinar ou guardar pertences no espaço público. O propósito é claro, comenta Mitchell: “controlar o comportamento e o espaço de modo que os *homeless* não possam fazer o que precisam

fazer para sobreviver sem infringir uma lei.” A esperança que motivava essas medidas era de que o desaparecimento das condições de sobrevivência dos *homeless* levaria ao desaparecimento dos próprios *homeless*. (Kasper, 2006:196)

Segundos seus relatos, quando, por exemplo, defecassem nas ruas, muitas pessoas passavam xingando os *moradores de rua*, e se incomodavam ainda mais com suas presenças, assim, bate-bocas surgiam, até mesmo violências físicas, além das corriqueiras palavras ofensivas e depreciativas:

[Nessas horas] as pessoas vêm com palavras ofendendo mesmo, xingado mesmo, como se a gente não fosse gente. Mas eu não ligo, não. Eu não tenho o que temer, eu não devo nada. Não tô fazendo nada de errado, a rua é pública, é da gente, eu posso ficar aqui e aonde eu quiser, pois a rua é nossa. Tenho meu direito de ir e vir, cê tá entendendo? e ninguém vai tirar de mim, vou ficar por aqui sempre que eu quiser (João – Diário de campo, março de 2017) [grifos meus].

Nessa perspectiva, as pessoas poderiam partir para a dimensão conflituosa, como tentar manter relações de apaziguamento dos conflitos, e nesse último caso, o sujeito buscava por meio de diferentes estratégias, como o caso de moradores de rua que limpam algumas áreas públicas da cidade, adotam jardins público, praças, assim como negociam com comerciantes para limpar alguns espaços próximos aos comércios etc. Além do mais, os agentes policiais que são narrados fazendo abordagens coercitivas às pessoas, e as vezes violentas, são também aqueles que fazem parte da rede de doadores:

Uma noite a gente tomou um susto com quatro policiais que chegaram [em uma viatura] e tiraram roupas e cobertores do porta-malas e distribuíram pra gente. Ficamos muito felizes porque eles devem saber [também] que somos seres humanos e que não somos bandido, somos trabalhadores (...). Na rua, tem gente má? Tem. Mas também tem muita gente do bem, muita gente humilde e trabalhadora (Diário de campo, julho de 2017) [grifos meus].

Assim, não somente a dinâmica de viver a/na rua não está dada, pois é construída cotidianamente, mas também as relações com transeuntes, moradores, comerciantes e agentes de Estado são, de certa forma (im)precisas. As reações e conflitos são diversos e seus resultados também são ambíguos. O processo de territorialização é envolvido por diversas trajetórias e múltiplas sociabilidades possíveis, mais ou menos conflituosa, a depender da interação e de sua intensidade com objetos, espaços e pessoas.

Não era difícil encontrar *moradores de rua* com alguma marca física do cotidiano da rua. Na pesquisa de campo, convivia com a sensação que poderia nunca mais vê-los, pois, além de conhecer alguns no início da pesquisa e nunca mais encontra-los, ouvia relatos de mortes de companheiros daqueles com quem convivi. Casos semelhantes ocorreram na pesquisa de Claudia Magni (1994) na cidade de Porto Alegre, onde aconteceram mortes entre seus

interlocutores. Embora o envelhecimento precoce por conta de uma constante exposição ao sol, no caso do clima da cidade de São Luís, ou mesmo marcas de doenças ou de brigas entre eles, eram as cicatrizes das abordagens policiais que mais chamavam a atenção. Não faltavam cortes, arranhões, membros quebrados e deformados por conta das abordagens policiais. Sendo assim, segundo Mariana Martinez (2011),

A rua é um lugar do confronto de toda ordem: os verbais, os físicos, os institucionais, as posturas corporais, os desvios de rotas (...). A figura do “morador de rua” codifica em seu corpo e sua existência um sem números de problemas: o da gestão governamental para a prefeitura municipal, o do perigo para os agentes policiais, o da miséria, o da vagabundagem, o do fracasso pessoal, ou da doença. O imaginário construído sobre a vida nas ruas é de uma experiência existencial radical que expõe da forma mais crua os conflitos e dramas sociais e individuais (Martinez, 2011:29).

A relação com a polícia era tensa e os *moradores* por muitas vezes chegaram a me perguntar se eles pareciam com moradores de rua ou mesmo afirmavam a sua condição, mas de forma diferente *as pessoas nos olham e nem sabem que somos moradores de rua*, ou mesmo *“eu nem pareço morador de rua, não é?”*, também demonstrava uma tentativa de não ter que lidar com o preconceito, atrelado a uma imagem de alguém *maltrapilho, vagabundo* – imagens a eles impostas todos os dias. Nesse sentido, Silva e Milito (1995) falam de uma “subcultura da evitação” em que o preconceito leva ao medo, à repressão e até mesmo à pulsão por extermínio:

Chamamos de subcultura da evitação a mentalidade, o estilo de vida, a visão de mundo fermentados no caldeirão desses espaços densos e conflituosos. Seus ingredientes, a repressão, a pulsão ao extermínio, o acordo tácito ante a chacina ou o assentimento explícito perante o linchamento, a mórbida passividade ante a tortura policial praticada nas calçadas, a diária fruição estética dos “presuntos” expostos nos jornais populares, consumidos nos silenciosos escrutínios ante a banca farta de violência (Silva & Milito, 1995:32-33).

Como ficou evidente nas falas, além dessa *evitação* mostrar-se de forma mais expressiva nos relatos em relação à repressão policial, os *moradores de rua* conviviam em constante relação de preconceito. O que poderia sinalizar a procura por uma aparência que fugisse de alguns estereótipos de maltrapilhos, sujos etc. narrada por alguns de meus interlocutores. A tentativa de não estarem dentro de uma estética vulnerável que possibilitasse uma ação repressiva e violenta pode justificar preocupação com a aparência – entretanto, muitos apostavam nessa subversão, no confronto e conflito, complexificando a questão e demonstrando a ambiguidade das estratégias de enfrentamento de conflitos.

Nessa perspectiva, os *moradores de rua* de Brasília, tal como em outros contextos, são “sujeitos (...) tolerados sob a condição de ameaça constante da intervenção estatal e da violência

legitimada” (Lemões, 2013:109). Assim, os conflitos fazem parte do cotidiano da rua. As estratégias pessoais para enfrentamento dessa realidade envolviam a vivência em grupo, fortalecidas nas relações de troca, afetos e companheirismo. Os encontros intensificavam os vínculos necessários para as atividades conjuntas. As narrativas serviam como aprendizado, os que já estavam a mais tempo vivendo na rua contavam de suas experiências aos com menos tempo. A mobilidade garantia um conhecimento do território, de sua dinâmica e das estratégias necessárias, para a real funcionalidade de seu agenciamento.

A bricolagem e utilização criativa de objetos e espaços: a (não) acumulação

Embora a maior parte dos *moradores de rua* caminhassem apenas com suas mochilas e carrinho de mercado, ou mesmo sem estes, e também abandonado ou guardando os papelões e cobertores que eram usados para dormir, muitos optavam por improvisarem barracas feitas de lonas, papelões, madeiras, etc. Não somente na Asa Sul do Plano Piloto foi possível observar essas diversas formas de bricolagem produzidas nas ruas, calçadas, viadutos, vias públicas, áreas verdes da cidade, mas em todo o Plano Piloto, assim como nas cidades do entorno.

Utilizo o conceito de *bricolagem* para falar das práticas de criar e reinventar novas formas de habitar. Nesse sentido, parto das análises de Cristian Pierre Kasper (2006, ao trabalhar com as construções criativas, como forma de moradias improvisadas por parte dos *moradores de rua* na região central da capital paulista. O autor, ao analisar o conceito a partir de uma leitura de Lévi-Strauss, justifica o uso do termo porque “a bricolagem como *modo de ação técnica* dotado de regras próprias” (Kasper, 2006:125). Na sua ação nas ruas, a bricolagem é vista enquanto arte, criatividade, manipulação, invenção e reinvenção, no uso de diversos materiais possíveis, produzindo racionalmente meios possíveis de habitabilidades. A bricolagem pressupõe uma relação corpo e espaço produzindo sociabilidades específicas, formas de fazer *habitat*, na transformação de materiais e espaços, fazendo formas e meios, fazendo cidade.



Figura 36: Barraca armada sob madeiras, papelões, palhas e cobertores. estacionamento público, Setor comercial sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, julho de 2017).

Essas improvisações poderiam ter caráter temporário, ou mais ou menos permanente. Muito delas eram feitas apoiadas em paredes de lojas, prédios, residências, muros, árvores e até mesmos postes das vias. Algumas parecem ser recebidas de forma mais impactantes, por estarem em vias de maior circulação, nas quais um maior número de pessoas e agentes de estado acabavam percebendo, e, conforme seus relatos, acabavam sendo removidas. A remoção era feita não somente por policiais militares, munidos ou não de medidas judiciais, mas também por diversos atores da vida urbana. Construir uma casa na árvore, ou uma barraca de proporção maior que as demais em vias de grande fluxo de mercado e transeuntes, poderia durar poucos dias.

As barracas que conseguiam se manter nas vias por um período mais longo de tempo, acabavam desenvolvendo algumas características que se diferenciam das demais, como a possibilidade de acúmulo de objetos. Como pode ser observado na barraca da figura de número 12, construída entre uma árvore e um poste de sinalização, com um tamanho maior que a maioria que pude encontrar, permiti que seu interior pudesse guardar objetos diversos, como alimentos, roupas, utensílios de cozinha, etc – “por mais “domésticas” que sejam as atividades exercidas, o mero fato de acontecer na rua as reconfigura” (Kasper, 2006:70. Entretanto, existiam as barracas feitas de forma mais simples, como observado na figura abaixo:



Figura 37: Barraca improvisada na cerca de ferro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito federal – IHG-DF, em frente ao Centro Pop, 903 Sul, com papelões e lona. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, junho de 2017).

Essa última forma de construção, mais simples e mais recorrente, era utilizada apenas para dormir, ou passar pernoites acordados, e não eram usadas como forma de guardar objetos pessoais. Além do mais, ao serem abandonadas com frequência, outras pessoas poderiam reutilizá-las.

Quando os carrinhos de mercado eram uma opção como meio de carregarem seus cobertores, roupas e demais objetos pessoais, a constância desses pertences poderia ser mais duradoura, como uma forma de guardar e acumular. Quando usados com essa finalidade, os carrinhos estavam continuamente nos trajetos, mas também podiam ser abandonados, como observado em alguns relatos, e poderiam ser guardados, presos, em grandes de instituições. Sobre a aquisição desses carrinhos, poderiam comprar, ganhar, mas também era possível furtá-los, e nesse último caso, João disse-me que:



Figura 38: Carrinho para guardar mantimentos.

Eu procurei um carrinho para mim quando roubaram minha mochila. (...) O cara levou todas as minhas coisas que estavam na minha mochila, meu dinheiro e também meus documentos. (...) E quando eu vi um carrinho no estacionamento do supermercado eu peguei... ele estava “moscando” e eu peguei para mim. (...) Vou ver se agora vão roubar minhas coisas no carrinho, se vão levar meu carrinho de mim (João-Diário de Campo, junho de 2017).

Assim, os carrinhos de mercados eram readaptados a vida na rua, faziam parte da bricolagem enquanto constitutivos de territórios domésticos (Kasper, 2006:127). Utilizavam continuamente também como ferramenta de trabalho, quando usados para carregar materiais reciclados. Essas improvisações de barracas, e carrinhos de mercado para guardar e transportar objetos pessoais, compunham o cenário urbano, e em alguns espaços fazia parte com mais frequência da paisagem urbana, sobretudo quando levamos em consideração as formações de territórios. Muitos desses objetos, como já destacado, eram dispensados livremente pelas calçadas e demais vias da cidade.

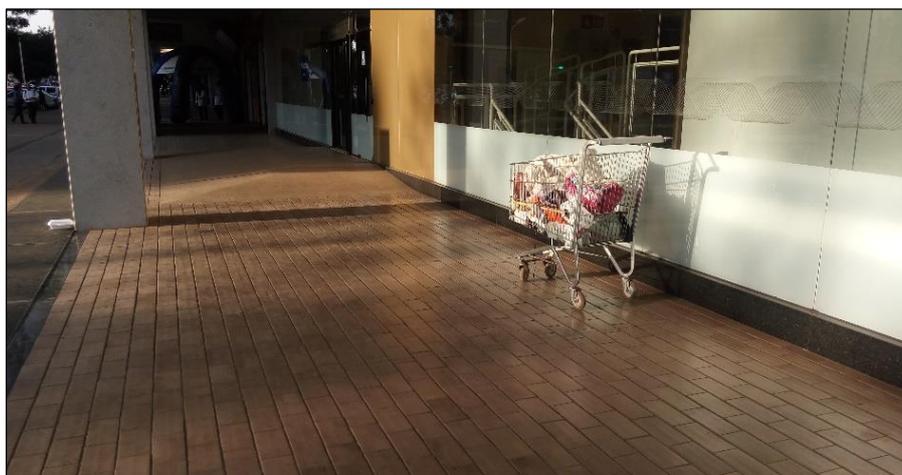


Figura 39: Carrinho de mercado guarda objetos pessoais de um morador de rua. Setor Comercial Sul. (Diário de campo, junho de 2017).



Figura 40: Carrinho de mercado usado para guardar e transportar pertences. Nele é possível observar uma mochila de roupas. Praça do Compromisso, Asa Sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, julho de 2017).

Entretanto, não somente o abandono desses materiais eram uma opção em suas circulações pela cidade, mas também guardá-los, ou mesmo escondê-los, eram outras opções

viáveis, assim as pessoas poderiam reutilizá-los caso precisassem novamente. Além do mais, a cidade era como um labirinto, pois as fendas, subsolos, de prédios e vias eram usados como meio de camuflar objetos pessoais.



Figura 41: Caixas de papelões e cobertores em calçada de prédio no Setor Comercial Sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, junho de 2017).

Na contrapartida aos esses usos dos espaços de forma criativa e subversiva, ao dormirem em calçadas, na utilização de papelões como camas, barracas, etc., muitos proprietários de imóveis criavam meios de frear a utilização de seus estabelecimentos para esses fins, assim as calçadas ganhavam novas roupagens estéticas, grades eram fixadas nas marquises dos prédios, e podiam também ser em forma de portões ou de telhas de arames que pudessem impossibilitar quem tentasse aproximar-se de sua estrutura com a finalidade de deitar, dormir, ou exercer atividades de trabalho ou de mangueio.

Em todo o Setor Comercial Sul foi possível perceber essa contrapartida das instituições, comércio e prédios públicos e particulares, residências, em dificultar que pessoas dormissem em suas calçadas. Nesse sentido, não somente as pessoas estão criando e subvertendo novas formas de vivenciar a cidade, assim como estão possibilitando que a própria estrutura da cidade se transforme em retaliações às ocupações, ou seja, grandes são construídas em áreas de quadras residenciais, de áreas verdes, nas marquises, forçando as mudanças estruturais do panorama urbana.

Sobre essa questão, e sobre a dinâmica de uso de calçadas de prédios públicos e prédios particulares, Jordan disse-me que:

O pessoal se incomoda se a gente dorme numa calçada, mano, numa calçada, sabe. Aham que a gente vai roubar as coisas deles, mas a gente só está de boa deitado e eles ficam colocando grades de ferros. Você viu né, como está cheio de grandes agora

no setor comercial sul e no Conic, a cidade toda está ficando cheia de grade nas calçadas. É coisa de doido mano eles querem controlar até as calçadas das ruas. Mas a rua é pública, se colocarem grades a gente dorme em outros lugares, porque a cidade é grande, muito grande e é de meu Deus (Diário de Campo, junho de 2017).

Se por um lado, em sua argumentação, destaca que a rua tem essa conotação pública, por outro lado, soube de diversas abordagens policiais, sobretudo na cidade de Goiânia, segundo suas narrativas, acionam a lei da *vadiagem*. Não somente sua fala demonstra uma problemática de legalidade ou não do uso das calçadas de vias públicas, como evidencia sua mobilidade para buscar novos lugares de repouso.

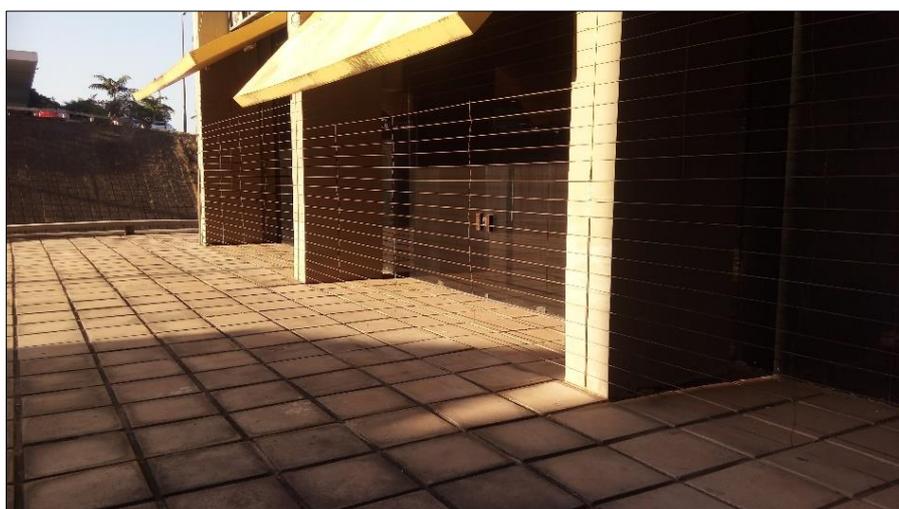


Figura 42: Grade de arames na marquise de prédio no SCS. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, junho de 2017).



Figura 43. Grades de arames fecham a marquise de prédio no setor Conic. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, junho de 2017).

Karina Gonçalves Carneiro (2016), ao falar a partir do próprio dia a dia experimentado pelos moradores de rua e pelo histórico das lutas que os envolvem, buscou compreender os

jogos de poderes e saberes dos quais essas pessoas fazem parte, no intuito de atingir uma maneira de se pensar o urbanismo e a produção do espaço, afirma que:

Não é necessário desviar muito do que já foi escrito para perceber a forma como essa percepção da tensão entre liberdade e perigo é de forma corrente relacionada à dinâmica dos *moradores de rua*, quando se pensa em suas práticas nos espaços da cidade e vice-versa. Mas por que a utilização desses modos de vida que fogem às normas como uma estratégia vinculada à questão da liberdade/segurança? Ora, as necessidades de justificar a intervenção e as renovações urbanas não poderiam ser conduzidas, deliberadamente, sob o lucro e o ganho econômico. Isso seria um tanto vil sob perspectivas de cunho social, da caridade, do cuidado com o outro. O discurso do perigo que fere a liberdade do coletivo, a liberdade de ir e vir dos cidadãos que, tementes aos perigos representados pelos corpos dos moradores de rua, deixam de acessar partes da cidade, parece muito mais pertinente porque fere aquilo que é tão caro ao liberalismo, a saber, a própria liberdade. Desse modo, torna-se razão direta, discurso presente e recorrente em todos os planos de intervenção urbana analisados e que justificam a necessidade de transformação da cidade. A justificativa do perigo que ameaça a liberdade é, portanto, calculada, pois, ao ferir o âmago da sociedade contemporânea, justifica os planos e projetos sob a direção neoliberal. Se há perigo não se está livre e há que se trabalhar para isso (Carneiro, 2016:290).

Cristina patriota de Moura (2006), quando trata sobre sistemas de vigilância e arranjos espaciais, fala de um processo de segregação residencial (Caldeira, 2000), em que os processos urbanos contemporâneos estariam envolvidos no que ela chama de “cultura do medo”, com forte apelo discursivo, essa “cultura” tem prerrogativas “reais” da violência urbana, o que justificaria as demandas para o surgimento de grandes áreas de condomínios:

Se, para alguns, morar num condomínio é um sinal de ascensão social, para outros o condomínio é um refúgio em um mundo onde não é mais possível identificar quem é quem. O maior perigo, então, passa a ser a indistinção ou, nos termos utilizados por um morador vindo do Rio de Janeiro, a “mistura”, responsável por toda a “desordem” do mundo atual (Patriota de Moura, 2006:12).

A contrapartida, por parte dos proprietários dos prédios em relação ao uso desses espaços por *moradores de rua*, desenvolverem mecanismos de segurança, sobretudo na construção de muros, cercas e grades de ferros nas marquises dos estabelecimentos, por outro lado, para os moradores de rua, essas marquises de prédios eram opções para repousos, buscando meios de livrarem-se, por exemplo, das chuvas. Entretanto, desenvolviam diversas estratégias para esse fim, entre elas a de dormirem debaixo de viadutos e passarelas do Setor Comercial Sul. Sobre essa questão dos dispositivos que são usados contra os habitantes das ruas, Kasper afirma que;

Uma outra frente da guerra travada contra os moradores de rua, os dispositivos “repelentes” (conhecidos no Brasil como “arquitetura antimendigo”), tais como *sprinklers* instalados nas marquises, bancos concebidos para não permitir a posição deitada, barreiras de todos os tipos, substâncias viscosas espalhadas no chão etc., isto é, a construção dos ‘espaços proibitivos’ já mencionados, visa também diretamente o *corpo* deles. Parecem mais inspirados na luta contra insetos e roedores do que nas

técnicas habituais de controle social. Esses artefatos e as leis anti-*homeless* têm em comum o fato de basear a luta contra os moradores de rua na criação de condições adversas a seus processos vitais (Kasper, 2006:197).

Se existem dispositivos envolvidos em uma ação que busca reprimir violências das mais diversas que podem envolver a cidade de Brasília, entretanto, existem, como percebido nas imagens e nas análises de Kasper, dispositivos específicos, com foco nessas formas de habitação que envolvem a rua.

Ainda, segundo Moura, esses dispositivos fazem parte de:

Uma importante dimensão da construção social do medo no tocante às transformações dos espaços urbanos brasileiros tem sido trabalhada a partir de narrativas de vitimização, tomando a organização discursiva de experiências vividas e intervenções sobre espaços construídos como medidas táticas, no sentido dado por De Certeau (1994), para reorganizar vidas previamente dilaceradas por episódios traumáticos. Trabalhos como o de Teresa Caldeira em São Paulo e Cornélia Eckert em Porto Alegre demonstram como a adoção de estéticas e tecnologias de segurança restabelecem a ordem através do espaço, em resposta a uma desorganização ocorrida no tempo (Patriota de Moura, 2006:07)

Outra correlação interessante é a da associação do medo à rua, e segurança à casa. Justificando, segundo as análises de Patriota de Moura, a intensificação dos novos arranjos urbanos, pois os condomínios teriam essas características de fazer com “o que vemos nos condomínios horizontais, mais que a valorização da casa em relação à rua é a localização de certas ruas dentro de casa (Patriota de Moura, 2012:203). Como observado, essas oposições casa e rua continuam ditado as relações sociais em diferentes contextos urbanos, e na cidade de Brasília não é diferente.

Roberto DaMatta (1997), afirma que “a casa subtende harmonia e calma: local de calor e afeto. E mais, na rua se trabalha, em casa se descansa”, além disso – a rua tem como regra básica “o engano, a decepção, e a malandragem” (DaMatta, 1997:90-91). Entretanto, em muitos dos casos aqui apresentados, os sujeitos expunham a casa como um local de origem de seus conflitos, da fuga para o controle de suas próprias ações, justificando a saída de seu espaço. Contudo, o afastamento do ambiente da casa, em muitos casos, não significou uma ruptura com os laços familiares. Ou seja, ter família não é ter casa. Além do mais, também em muito dos casos, a saída do espaço da casa não significou perda de afetos, mas, pelo contrário, ampliação das possibilidades de laços afetivos.

Além do mais, esses grandes arranjos espaciais que as grandes cidades estariam envolvidas, mesmo que reconfigurando ambientes em que espaços casa e rua podem configurar

o tipo de habitação, quando falamos dos condomínios horizontais, não estão livres de tipos de violência, como afirma Patriota de Moura:

Assim, por exemplo, o fato de uma criança que invadiu a casa de vizinhos estar “quase deformada de tanto apanhar” não causa espanto pela violência. Muito pelo contrário, purifica os responsáveis pela criança que, já tendo batido, não têm mais nada a fazer para corrigi-la. O fato de ser de conhecimento geral que algumas mulheres “apanham” também não faz com que as pessoas sintam que vivem em um ambiente violento, apesar de algumas mulheres terem um certo medo de um senhor que agride a esposa e fica bebendo cerveja no jardim fazendo insinuações para transeuntes do gênero feminino. A afirmação do responsável pela segurança de grande parte dos condomínios de Goiânia, de que 90% dos problemas são de dentro dos condomínios, também não parece assustar essas pessoas. Tendo isso em mente, é importante ver a violência não como a causa da existência dos condomínios horizontais mas como uma linguagem simplificadora que localiza medos difusos. É o que diz Tereza Caldeira ao falar sobre a proliferação de muros e dos sistemas de identificação na cidade de São Paulo (Patriota de Moura, 2006:13).

Nessa perspectiva, podemos pensar nossos valores, sobretudo na ênfase que damos à importância da casa como central para nossas relações familiares. Limitando para dentro de seu espaço as dimensões de afeto e de cuidado. Os sujeitos aqui, os *moradores de rua*, não tinham essa noção naturalizada da casa⁵², pois durante toda a pesquisa não falavam de sua falta, sobretudo era lembrada apenas como uma etapa de suas vidas, ou mesmo uma habitação que levava em consideração a circulação por esses espaços, por vezes, apresentavam as regras que moviam as suas vidas não subordinadas às pessoas e espaços, eram livres na medida de suas próprias movimentações e autonomia para fazê-las. Nessa perspectiva, embora sejam feitas tentativas de regresso para a casa de familiares, o retorno por longos períodos quase sempre não era possível. Em muito dos casos, os interlocutores não se enquadravam na rotina da casa, pois consideravam essencial a liberdade e a autonomia. Esses movimentos nos permitem olhar mais de perto a dinâmica urbana, nas formas plurais que configuram a cidade – o fazer-cidade deve ser entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade (Agier, 2015:491).

Vinícius Januzzi (2016), ao analisar a construção de um dos mais novos espaços de habitações de Brasília, em sua relação de forças entre agentes públicos, povos indígenas, ambientalistas, acadêmicos, etc., na construção do Setor Noroeste, demonstrando que nessa complexidade conflituosa o bairro foi surgindo, salienta que:

O surgimento de Brasília está, portanto, intrinsecamente ligado, por um lado, ao *obscurecimento* do conflito, de pessoas e valores não condizentes com certas ideias de progresso e, de outro, a certa ruptura com o “arcaico”. Afastar determinadas classes

⁵² Segundo dados do GDF, em 2017 os números de homicídios diminuíram no Distrito Federal, em contrapartida, o número de estupros foram os únicos que aumentaram (32,4%), e nesse último crime, quando o recorte envolve vítimas consideradas vulneráveis, em 98% casos foram parentes ou conhecidos os acusados e em 78% dos casos ocorreram na residência da vítima ou do criminoso. Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/estupro-foi-o-unico-tipo-de-crime-que-aumentou-em-2017-no-distrito>

seria, no máximo, um mal necessário em um projeto de médio a longo prazo (Januzzi, 2016:185).

Nessa perspectiva, a cidade de Brasília é resultado de diferentes subjetividades, mas de diferentes interesses ideológicos em jogo. Como bem destaca Henri LeFebvre, a cidade “é uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou antes, dos encontros)” (LeFebvre, 1991: 81). Assim, a circulação, a rede de relações, formas de habitações, construção de territórios e reconfiguram a paisagem urbana. Como percebido em seus trajetos diários pelos lugares, em suas narrativas de vida e suas sociabilidades nesses espaços, as pessoas estavam criando novas formas de perceber e usar a cidade (De Certeau, 2012). Nesse sentido, como bem destaca Michel Agier (2015) a cidade é feita essencialmente do movimento, ou seja, existem diferentes formas de se perceber e fazer cidade, em suas pesquisas, o autor frisa que:

A partir de pesquisas etnográficas realizadas na África e na América Latina, interesse-me por diferentes aspectos desta questão: a fundação da cidade desde as margens urbanas — bairros populares ou “invasões”, estabelecimentos provisórios de migrantes, campos de refugiados — ou, para dizer de modo mais geral, interesse-me por pensar a cidade a partir dos espaços precários e de um certo despojamento de bens, de sentidos e de relações (Agier, 2015:487).

Podemos afirmar, então, que a cidade é feita de diversos fluxos, de relações de forças verticais e horizontais. A circulação e criativas formas de obtenção de recursos e construção de moradias provisórias, ou mesmos usando as ruas e bancos de praças para dormirem, demonstrava a intervenção espontânea de diversas relações possíveis que compõem, interferem, e fazem a cidade e contribuem para a sua totalidade. Não há como negar, que essas redes de relações, meios de trabalho, benefícios sociais, e relações criativas com os espaços façam parte da realidade de uma cidade que foi planejada para que todos as suas dinâmicas sociais e estruturais de sua concepção seguissem uma linha controlada de um planejamento racional moderno – são as práticas e os saberes aprendidos e experimentados nas situações sociais precárias (Agier, 2015:488).

Aos trajetos feitos de forma atenta, com intensa relação do corpo e espaço, formavam circuitos, formas de perceber e fazer cidades particulares, a cidade vivida. Os percursos eram sempre reconfigurados segundo interesses pessoas, mas confluíam em relação à outros. A circulação impulsionada pela aquisição de objetos, dinheiro, recursos, envolviam-se nas relações de trocas, de compartilhamentos de coisas e experiências. A exploração e utilização criativa de diversos materiais para a construção de barracas improvisas, eram uma das

características dessas formas de habitação da rua. Pensando por analogia, em relação à pesquisa desenvolvida por Michel Agier (2015):

Esse movimento é uma tomada do espaço tanto quanto uma tomada da palavra, é o momento político porque é aquele que cria uma situação radicalmente nova.¹⁰ Eis por que os atores da margem, cidadãos sem cidade, ocupam um lugar à parte, precário mas exemplar nos movimentos que fazem a cidade (Agier, 2015:491).

Todas essas práticas desenvolvidas nos espaços da rua, desenvolviam especificidades, outras formas de utilização dos espaços e corpo, outras relações entre corpos e espaço. Ações que criam territórios, reinventam espaços, com resistência e criatividade, novas formas e possibilidades de obter recursos para a subsistência, sobretudo nas formas e concepções próprias de trabalho.

Os *moradores de rua* apresentaram um modo particular de habitar a cidade. Ações que configuravam redes de interações específicos no espaço urbano (Foote-Whyte, 2005), que ultrapassam as dimensões individuais. A mobilidade (in)constante, sempre reconfigurada, mostrou uma reinvenção dos espaços urbanos, nas práticas criativas, artes de fazer (De Certeau, 2012), com suas especificidades, na inconstância em sua utilização, sem posse e acúmulos significativos, como particularidades desse modo de viver a cidade. Feita nos circuitos diários, “a cidade é percorrida e é pensada apenas pelo transeunte que ela própria engloba. (...) vista do interior de suas entranhas”. (Silva, 2009:147). A cidade é, portanto, compreendida a partir de suas teias de relações, percebida por meio do movimento (Ingold, 2005). Nesse sentido, podemos pensar a rua como espaço de habitação em uma dinâmica envolvida por sujeitos que compartilham práticas semelhantes e específicas, porém dinâmicas e fluídas. Demonstrando que habitar não se restringe somente ao espaço da casa, assim como não se limitava a aspectos relacionados às necessidades fisiológicas, está circunscrito a uma dimensão social e cultural dos sujeitos.

CAPÍTULO 4

FAZER TRABALHO

Percebemos até aqui o quanto as diferentes trajetórias individuais formavam grupos, construía relações afetivas e desenvolviam criativos usos dos espaços públicos como parte do cenário urbano. Nessa dinâmica, as pessoas se distanciavam de categorias acusatórias e buscavam identificar-se com termos próprios, forjados no cotidiano, compartilhados na circulação, habitação, lazer e trabalho. Essa última categoria é chave para a compreensão das sociabilidades construídas na rua, da autoafirmação, dos processos constitutivos de suas identidades pessoais e visões de mundo. Era uma importante ferramenta de luta frente aos estigmas e processos de desumanização a que estavam sujeitos. Nesse sentido, posicionar-se como trabalhador, e não outra coisa, de cunho pejorativo, lhes proporcionava dialogar com diferentes sujeitos como parte de suas estratégias frente aos embates diários e condições de vida. A noção de trabalho aqui será apresentada através de seu sentido próprio, manifestado pelos sujeitos nas formas de cuidar dos carros estacionados, vendas de balas e frutas, pedir (também como um *não-trabalho*), catar latinhas, etc.

Os corpos das pessoas foram ajustados às dinâmicas na rua, submetidos às lógicas de mobilidade, e, de tal modo, as diversas formas desenvolvidas de trabalho também manifestavam suas marcas físicas, suas adaptações corporais. São corpos que são construídos a partir do trabalho, ou trabalhos que constroem corpos, e são também as próprias ferramentas de trabalho. Era o resultado das exaustivas horas gastas carregando materiais recicláveis, catando latinhas, da exposição ao sol, no esforço e desempenho argumentativo para sensibilizar os possíveis compradores de seus produtos (pulseiras, balas, doces/artesanais), no *pedir* para vigiar carros estacionados, e na colheita e venda de frutas provenientes das árvores da cidade. Os tipos de trabalho existentes demandavam estratégias necessárias às suas realizações. O trabalho de rua, ou na rua, apresentava características próprias, sobretudo em seu aspecto criativo, informal, e sobre elas procurarei discutir neste capítulo.

O trabalho de rua e sua relação com *pedir*

No dia 02 de março de 2017, acompanhei Daniel, um *morador de rua* de 32 anos, natural de Taguatinga (DF), na circulação por estacionamentos públicos do Setor Comercial

Sul. Ele buscava trabalhar vigiando carros estacionados próximos a instituições, quadras e praças daquela região. Nos encontramos no início da tarde daquele dia nas proximidades da estação do metrô Galeria, onde havia muitas vagas para veículos. Local também de concentração de materiais recicláveis coletados na cidade por carroceiros⁵³ e armazenados entre muros da estrutura da quadra.

Conversando com Daniel, após ele ter aceito que eu o acompanhasse durante todo o dia, circulamos pela região e através de suas narrativas percebi que desenvolvia diversos meios possíveis de trabalho como forma de conseguir seu dinheiro. Obter dinheiro como conquista, como uma constante atividade. Ele poderia pedir, vender coisas, prestar serviços para comércios da região, sobretudo de limpeza, etc. Eram todas atividades informais. Mas procurava, naquele dia, *cuidar* (termo usado por ele) de carros estacionados em vias públicas da cidade. Para a escolha desses estacionamentos, caminhamos primeiro por diversos locais, analisando a movimentação, a disponibilidade e a ausência ou não de pessoas regulamentadas para essa atividade⁵⁴.

Já cuidei de carros estacionados nas [quadras] comerciais da asa norte, e no setor comercial [norte] também. Eu procuro mudar de estacionamento porque às vezes a disputa é grande e também porque muitos lugares já têm flanelinhas que são ligados ao governo (...) eu trabalhava por lá quando eu dormia para as bandas [regiões] de lá também, mas atualmente durmo pela asa sul, então procuro trabalhar por aqui mesmo (Diário de campo, março de 2017) [grifos meus].

Procurar dormir próximo de onde se trabalha parecia ser recorrente e demonstrava esse aspecto mais cômodo, sobretudo pela já constante mobilidade em relação às formas de trabalho que demandavam longas caminhadas para a procura e efetivação dos mesmos.

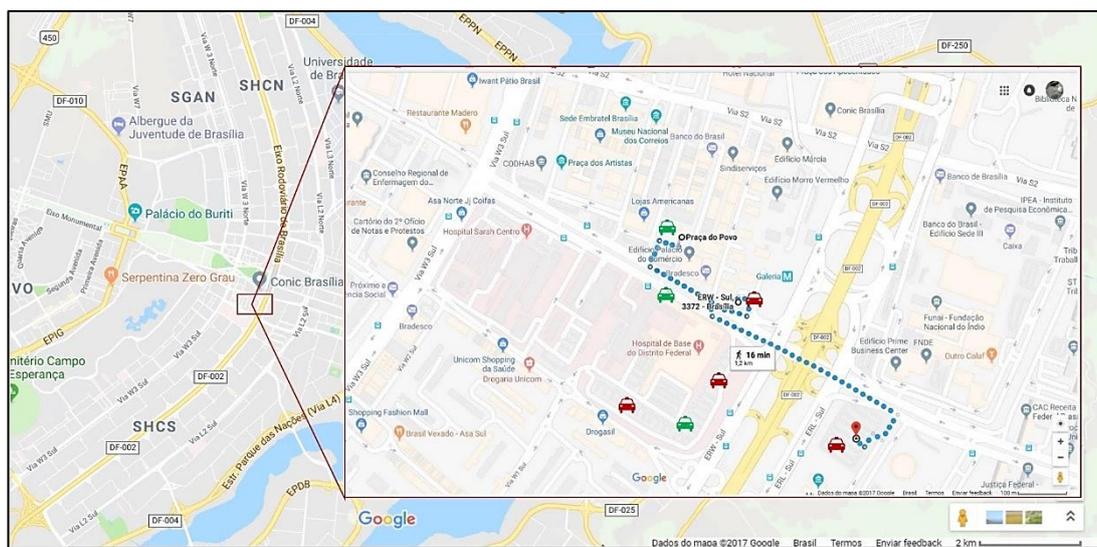
Naquele dia estávamos próximos a estacionamentos do Setor Comercial Sul. Passamos um bom tempo nesse local. Entretanto, Daniel não ficou trabalhando em apenas um estacionamento, buscava em outros existentes na região a possibilidade de trabalho. As mudanças, como ele mesmo já salientou, davam-se por diversos fatores, entre eles, a disputa

⁵³ Pessoas, trabalhadores, que puxam carroças carregadas de papelões e outros materiais recicláveis pelas vias públicas até as empresas de reciclagens, ferros-velhos. Em outros lugares, por exemplo em Taguatinga (DF) e Ceilândia (DF) ainda existem carroças com tração animal.

⁵⁴ Existiam nesses estacionamentos pessoas regulamentadas, com coletes que demonstravam essa legalização; O artigo 1º da Lei Federal nº 6.242, de 1975, estabelece que “o exercício da profissão de guardador e lavador autônomo de veículos automotores, em todo o território nacional, depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho Competente”. Para se regularizarem, os lavadores e guardadores devem se registrar na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do DF e levar sua carteira de trabalho ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O cadastramento e fiscalização se intensificaram desde 2009. Fonte: <http://www.cg.df.gov.br/noticias/noticias/item/2301-um-m%C3%AAs-de-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-flanelinhas.html> acesso em 27/11/2017.

para exercer a atividade. Era uma constante luta para a efetivação de seu trabalho, um empenho para concretizá-lo. Entre os conflitos, a existência de flanelinhas regulamentados nesses espaços eram um dos fatores. Entre outros espaços, os estacionamentos do Setor Bancário Sul eram mais rigorosos quanto a quem podia ficar por lá, sobretudo pela presença de profissionais⁵⁵ regulamentados. Nesse sentido, percebi que conflitos existiam constantemente, e, poderiam surgir a qualquer momento, pois havia sempre uma constante afirmação por parte de quem cuidaria dos veículos nesses espaços, seja por meio de crachás ou, na ausência desses profissionais regulamentados, outros tipos de demarcações, como objetos pessoais expostos, visíveis para quem chegasse com a intenção de também fazer trabalho.

Naquele dia, Daniel procurou trabalhar vigiando carros no estacionamento público entre o Hospital de Base e o setor Comercial. Na parte mais próxima da estação galeria do Metrô onde havia apenas um *flanelinha*, que estava lavando um carro no momento, e Daniel procurou ficar, distante dele, vigiando carros na área do estacionamento mais próxima à avenida W3 Sul⁵⁶.



Mapa 44: Região centro sul de Brasília. Nele é possível observar o Hospital de Base do Distrito Federal, Hospital Sarah Centro, Estação de metrô Galeria, Praça do Povo e demais instituições e comércios do Setor Comercial e Bancário Sul. Em todos esses estacionamentos destacados com ícones de veículos em vermelho correspondem aos estacionamentos que existiam apenas flanelinhas regulamentados, e os de cores verdes onde ocorriam as disputas. Fonte: Google Maps 2017; grifos meus.

Como percebido no mapa, existem vários estacionamentos públicos na cidade, e existem tantos outros que são usados por *moradores de rua* como meio de trabalho e que não aparecem

⁵⁵ Uso esse termo aqui pensando nas carteiras de trabalho e nas garantias trabalhistas que são garantidas em lei.

⁵⁶ Uso os termos *vigiar* e *cuidar* porque ambos eram usados por *moradores de rua*.

no recorte da imagem, como no caso do estacionamento em frente à Igreja Nossa Sra. de Fátima, mais conhecida como Igrejinha da 308 Sul. Nesses espaços os moradores de rua procuravam também exercer as atividades de *flanelinha*, de limpeza de veículos⁵⁷. Os espaços mais procurados, pelo menos durante a pesquisa e através de suas narrativas, eram o de maior fluxo de veículos e neles existiam também maior concentração de disputas, de conflitos, por essas atividades, sobretudo com profissionais regulamentados.

Quando havia divisão da atividade de cuidar de carros estacionados em espaços públicos, era feita por fileiras ou pela quantidade de vagas existentes. A forma partilhada era uma opção. Além do mais, a garantia de desenvolver essa atividade também estava condicionada a quem primeiro chegasse ao estacionamento, delimitando uma constante disputa. O tempo era um fator importante para legitimar a utilização. O que estava subentendido era uma moral de rua que, embora não escrita, esperava-se que fosse respeitada, que se demonstrasse obediência a esse acordo compartilhado. O não cumprimento desses códigos poderia ocasionar em agressões físicas. Outrossim, existiam as demarcações territoriais de atividades de trabalho, sobretudo na posse provisória, afirmada constantemente nas falas das pessoas: “meu estacionamento” ou “nosso estacionamento”, discorridas por pessoas ou grupos que trabalhavam cotidianamente nesses locais. Nesse último caso, geralmente, em estacionamentos públicos, pequenos, em frente a restaurantes, igrejas (como no caso da Igrejinha da 308 Sul) e instituições.

Quando o estacionamento era pequeno, as regras quanto a quem caberia vigiar carros eram simples. Ficaria a cargo da regra consensual: quem chegar primeiro ao local. Com a finalidade de sinalizar para os demais trabalhadores que buscavam a mesma atividade, mochilas ou sacolas plásticas eram penduradas nas árvores ou postes presentes no estacionamento, como forma de demarcação de território, assim todos saberiam que tais atividades já estavam sendo desenvolvidas naquele espaço. Que poderiam também ser demarcados com roupas, e demais pertences pessoais. Mariana Martinez (2012), em outro contexto de pesquisa, apresentou casos semelhantes de delimitação do território em que “para demarcar a ocupação territorial, os moradores de rua penduram suas mochilas nos galhos das árvores para demonstrar aos demais que o espaço já fora ocupado” (Martinez, 2012:03). Entretanto, no caso dos moradores pesquisados, as demarcações se restringiam apenas ao dividir os espaços dos estacionamentos

⁵⁷ Nesse sentido, procuravam guardar baldes entre áreas verdes da cidade, entre fendas de muros, etc, afim de coletarem água e efetuarem os serviços.

públicos e não diziam respeito a outros espaços coletivos, como a permanência nas Praças onde dormiam e se alimentavam conjuntamente.



Imagem 45: Mochila pendurada em uma árvore como sinal que a atividade de cuidar de carros já estava ocupada. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, junho de 2017).

Como esse tipo de atividade era uma das mais recorrentes na cidade, pelo menos parecia competir com a de “catar” latinhas, as pessoas poderiam exercer uma ou outra assim como trabalhar em ambas, e tanto a circulação para catar latinhas e por estacionamentos eram também característicos da mobilidade. Mudar de local de trabalho também era recorrente. Além disso, nesses estacionamentos, as pessoas abordavam motoristas e pedestres para pedir alguma ajuda financeira. Assim, atividades diversas e pessoas com categorias de vida diferentes, flanelinhas e *moradores de rua*, pedintes, formavam o cenário de trabalho.

Conversando com Daniel, ele disse-me que enfrentar preconceitos e situações de violência eram recorrentes em sua vida diária na rua, sobretudo nas atividades de trabalho. Sobre esses embates, contou-me de uma discussão que teve com um policial:

Ele chegou me abordando de forma violenta, pegando minha mochila e jogando no chão. Não deixou eu argumentar direito, nem falar eu podia, ele já estava me enquadrando como ladrão e daí disse pra ele que eu não era bandido não, que eu era trabalhador, que sempre trabalhei e consegui meu dinheiro para comprar minhas coisas, sempre fui trabalhador. Ele viu que na minha mochila não tinha nada de errado e me liberou. Mas é sempre assim, eles chegam achando que a gente é vagabundo, que a gente é mendigo jogado, largado e que todo mundo é ladrão e bandido, mas eu sou trabalhador (diário de campo, março de 2017).

Nesse aspecto, por existir os constantes embates entre eles e os agentes de estado, o fato de exercerem atividades de trabalho, a dimensão de ser trabalhador, eram ferramentas frente

aos preconceitos que enfrentavam diariamente nas ruas. Além de enfrentar as abordagens policiais e as revistas constantes em seus pertences, em sua mochila e carrinhos de mercado, enfrentavam os olhares do público, e nesse caso, Daniel também disse ouvir o que as pessoas falavam quando passavam por ele, sobretudo quando ouvia palavras que ele destacava serem ofensivas, o que acabava fazendo com que ele retrucasse em alguns momentos, e sempre aparecia a questão do trabalho como ferramenta de embate:

Outro dia eu estava caminhado próximo ao shopping e duas moças passaram por mim e ouvi uma dizer para sua amiga “cuidado”, e eu sabia que era para mim que ela tinha falado aquilo e rebati dizendo que eu não era bicho e nem bandido para elas ficarem com medo de mim. Disse que eu trabalhava, que eu tinha minhas coisas e que não precisava de nada de ninguém. (...) às vezes eu nem ouço, nem ligo para os que falam, mas as vezes eu respondo também porque dói saber que as pessoas nos evitam só porque vê uma roupa suja, uma camisa rasgada e já pensa que todo mundo é bandido, que todo mundo é ruim. Graças a Deus eu não gosto de pegar em nada de ninguém. só quero ficar no meu canto, fazendo minhas coisas e caminhando por onde eu tenho que caminhar (Diário de campo, março de 2017).

Nesse aspecto, Daniel relatou que enfrentar situações de preconceito era uma questão diária para ele. Transitar e buscar formas de trabalho estariam envolvidos nessa constante afirmação de quem era e de se distanciar de categorias acusatórias, de estigmas que lhes são impostos. Mesmo trabalhando, durante os momentos de trabalho enfrentava constantes embates.

Próximo a W3 Sul, no estacionamento entre o Hospital de Base e o setor Comercial Sul, em suas abordagens a motoristas que chegavam ao local, Daniel iniciava seu trabalho se aproximando fisicamente do veículo, e auxiliando na manobra que o motorista fazia para estacionar. Quando não, estava ao lado do veículo assim que o motorista saísse do carro, ou quando este aparecia e retirava-se do local. Na finalização do trabalho, ele procurava auxiliar o motorista na manobra e também requeria dele que ficasse próximo à porta do motorista do veículo, facilitando, estrategicamente, para que este pudesse contribuir/pagar financeiramente com seu trabalho. Quando determinado motorista entrava em seu veículo e não abaixava o vidro era um dos maiores sinais que este não iria contribuir. Entretanto, diversas vezes, o serviço era finalizado mesmo que não recebessem nada em troca. As moedas de 50 e 25 centavos eram as mais recorrentes nas contribuições. Disseram-me que muitos motoristas também tinham medo de não contribuírem, por conta de temerem voltearem aos estacionamentos e sofrerem algum tipo de represália, que os *moradores de rua* poderiam, na concepção dos condutores, arranharem a lataria de seus veículos, ou mesmo furarem os pneus.

A noção de *vigiar* carros, da necessidade de tal atividade de trabalho, correspondia a uma tentativa de inibição à furtos e roubos à/e de veículos que eram frequentes na cidade. Nesse

sentido, parecia consenso que a presteza era válida tanto para os cuidadores quanto para os motoristas. Entretanto, o que não era claro, ou não tinha consenso, dizia respeito à legalidade em realizar o serviço e a obrigatoriedade do pagamento. Existia assim, uma linha tênue entre a realização da atividade, a permissão para fazê-la, e o retorno financeiro pelo serviço.

Por essas questões todas, a improbabilidade fazia parte do cenário como característica desse trabalho. Era uma atividade que não tinha garantia, mas mesmo assim funcionava. Sobre essa incerteza do pagamento final da atividade de vigiar carros, o *morador de rua* sabia que no final de seu empenho ele poderia não ter retorno, assim como sabia que independentemente da situação ele deveria estar dando o máximo de si para que o resultado fosse o melhor possível:

A gente não pode obrigar ninguém a contribuir, né. Mas estamos aí, na *luta*. A gente tem que ficar esperto e garantir que quando o motorista retorne, a gente possa estar lá perto auxiliando para receber alguma coisa. (...). Não pode deixar ele ir embora sem que a gente veja. Se o cara passa um tempo maior estacionado, é mais certeza que ele vai dar alguma coisa, pelo menos a gente espera, né (Diário de campo, março de 2017).

Daniel, ao usar o termo *contribuir* e não o de *pagar*, parece-me demonstrar essa característica da não obrigatoriedade. O desenvolvimento da atividade estava o tempo todo voltado ao convencimento da importância do trabalho ali realizado. Existia a dimensão da visão, do ver e de ser visto. Em determinado momento, gestos com as mãos (sinal de legal) pedia ao motorista permissão para vigiar o veículo, àquele que, daquele momento em diante seria seu cliente. Quando afirmou que quanto maior o tempo estacionado ele teria mais chances que o motorista contribuísse, estava apostando no peso de consciência que o cliente poderia ter, já que, por si só, o maior tempo demonstraria que o veículo estivera com o vigiador. Outrossim, saberia que quando o motorista ficava apenas uns 5min no local ele podia não contribuir e também não havia um grande empenho para tal cobrança. Embora não haja obrigação formal no trabalho que obrigue o pagamento, existia uma aposta na consciência moral, espera-se que o motorista reconhecesse o trabalho prestado.

Como já mencionado, estacionamentos grandes e pequenos eram usados para angariar dinheiro. Nesse contexto, não somente estacionamentos públicos próximos a instituições públicas e privadas eram usados com essa finalidade, mas os próximos a bares, restaurantes e Igrejas, como no caso da Igreja da 308 Sul, também eram pontos importantes para essas funções.

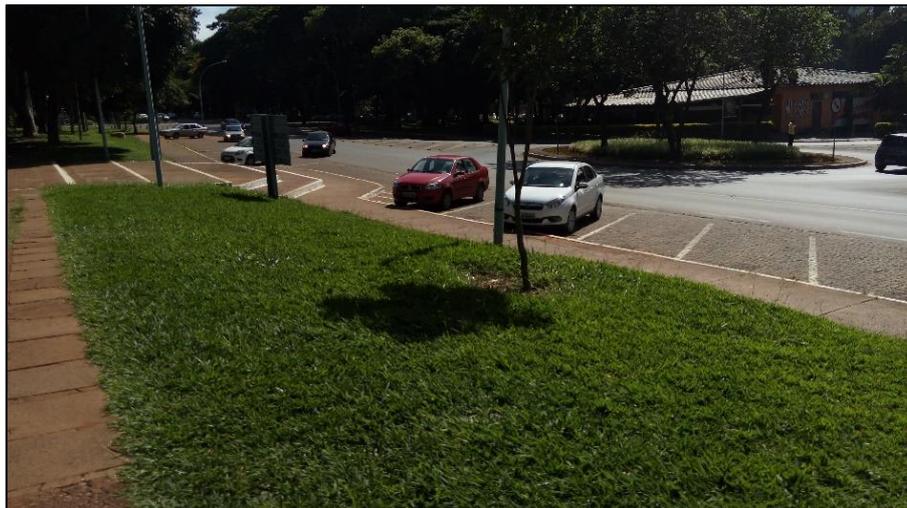


Figura 46: Estacionamento público em frente a Igrejinha da 308 Sul. Primeiro local onde presenciei o trabalho de vigiar carros estacionados por parte de moradores de rua. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, dezembro de 2016).

Embora o trabalho de vigiar carros estacionados não garantisse total controle das aquisições financeiras, a margem da garantia estava na probabilidade e na porcentagem em que algumas pessoas, em um momento ou outro, iriam contribuir, e de alguma forma validar a iniciativa. Além do mais, o jogo estava marcado pelo forte desempenho que cada *morador de rua* deveria ter em sensibilizar, ou em convencer os motoristas de seu trabalho, assim pedir inicialmente para vigiar o carro era uma estratégia muito importante. Nesse sentido, o aspecto do pedir, comover as pessoas para suas atividades, estava sempre presente. Sobre essa questão, Daniel, outro *morador de rua* que conheci, e que comigo fazia reflexões sobre suas vivências nas ruas, destacou que:

Na rua, o *morador de rua* tem sempre que pedir. Ele pede dinheiro para comprar alguma coisa para comer, pede para trabalhar, pede para vigiar carros estacionados. (...) Ele tem que pedir para o cara se ele aceita que o carro dele seja vigiado, e mesmo aceitando, às vezes, o sujeito sai sem dar nada, e o *morador de rua* ainda tenta pedir de novo para ver se ele dá alguma coisa. (...) Mesmo o trabalho de venda a gente tem que pedir também... sempre tem essa coisa de pedir, porque a gente pede pra pessoas comprar, entendeu? Então, para mim, a gente está envolvido num trabalho de rua que *pedir* faz parte (Diário de campo, julho de 2017).

A reflexão de Daniel, além de demonstrar que as pessoas estão refletindo sobre suas vidas, sobre seu cotidiano, evidencia uma característica peculiar dos trabalhos desenvolvidos na rua, de convencer de suas atividades, de sensibilizar para que tenham um retorno, de *pedir*. Ele buscou esclarecer-me sobre certa submissão em que o trabalho de rua parece envolvido. Boa parte das atividades de trabalho de/na rua estavam envolvidos nesse aspecto do *pedir*, sobretudo no pedir para vender a pedestres e passageiros dos terminais de ônibus e estações de metrô para que comprassem seus produtos. Contudo, embora esse aspecto contemplasse

diversos trabalhos desenvolvidos na rua, uma outra atividade parecia não estar submetida à esta dimensão do *pedir*, era o de “catar latinhas”, recolher embalagens de alumínio de refrigerantes e cervejas que eram deixadas em lixeiras e vias públicas da cidade. Discutirei essa atividade no último tópico desse capítulo.



Figura 47: Cadeirante vigiando carros no estacionamento público em frente a Igrejinha da 308 sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, janeiro de 2017).

Como já observado, alguns estacionamentos públicos da cidade já contavam com regulamentação para as funções de flanelinhas. Entre outros, os do Parque da Cidade e alguns do Setor Bancário Sul, existiam com algum tipo de controle por parte do Estado. Nessa sequência, as coletas de águas para o serviço de limpeza de veículos eram monitoradas. Assim, caso o morador de rua tentasse exercer a atividade de flanelinha informalmente teria que enfrentar uma maior dificuldade no trabalho. Entretanto, o *morador de rua* realizava esse tipo de atividade, esporadicamente, nesses lugares, e, sobretudo, em outros em que o controle burocrático ainda não existia. Em frente à Igrejinha da 308 Sul, como vimos no capítulo II desse trabalho, uma família passava o dia cuidando de carros estacionados no local, mas *moradores de rua* também desenvolviam a atividade ali, principalmente em dias que os frequentadores do local deixavam de ir. Esse aspecto, dos regulamentados e não regulamentados, gerava conflitos, agressões físicas e constante acionamento policial por parte dos trabalhadores regulamentados. Se por um lado esses conflitos persistiam, por outro existiam diversos estacionamentos em que a fiscalização e a regulamentação de trabalhadores ainda não eram uma questão e, nesse sentido, os *moradores de rua* tinham a opção, e assim faziam, de procurar estacionamentos menos conflituosos.

Esses estacionamentos próximos a instituições eram os mais recorrentes para desenvolver tais atividades, já que o fluxo de pessoas diferentes era maior, ou seja, diferentes motoristas poderiam frequentar o local e potencializavam as chances de conseguir retorno financeiro para o trabalho. As pessoas que trabalhavam nessas instituições eram clientes mais assíduos das limpezas improvisadas dos veículos e os que frequentavam esporadicamente eram clientes das gorjetas da ação de vigiar os carros.

Em dias de atividades festivas próximas a esses estacionamentos, as pessoas poderiam contar com maiores contribuições. Além do mais, voluntários deslocavam-se até estacionamentos para fazer doações a *moradores de rua*: itens de higiene, alimentação, roupas e cobertores. Assim, os estacionamentos públicos eram tanto espaços potenciais de garantia de renda e de solidariedade social, quanto locais de encontros e pernoites para algumas pessoas.

Jonh Comerford (1999), ao analisar os diferentes usos da palavra *luta* entre trabalhadores rurais da Bahia, que usam o termo para caracterizar o cotidiano de trabalho dos pobres, afirma que:

Neste discurso, o trabalho, visto como dimensão da *luta* cotidiana, aparece menos como um objeto de troca em um mercado de trabalho do que como um aspecto da dignidade e do valor de quem, ao buscar cumprir as responsabilidades em relação à sua família, enfrenta todo tipo de dificuldade. Neste sentido, *luta* é nitidamente associada à noção de *sofrimento* e oposta a noções como *preguiça* (ou noções correlatas) e a ações socialmente desqualificadas como roubar (e, salvo em algumas circunstâncias, pedir esmolas) (Comerford, 1999:19).

O termo é central para o autor porque manifesta, através do discurso do trabalhador, a situação precária vivida no cotidiano. Comerford contribui para a análise aqui, na medida em que a produção do trabalho, sua conquista e efetivação envolve a presença física como marcador do sofrimento pela luta em conquistá-lo. Os *moradores de rua* parecem envolvidos nessa constante, na luta diária para a realização de atividades que gerem dinheiro para o sustendo pessoal.

Nessa luta diária para desenvolverem formas de trabalho, os *moradores de rua* manifestavam noções próprias de trabalho, na medida em que cuidar e pedir, eram aspectos essenciais para o desenrolar de suas atividades. Além do mais, essas atividades, cobravam lugares específicos, horários, regras forjadas nos conflitos, desenvolvendo condutas próprias para atuar nesses meios de obtenção de dinheiro. Uma dinâmica constante envolvida na procura e realização de suas atividades de trabalho. A negociação ou não com flanelinhas

regulamentados, as negociações para as divisões de vagas nos estacionamentos, envolvendo uma constante disputas pelos espaços de atividades, assim como por exercê-las.

A relação com os clientes nesses estacionamentos demonstrava que o trabalho não necessariamente seria remunerado, por não haver uma obrigatoriedade, entretanto, os moradores de rua desenvolviam estratégias para que o trabalho de cuidar e/ou vigiar carros nos estacionamentos se convertessem em recompensas monetárias.

O trabalho de rua e sua relação com o comércio da cidade

Não somente o trabalho dos *moradores de rua* em vigiar carros estacionados envolvia a ação de *pedir*. Entre as diversas formas de *pedir*, os *moradores de rua* abordavam os demais moradores das quadras, *transeuntes* e *não-transeuntes* (Frehse, 2013), para que contribuíssem em dinheiro com a alimentações, passagens, etc. Também podiam *pedir* para comprar objetos de fácil revenda, sobretudo alimentícios. Quando conseguiam a quantia desejada, compravam balas, doces, em comércios de atacado e revendiam os produtos nas ruas, terminais de ônibus e estações do metrô.



Figura 48: Um *Morador de rua* sentado estrategicamente próximo à Pastelaria Viçosa na Rodoviária do Plano. Essa ação focava a abordagem a clientes que se dirigiam ao caixa do estabelecimento. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, julho de 2017).

Nos diálogos à passageiros do terminal, os *moradores de rua* destacavam, quando a finalidade da abordagem era conseguir dinheiro para comprar balas para revender, que buscavam meios para desenvolver atividades de trabalho. Algumas pessoas compravam as próprias mercadorias e doavam à *moradores de rua* para que estes revendessem os produtos.

Nesse sentido, existia um peso moral sobre a condição do pedinte, pois desenvolver alguma atividade de trabalho era mais bem vista do que a simples ação de pedir. Assim, “a disposição para a procura de trabalho pode singularizar e marcar uma diferenciação moral entre outras trajetórias,” (Martinez, 2011:72), entre os que pedem e os que trabalham, na visão do doador. Além do mais, a atividade de pedir não era restrita somente à *moradores de rua*, outras pessoas, a quem eles chamavam apenas de *pedintes*, disputavam espaços estratégicos nas vias públicas, na entrada ou próximos a instituições públicas e privadas, a comércios e bancos. Com a experiência do trabalho diário nesses pontos específicos da cidade, as pessoas saberiam quais locais eram mais rentáveis e mais propícios a doações.



Figura 49: Morador de rua sentado próximo eu caixa de uma lanchonete da rodoviária do Plano Piloto. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, junho de 2017).

A doação em dinheiro não era tão fácil. O *morador de rua* sabia que ficar apenas pedindo não era o método mais adequado para conseguir dinheiro, já que as pessoas sempre

tendiam a querer saber o que eles fariam com o dinheiro, ou mesmo não paravam para ouvi-los. Quando pediam dinheiro para refeições eram quase sempre recebidos com frases que questionavam se gastariam com refeições mesmo ou se comprariam drogas. Nesse sentido, muitos doadores acompanhavam os *moradores de rua* até os restaurantes, lanchonetes e efetuavam o pagamento das refeições. Isso dizia muito sobre o peso moral e o controle que o doador tinha sobre o dinheiro doado.



Figura 50: Morador de rua sentado próximo à entrada do Shopping Pátio Brasil, abordando os transeuntes que iam ao centro comercial, Setor Comercial Sul. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, maio de 2017).

Pedir próximo a entrada de grandes centros comerciais, como shoppings, não era muito fácil de fazer já que os seguranças desses estabelecimentos não permitiam tais atividades. Os *moradores de rua* eram proibidos de sentar próximo a entradas, assim como de adentrarem esses espaços, sobretudo quando estavam de chinelos de dedos, ou com roupas sujas, carregando sacos e sacolas, etc. Quando não correspondiam à estética do local. Se aproximar demais de um shopping era uma ação perigosa. Assim, conseguir doações em alguns estabelecimentos da cidade era tarefa desafiadora. A opção de conseguir doações em espaços

de grande trânsito de pedestre, sobretudo nos terminais de ônibus e metrô era mais segura e rentável.

Outra questão interessante sobre as doações, antes de falar sobre as coisas vendidas, era o fato de que muitos *moradores de rua* rejeitavam doações de objetos, alimentos e até mesmo de dinheiro, o que fazia com que muitos doadores ficassem confusos e irritados. Presenciei esse tipo de constrangimento quando um rapaz ofereceu alimento em uma marmita descartável a uma *moradora de rua* e ela, indagando sobre que tipo de alimento seria, disse que não queria. Em outro momento, um transeunte estendeu a mão com uma nota de R\$ 2,00 a um morador de rua que estava sentado na calçada do Conic, e este rejeitou. Nesses momentos refleti sobre o prejulgamento que muitas pessoas têm dos moradores de rua, registrando-os na “falta”, na ausência de subjetividade, de gostos, escolhas, etc. Outrossim, ao doarem alguma coisa, sobretudo dinheiro, o doador procurava saber como o morador de rua iria proceder com o mesmo, como iria gastar. Nesse sentido, o morador de rua sempre teria que lidar com questionamentos quando pedisse alguma coisa. Pedir envolvia justificar.

Nessa perspectiva, Juliana Oliveira Silva (2018), traz uma discussão da relação entre malabaristas de sinal de trânsito e os motoristas. Para a autora, as/os malabaristas dificilmente se referiam ao ato de *pedir* nas ruas como uma escolha, e buscam se associar a imagem do trabalhador, em oposição com o ato de *pedir*. Para ela, fazer do circo um trabalho aparece como uma troca (Mauss, 2003) se distanciando de uma transação unilateral. Porque apenas receber teria esse peso moral na qual os *moradores de rua* enfrentam quando pedem. Pois quando o *morador de rua* recebe a ajuda em dinheiro, gera dívida, e essa dívida deve ser paga através do bom uso do que foi recebido. Assim, o doador quer fiscalizar se o dinheiro será usado para comprar comida, que pode ser bem aceito, por exemplo, mas se for para beber, usar drogas, é/pode ser visto como indevido.



Figura 51: *Moradores de rua* no Setor Comercial Sul. No carrinho, objetos pessoais e materiais reciclados para revenda são guardados em carrinho de mercado. As latinhas são amassadas para que caibam em pequenas sacolas plásticas. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de campo, março de 2017).

As estratégias de *pedir*, eram envolvidas também com a questão da sensibilização do doador. Era necessário fazer com que a pessoa soubesse, caso necessário, de suas histórias de vida, e nesse caso, de partes mais traumáticas e/ou dramáticas com a finalidade, em suas palavras, que o *mangueio* fosse bom. Manguear eram então uma categoria em que eles compreendiam como uma astúcia para conseguir, argumentando, suas doações, principalmente em dinheiro. Pegar partes traumáticas e significativas de suas vidas para contar na hora da abordagem, do mangueio, era de muita importância para pedir, sobretudo quando estes obtinham atenção por parte das pessoas, quando os pedestres paravam para lhes dar atenção. “O *mangueio* é a prática de aquisição de dinheiro travada entre o pedinte e o doador. A abordagem é realizada através da imagem da exclusão social, na qual o pedinte é aquele que necessita de ajuda (Martinez, 2011:88).



Figura 52: Uma moradora de rua em pé próximo ao caixa de uma lanchonete da Rodoviária do Plano Piloto. Fotografia: Alex cordeiro (Diário de campo, junho de 2017)

Com o dinheiro em mãos, sobretudo com a quantia em dinheiro que foi acumulado, o *morador de rua* poderia ou não corresponder ao gasto com a finalidade com que foi pedido. Se pedir para comprar comida, mesmo que ele quisesse comprar outra coisa de seu desejo, ele pediria dinheiro para comprar comida. Entretanto, se pedir era o seu principal meio de aquisição monetária, ele teria que fazer novamente o trabalho de convencimento ao potencial doador ao pedir exaustivamente para quem passasse por ele ou nos pontos de maior circulação. Caso contrário, quando sua finalidade fosse mesmo de comprar coisas, principalmente balas, para revender, ele buscaria a mercadoria e procuraria ter uma quantia para o “capital de giro”, com todas as aspas que esse termo necessita aqui, para a compra de novas mercadorias. Nesse sentido, o morador de rua que costumava vender balas e outros produtos na rua, poderia pedir

apenas esporadicamente, assim que necessitasse novamente da quantidade básica para a compra de novas balas para a revenda.

Como refletiu Daniel em uma de nossas conversas já mencionadas aqui, a dimensão do *pedir* surgia acompanhada da possibilidade ou não de sua efetivação. Mas, o mais interessante em sua análise era que a pessoa teria que pedir até mesmo para vender alguma coisa, e assim a frase “você pode me ajudar comprando uma bala?” acompanha as pessoas nas vendas diárias pelas ruas da cidade. Muitos me relataram que nesse caso, em que estão vendendo coisas, algumas doações também se concretizavam, já que muitas pessoas se sensibilizavam e acabavam, para além de comprar, doando quantias em dinheiro, ou rejeitando o troco. Nesse aspecto, percebi que os *moradores de rua* pareciam saber, ao afirmarem sempre que eram trabalhadores, que existiam um peso moral e uma cobrança para que estivessem enquadrados nessa categoria.

Muitos desses processos de vendas são acompanhados por pequenos bilhetes de papel com frases para sensibilizar o leitor a comprar, com a finalidade também de facilitar e agilizar a venda. O recorte de papel com uma mensagem para que as pessoas contribuíssem com sua venda de balas parecia facilitar esse processo de argumentação com a finalidade de sensibilizar para a compra. Essas mensagens, geralmente, continham as seguintes frases: “desculpa incomodar a viagem de vocês, mas estou passando por dificuldades”; “peço ajuda para comprar alimentos”; “prefiro pedir do que roubar” e “aceito qualquer moeda”. As mensagens são entregues e depois recolhidas, assim o pedinte poderia reutilizá-las ao abordar outras pessoas. Além do mais, ao recolhê-los poderiam reutilizá-los com outros passageiros, moradores e pedestres em geral. A venda de balas era uma atividade muito utilizada não somente por moradores de rua, mas por outros trabalhadores informais e por pedintes. Muitos desses pedintes utilizavam cartazes com imagens de familiares doentes e pediam contribuições para que pudessem tratar de seus entes familiares em suas doenças raras e graves.

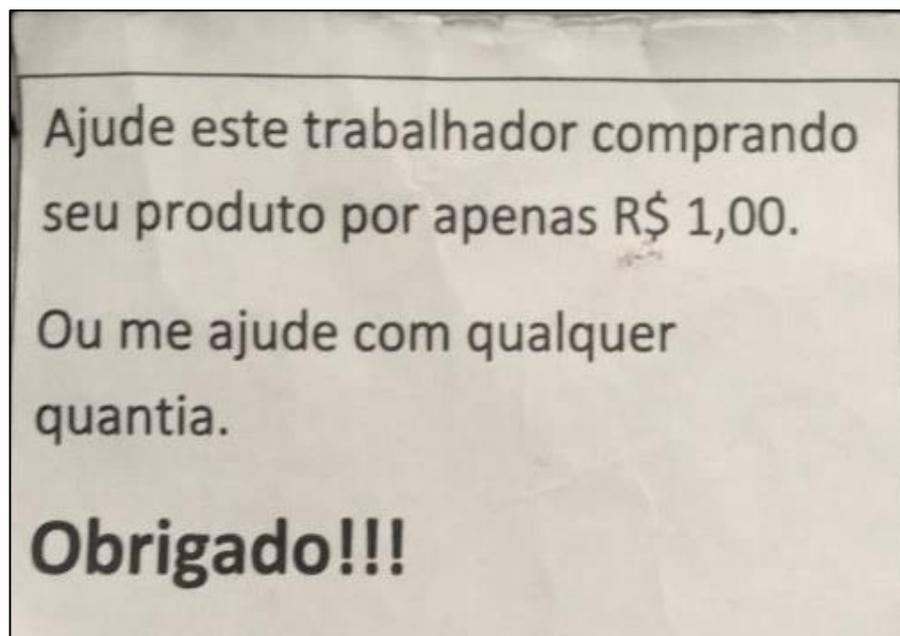


Figura 53: Mensagens de vendedores de “balas” em pequenos recortes de papel que são entregues aos transeuntes e passageiros em plataformas do Metrô e pontos de ônibus. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, junho de 2017).

Como o “Obrigado!!!”, na mensagem, estava destacado em negrito, aludia fortemente à compra das balas como uma ‘ajuda’ e, ao que me parece, as pessoas muitas vezes se sentem bem contribuindo, em saber que estão ajudando alguém. O “obrigado” não deixa de ser um apelo a essa dimensão. Os *moradores de rua* parecem jogar constantemente com as demandas e estereótipos sociais criados sobre eles. Por exemplo, ao *manguear*, os *moradores de rua* procuravam sensibilizar o doador a lhe dar contribuições em dinheiro ou em alimentos, produtos, etc. Nessa abordagem, os *moradores de rua* procuravam jogar com os excessos de estímulos existentes na cidade – jogar com a performance, o exagero, construção de narrativas – pegando pontos específicos de suas histórias de vida e potencializando a narrativa para chamarem atenção dos ouvintes e conseguir finalizar o mangueio com a doação esperada.

A venda de balas e as atividades de pedir em frente a comércios das ruas e da rodoviária do plano mostrou uma característica interessante. As diversas pessoas que pediam em frente ao comércios e lanchonetes da Rodoviária do Plano Piloto desenvolviam uma relação de troca interessante com os comércios existentes ali. Por exemplo, após as constantes doações que os *moradores de rua* recebiam por meio dos trocos que eram conquistados, próximo, sobretudo do caixa da Pastelaria Viçosa, eles retornavam as moedas para a pastelaria.

Explicando melhor, percebi que o pedido mais frequente era de um pastel e um “caldo de cana”, e o combo saia por R\$ 4,75. Como os pagamentos eram efetuados somente em

dinheiro (regras do estabelecimento), as pessoas usavam com mais frequência as notas de 10 e 5 reais, ou seja, em ambos os casos existiria uma moeda de 25 centavos no troco e este parecia ser o objetivo das pessoas, de conseguir sensibilizar os clientes para lhes darem apenas essa quantia. Além do mais, *moradores de rua e pedintes*, ao se retirarem do local, pediam ao “caixa” do estabelecimento que trocasse as moedas e assim recebiam os valores em notas.

Não somente os moradores de rua ganhavam nas doações e também na troca de moedas para dinheiro em notas, o que facilitava o manuseio, sobretudo para a mobilidade diária, mas os comércios recebiam as moedas de volta, facilitando o uso para o troco novamente e amenizando, de certa forma o conflito que poderia surgir entre pedintes e comerciantes por esses primeiros estarem constantemente em frente aos seus caixas dos estabelecimentos. Entretanto, o morador de rua, o pedinte de maneira geral, deveria não extrapolar as regras, de não constranger demais o cliente, ou mesmo pedir apenas uma vez, de estar sentado ou em pé em apenas um local, sem grandes movimentos, caso contrário, ele poderia ser retirado do local por funcionários e seguranças. Existia a dimensão da negociação entre *moradores de rua* e estabelecimentos. O pedir parecia ser autorizado com vistas à troca de moedas, porém, existia uma cobrança de conduta, ou seja, que não importunassem os clientes, não insistissem demais. O pedir não pode afugentar os clientes. Por isso a postura de ficar parado no canto durante todo o tempo em que estavam pedindo.

A relação de pedir próximo a caixas de comércios não era a única relação que *moradores de rua* tinham com esse tipo de economia, eles também poderiam cuidar de mercadorias dos camelôs que são presas entre grades e passam pernoites nas calçadas do Setor Comercial Sul. Sobre essa questão, Paulo, o jovem que passou a morar definitivamente na rua após a morte de sua mãe, contou-me que ganhava dinheiro a partir de uma negociação com um vendedor ambulante que prendia parte de seu material sob correntes e cadeados, disse me também que esta não era sua única atividade de trabalho:

Se eu não cuidar das mercadorias dele, sei que vai faltar essa parte de dinheiro... que não vou contar com ela, então terei que me focar mais na venda de balas e de pedir na rodoviária do plano piloto. (...) quando eu fico com muitas moedas eu troco elas por notas na lanchonete da “rodô” [Rodoviária do Plano]. (...) consigo comprar as balas mais baratas nas casas de doces, eles dão descontos para mim quando compro em quantidade maior (Diário de campo, junho de 2017) [grifos meus].

Disse-me que, no Setor Comercial Sul, os camelões e donos de lojas, também pagavam alguns serviços específicos para ele e outros amigos, como cuidar de mercadorias que eram prendidas, guardadas, sob grades para evitar furtos noturnos. Nesse sentido, se por um lado,

poderia não ser garantia absoluta que a mercadoria não fosse roubada, por outro lado, o *morador de rua*, por estar sempre na região, e poder querer contar com o pagamento em dinheiro, o comerciante poderia ter uma margem de garantia que os próprios *moradores de rua* não fossem os causadores dos furtos. Outrossim, poderíamos pensar aqui na lógica do “ser da rua”, e o que ele agrega, ao ponto que pessoas se aproximam e negociam com pessoas que são vistas como “da rua”, muitas vezes para sair ilesas de situações. Pensei a respeito, sobretudo porque, além de relatos de furtos que os próprios *moradores de rua* relatam sofrer, os comerciantes também temem esse tipo de ação por parte dos moradores de rua.

Ainda sobre essa questão do comercio da cidade, muito *moradores de rua* relataram que também vendiam frutas em vias públicas e próximos a supermercados da região. As frutas para a venda eram colhidas das árvores das quadras, áreas verdes do Eixão, e do parque da cidade. As frutas eram mangas, abacates, goiabas. Cada um tem seu tempo de colheita. Existindo um planejamento e organização para efetivar suas intenções, demonstrando que as pessoas não estão à deriva na rua. No parque da cidade, as mangas eram potencialmente mais propícias, já que as mangueiras eram maioria entre as arvores frutíferas ali, enquanto o abacate e a goiaba se restringiam mais das áreas das quadras e Eixão do plano.

Com a finalidade de vender estrategicamente as frutas, para que elas fossem circulassem rapidamente, a Rodoviária do Plano era um ponto importante de vendas, assim como próximo a mercados da cidade, em que as pessoas transitavam no local com a finalidade de compra de alimentos. Se por um lado, as pessoas poderiam subir nas árvores existentes na cidade e elas mesmas colherem, por outro lado, comprando dos *moradores de rua* elas economizam tempo e esforço, e nisso reside o trabalho em ir nas árvores com esforço físico e depois colocar em circulação, à venda, colaborando também com o consumo e evitando que apodreçam e se estraguem ao caírem no chão. Sobre carrinhos de mercado e papelões, as frutas eram oferecidas sob baixo custo e acabavam sendo vendidas rapidamente. Sobre a colheita de abacates, Francisco me relatou que:

Eu colho abacates lá em baixo na quadra, eu vou te levar lá para tu ver eu subindo nele. Mas vamos esperar só mais uns dois dias que eles vão está maiores. A gente não pode deixar também eles passarem do ponto senão as pessoas pegam, né, todo mundo vai colher. (...) teve uma repórter que me viu pegando abacate e ficou pedindo para eu fazer quando ela viesse com a câmera pra me filmar colhendo, e eu disse pra ela que poderia vir que a gente fazia a reportagem. (...) Eu vendo eles tudinho e rapidinho aqui em frente ao supermercado mesmo. Eles são grandes, bonitos e todo mundo compra. O pessoal de Brasília gosta de abacate, eles fazem uns troços com eles (Diário de campo, junho de 2017).

Assim, a partir do relato do Francisco é possível perceber que o dinheiro de *moradores de rua* também poderia vir de fontes naturais da cidade. Sobre as frutas das arvores, pareciam que procuravam acompanhar o momento certo para colher, sem deixar de passar do tempo, assim como sem deixar que outros potenciais colhedores façam o serviço. Além do mais, não somente comiam essas frutas também, de forma conjunta, mas poderiam comprar alimentação para as refeições coletivas dos finais de semana:

Essa semana eu consegui colher uns abacates das quadras ali de baixo e vendi aqui em frente ao supermercado. Vendi tudo. Depois comprei uma carne e legumes e a gente cozinhou aqui e todo mundo comeu (...) você pode vir comer com a gente, é limpinho, comida boa, gostosa (Diário de Campo, junho de 2017).

Para conseguir mapear os locais de arvores frutíferas era preciso também circular e observar as áreas verdes da cidade onde esses frutos existiam, pensar também em cada tempo de colheita e dos locais onde seriam mais facilmente vendidos. Caso não tivessem meios logísticos para expô-las, os carrinhos de mercado, a exposição em cima de sacos plásticos eram meios de conseguir vende-las. No processo de vendas existia também resistência, já que algumas pessoas falaram da percepção que tinham de algumas pessoas pareciam ofendidas na simples ação de pedir para comprarem.

As diversas formas de trabalho aparecem de maneira criativa, pois estão atentas às diversas maneiras que podem exercer alguma atividade para fazer dinheiro. Corroborando com essa noção múltipla de atividades, Mariana Martinez (2011) destaca que:

Nas trajetórias de rua, os sujeitos estão atentos às oportunidades de trabalho. Por isso, ficam atentos com os terrenos baldios que podem ser carpidos, caminhões de cargas que necessitam ser descarregados, estabelecimentos em obras que necessitam de mão-de-obra. Seus olhares estão atentos a todas as possibilidades que possam surgir (2011:85).

Essa é uma das características dos trabalhos desenvolvidos nas ruas, eles são criativos na medida em que os sujeitos se dispõem a realizar diversas atividades.

Catar latinhas e a limpeza urbana

Noite de quinta feira, março de 2017. Após conversar com *moradores de rua* na Praça do Compromisso, às 18h, acompanhei um deles em sua atividade de catar latinhas pelas quadras da cidade. Com uma luva de panos em uma das mãos, sapatos e calça jeans, Francisco, um *morador de rua* de 36 anos, caminhava abaixando-se sempre que avistava uma latinha de alumínio pelas quadras da Asa sul da cidade. Os sentidos eram importantes, sobretudo da visão,

em procurar atentamente em diversos locais possíveis em que as latinhas estivessem. No exercício com as pernas e pés ao esmagar as latinhas. Começamos pelas primeiras quadras que envolviam a Praça, e parecia que dávamos voltas em torno da mesma. Em um processo de vai e vem, pelas vias e voltando por outras, as quadras eram minuciosamente vasculhadas na busca por materiais de reciclagem, e que naquele dia seu foco eram as latinhas. Entretanto, disse-me que:

Costumo catar latinhas pelas quadras, passando próximo das áreas de restaurantes e bares porque tem mais chances de achar. (...) É melhor amassá-las porque senão dá muito volume, fica muito grande o saco. Eu procuro amassá-las logo, mas tem gente que pega elas assim mesmo e carrega, mas dá muito volume, eu prefiro ir amassando, e sentindo o peso. (...) Quando tá com aquele peso mais ou menos que eu quero, de uns quilos que dá pra carregar, eu paro e vou passar pra frente. (...) já achei painéis de alumínio e outras coisas que dá pra vender pro ferro velho também, daí eu tenho que carregar, né, porque não tenho carrinho (Diário de campo, março de 2017).

Seu trajeto das 900s, passando pelo Setor Hoteleiro, Setor Comercial, finalizando no Setor Bancário Sul, foi feito segurando um saco de estopa nas mãos durante toda aquela noite. Havia estratégias próprias para lidar com o peso, em carregar apenas o que era possível, finalizando assim que o cansaço físico aparecesse. Embora ele estivesse catando latinhas naquelas primeiras horas da noite, era nas madrugadas que muitos desenvolviam essa atividade. Os sapatos nos pés auxiliavam nas constantes e necessárias pisadas que davam para amassar as embalagens de alumínio, com o intuito de facilitar o transporte do material, conseguindo armazenar uma maior quantidade no saco que carregava. Parecia também que as pessoas tinham algumas metas diárias, ou procuravam por quantidades específicas e não por grandes acúmulos. Eram acúmulos necessários para a sua subsistência diária. Vendiam procurando conseguir certa quantidade de dinheiro que precisavam no momento.

A tarefa de catar latinhas poderia envolver quilômetros de ruas e avenidas percorridas, além do serviço durar a madrugada inteira. Trata-se de um trabalho que pode ser desenvolvido em dupla, mas geralmente eram trabalhos individuais que mais aconteciam. Quando conseguiam as latinhas, elas poderiam ser repassadas para terceiros ou diretamente às empresas que compravam esse material nas primeiras horas do dia. Quando repassavam a terceiros, geralmente existia espaços onde carroceiros eram encontrados e poderiam comprar por um preço menor, posteriormente repassando ao ferro-velho.

Nas madrugadas, buscavam os espaços onde acabara de acontecer festas, próximos a bares e restaurantes, etc. Esse trabalho era desempenhado pelo olhar atento não somente nas vias, mas em todas as caixas de lixos presentes nas esquinas, ou seja, caminhava lentamente

pelas quadras. A coleta levava horas até que conseguisse encher seu saco com os quilos necessários para a venda e a conquista do dinheiro.

Às vezes eu passo os dias catando latinhas na rodoviária do plano, no Parque da Cidade e no Setor Comercial Sul, mas outros companheiros meus também fazem esse trabalho. A gente consegue recolher muitos quilos de latas amassadas e jogadas nas vias públicas (...). Imagina se não tivesse o trabalho da gente, ia dá mais trabalho para os caras do caminhão de lixo, não ia? Daí cê já pensou que a gente não suja a cidade como muitos pensam, que na verdade a gente também limpa? Pois é, pois, *morador de rua* também faz parte da limpeza da cidade. No Parque da Cidade mesmo eu já pequei latinha em lugares que tenho certeza que gari nenhum ia conseguir achar, pois tem em todo lugar do parque, entendeu? Em áreas que ninguém às vezes vê, a gente acha (Diário de campo, maio de 2017).

Sua fala questiona a relação de morar na rua e a poluição da cidade, contrapondo com atividades de trabalho que os próprios *moradores de rua* desenvolvem nos espaços urbanos. Catar materiais recicláveis se mostra assim como uma questão de muita importância para pensarmos a relação entre *morador de rua* e a coleta seletiva de materiais recicláveis. Além do mais, o *morador de rua* demonstrou saber e conviver com os discursos que lhes enquadravam como lixo social, e, ao contrário, desenvolvem um trabalho importante para a cidade que, em suas palavras, seria de difícil execução para os agentes públicos, já que coletam latinhas por diversos espaços existentes na cidade, sobretudo, os de mais difícil acesso.

Nessa constante busca por latinhas nas vias públicas, os *moradores de rua* transitavam por diversos locais do plano piloto, asa sul e norte, e conviviam com demais catadores que não são *moradores de rua*. A rua era um espaço compartilhado. Durante nosso percurso pelas quadras da Asa Sul e nos Setores Comercial e Bancário, Francisco disse-me que sempre gostou de trabalhar. Desde a infância não hesitou em buscar desenvolver alguma atividade de trabalho:

Eu já trabalhei de tudo nessa vida que você possa imagina. Olha, eu já fui ajudante de pedreiro, pintor, jardineiro, eu já fiz de tudo um pouco. (...) Já trabalhei de carteira assinada sim, de servente de obras. Graças à Deus eu nunca fiquei parado. (...) pelo contrário que muitos pensam, muitas pessoas trabalham na rua. A gente trabalha, mas assim, a gente tem nossos tipos de trabalho, né? Ele não é de arteira assinada, ele não precisa bater os pontos no início do serviço (risos), mas a gente sabe que se quiser conseguir nosso dinheiro a gente pode trabalhar de alguma forma. Quem sabe vender alguma coisa vende, que sabe só pedir vai pedir, mas eu gosto de catar latinhas, de pegar material reciclável pra vender. (...) sim, claro, uma hora ou outra você acaba pedindo, né? Pede alguma coisa pra alguém que pode te ajudar. Mas é assim, quem não precisa de alguém? Todos nós precisamos uns dos outros... uma hora você ajuda e outra hora você é ajudado. Eu costume procurar vender as latinhas que eu acho, eu peço pouco na verdade, mas não dispenso ajuda não, como eu te falei, é tudo bem-vindo (Diário de campo, março de 2017).

Ao destacar que sempre trabalhou e que era trabalhador, procura se afastar do estigma de *vagabundo* e *mendigo*. Sua identidade é entrelaçada à do trabalhador que faz suas jornadas

de trabalho e que procura manter sua vida através de suas atividades de catar latinhas pelas vias públicas. Aqui o trabalho aparece como elemento central na construção da pessoa e de seu lugar de fala, quer dizer, a construção da identidade através do trabalho.

Como bem aponta, Martinez (2011), o trabalho é um valor importante na trajetória de rua:

O discurso do trabalho aparece com frequência nas falas dos atores, independente de sua mobilidade ou fixação. Embora muitos deles consigam empregos e os deixem facilmente, o valor do trabalho permanece com igual importância. O discurso é acionado com frequência pelos *trecheiros* ao entrarem nos Albergues, justificando seu deslocamento em busca de uma ocupação no mercado de trabalho. Quando acionado, este discurso quase nunca é contestado na instituição que o acolhe. No entanto, o discurso do trabalho aparece nas falas dos *pardais* para referir-se a um passado marcado por entradas e saídas constantes no mercado de trabalho, mas que, no atual contexto, a identidade do trabalhador é recuperada a fim de distanciarem-se da representação do mendigo, levando a crer que a ideia de trabalho é central para a composição de suas identidades (Martinez, 2011:80).

As pessoas constroem nessa relação com os diversos trabalhos desenvolvidos na rua, e em outros desenvolvidos em suas trajetórias, identidades importantes para a sua vida diária, em ser trabalhado como um mecanismo de luta, de luta diária, de autenticidade, de veracidade de suas vidas.

Como precisariam de grandes quantidades de latinhas coletadas durante o mês para ganharem uma quantia significativa, embora não recebessem por vendas mensais, mas por quantidades vendidas quando conseguiam coletar, o *morador de rua* geralmente não trabalhava apenas através de uma atividade, mas a alternava com outros meios de aquisição monetária com vistas à sua manutenção. Trabalhar com reciclagem é ficar procurando, andar muito.

Para tentar pensar em quantidades e valores calculei mais ou menos quanto de latinhas precisariam para conseguir um salário mínimo mensal. O valor do quilo do alumínio de latinhas estava entre R\$ 3,00 a R\$ 3,70 no mercado em 2017.⁵⁸ Nesse cálculo, cerca de 75 latinhas equivalem ao peso de 1 quilo. Para conseguir um salário mínimo, por exemplo - embora nem sempre tenham por finalidade uma quantia grande, elas param de catar latinhas quando acham que já têm o dinheiro necessário ao momento -, precisariam juntar mais de 19 mil latinhas por mês.

⁵⁸ Fontes: <http://www.mercadomineiro.com.br/pesquisa/lata-aluminio-pet-papel-pesquisa-precos;>
<https://www.litorallimpo.com.br/precos/>

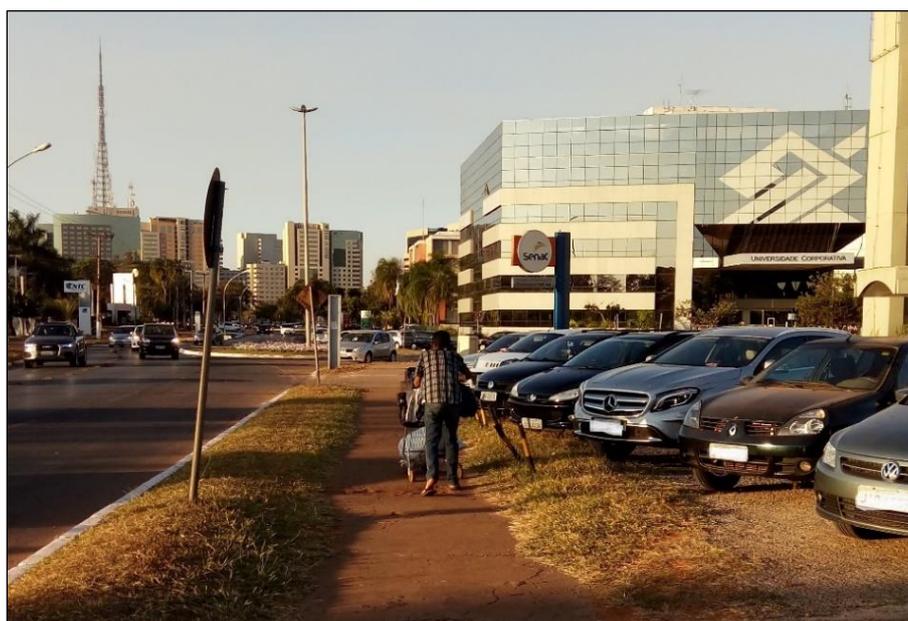


Figura 54: Morador de rua na 903 Sul empurrando o carrinho de mercado com seus pertences e materiais reciclados na parte de baixo do carrinho. Fotografia: Alex Cordeiro (Diário de Campo, julho de 2017).

O morador de rua, após coletar as latinhas, em alguns momentos achavam também outros materiais recicláveis passíveis de venda, procuravam repassar essas coletas aos locais de revenda. Nesse sentido, procuravam dormir com suas latinhas, próximo ao corpo. Quando desenvolvida de forma conjunta, entre duas ou demais pessoas, buscam acumular o maior número para vender nos dias seguintes e, assim, podem arrecadar um valor maior. Podem também vender para terceiros, geralmente, grandes catadores de latinhas com carros maiores, que coletam através de caminhões.

Quando a venda é feita a terceiros que encaminham as mercadorias para as revendedoras, existem pontos específicos da cidade onde podem encontrar esses compradores, atravessadores das empresas de coletas, e revendê-las por um preço menor do que venderiam diretamente às empresas. Entretanto, têm a vantagem de não andar mais quilômetros até os locais de reciclagem, os ferro-velhos. Os *moradores de rua* demonstravam que eram profundos conhecedores da cidade, ao apresentar rotas, de coleta e vendas.

As pessoas poderiam passar um bom tempo sem catar latinhas. Isso se devia muito às intenções e necessidades que tinham em conseguir o dinheiro, pois, os valores eram gastos com alimentação, cigarro, drogas, etc. e não pareciam com objetivo de acumular, de conseguir grandes quantidades e continuar trabalhando para acumular. Elas acabavam pausando essas atividades por um tempo, quando obtinham o dinheiro necessário para o sustento durante alguns

dias. Assim, vender e parar de vender por um tempo era parte da rotina diária desses trabalhadores informais.

Muitos dos *moradores de rua* se reconheciam como trabalhadores, além do mais, “é no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência humana sem trabalho” (Lessa, 2012:26). Por outro lado:

A existência social, todavia, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais). A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens. Por isso, além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si. (Lessa, 2012:25).

Sem dúvida, os moradores de rua na presente pesquisa envolviam-se em diversas outras práticas culturais e de interações sociais das mais diversas, como já percebemos, sobretudo nas suas dinâmicas afetivas. Além do mais, suas interações sociais justificam a utilização da categoria trabalho como agregador de valores e ferramenta de combate à estigmas. Nesse sentido, se para muitas pessoas o que os *moradores de rua* desenvolviam, como meios de obtenção de recursos, não seria trabalho, e por muitas vezes enquadrados pejorativamente enquanto *mendicância*, *vagabundagem* etc., para estes a categoria trabalho, em seu significado mais geral e amplo, envolve todas as suas atividades realizadas na rua, incluindo as dimensões também do *pedir*.

Perceber que as pessoas trabalhavam diariamente durante suas habitações em espaços públicos da cidade me fez refletir sobre as constantes narrativas que enquadram as pessoas no resgisto da falta, na afirmação frequente de que elas vivem no ócio. O *morador de rua* parecia continuamente envolvido na busca por meios de sua existência. Além do mais, essas pessoas eram trabalhadores de diferentes áreas de atuação, ou já tinham experiências diversas de trabalho, formais e informais. Muitas já haviam feito bicos de diferentes atividades trabalhistas, como pintor, faxineiro, jardineiro, ajudante, etc. Eram, em sua maioria, “serviços braçais”, cuja execução demandava muito do corpo. Outrossim, as pessoas estavam constantemente procurando desenvolver alguma atividade nas ruas e, ao fazer isso, lutavam contra os estigmas que lhes são imputados, demonstrando habilidades para lidar com esse tipo de situação e rejeitando cargas pesadas que lhes enquadram de forma pejorativa, denotando subjetividade e agência de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como eu espero ter contribuído para a discussão dessas três grandes questões para as ciências sociais, a saber a família, cidade e habitação da rua, gostaria de inicialmente destacar que essa dissertação, como qualquer pesquisa, não deve ser entendida como fechada e acabada, pois as questões aqui trabalhadas devem servir como meio e/ou ponto de partida para aprofundamento do nosso conhecimento sobre fatos e fenômenos sociais específicos, como no caso dos *moradores de rua*, em seus laços afetivos e relações com o espaço urbano. Entretanto, pontuarei alguns elementos desse trabalho que nos ajudam a pensar sobre a vida das pessoas com as quais convivi durante o campo e, por isso, para concluir essa etapa da pesquisa, retomo algumas questões.

Percebemos que, desde os anos de seu planejamento e construção até aos dias atuais, a cidade de Brasília é palco de fortes fluxos migratórios em larga e pequena escala. Diariamente é envolvida por circuitos entre as cidades que a compõe e as cidades do entorno do Distrito Federal. Além do mais, assim como nos primeiros anos de sua existência, a sua concepção modernista como valor continua sendo presente (Patriota de Moura, 2012), sem deixar suas principais questões que fomentavam fortes debates, nas dinâmicas de trabalho e família (Ribeiro, 2008). A pluralidade arquitetônica e multiplicidade cultural que seus habitantes trazem consigo também podem ser percebidas na diversidade de usos em que suas ruas são envolvidas, não somente como meio de passagem, mas também de trabalho e moradia.

A rua é envolvida por diversos sujeitos que dela tiram seus meios de subsistência, e diversos desses, a exemplo dos *pedintes*, termo usado pelos *moradores de rua*, podem ser lidos cotidianamente, por parte da sociedade em geral, como habitantes da rua, mas, como destacado por meus interlocutores de pesquisa, essas pessoas possuíam casas e adentravam as ruas apenas como meio de desenvolver trabalho. Além do mais, foi possível perceber uma diversidade de outros casos de pessoas que usam as ruas como forma de moradias temporárias, pernoites, *viração*, complexificando ainda mais a questão e demonstrando ser a rua, por exemplo, o espaço do *transeunte e não-transeunte* (Frehse, 2011).

Busquei mostrar os *moradores de rua* a partir de algumas experiências que contavam sobre suas vidas e dos momentos compartilhados em campo, sobretudo na mobilidade. Nessa perspectiva, coloquei em primeiro plano a construção (ou mesmo a desconstrução) de laços sociais. A constante circulação entre os espaços casa e rua, foi marcada tanto por rupturas quanto por continuidades. Uma das formas de perceber essa questão foi a partir do

questionamento da ideia de isolamento em relação à família. Destaquei o fato das relações sociais de muitos dos *moradores de rua*, no que diz respeito às relações familiares de consanguinidade, não sofrerem uma *ruptura*, mas um *distanciamento*. As famílias apareciam envolvidas em uma constante tentativa de manutenção dos vínculos, seja por visitas ou questionamentos das novas formas de habitação.

A constante movimentação na habitação da rua, por sua vez, se mostrou como parte de uma dinâmica na qual eram configuradas novas relações sociais, que, por vezes, aproximava ou afastava sujeitos, formando *irmãos* e constituindo grupos – nas constantes trocas de experiências e substâncias, no comer juntos. Essas novas relações afetivas eram forjadas sob o que constantemente afirmavam ser *confiança* e *consideração*, que amarravam as relações de companheirismo e parceria, valorizadas por meus interlocutores e fundamentais para dar conta de alguns *corres* e da manutenção das atividades do dia a dia, se apresentando com uma composição de limites fluídos (Weston, 1997). Tanto as suas famílias consanguíneas quanto suas novas relações afetivas, estavam envolvidas em um constante processo de construção.

A circulação nos espaços fazia circuitos, territórios, mais também fazia parte de uma rede maior de relações entre pessoas, espaços e instituições de assistência (Lemões, 2006). A mobilidade possibilitava conhecimento constante do ambiente em que viviam e nela acompanhavam as incessantes transformações do espaço urbano. Era, portanto, pelos deslocamentos que realizavam pela cidade que conheciam a cidade, mas também conheciam outras pessoas, fosse nas instituições, nos Setores Comerciais Sul e Bancário, na Rodoviária do Plano Piloto e estações do metrô. E a relação com os espaços demonstrava que o controle do corpo era fundamental para o controle do espaço, existindo uma correlação de interferência entre corpos e espaços.

Assim como na minha primeira experiência de pesquisa, pude presenciar que muitos de meus interlocutores valorizavam sua autonomia, especialmente evidente na possibilidade da mobilidade, que estava relacionada também a uma noção de liberdade. As duas coisas – liberdade e mobilidade, pareciam estar conjugadas, na medida em que as “pessoas são livres na condição de serem móveis” (Pina-Cabral & Silva, 2013:123). Nessa perspectiva, os *moradores de rua* questionam a nossa forma de conceber o mundo, sobretudo, na ênfase que damos à importância da casa como central para nossas relações familiares, limitando para dentro de seu espaço as dimensões de afeto e de cuidado.

Outra questão importante de ser resgatada é a de que os objetos presentes na vida cotidiana dos *moradores de rua* constituem um fator que permeia toda a vida na rua e as relações

sociais que os envolvem. A constante circulação desses objetos, bebidas, drogas, cigarros e alimentos, tornam-se como uma ligadura das relações. Ou seja, os objetos eram como fios condutores que ajudavam na manutenção das atividades conjuntas, nas refeições coletivas em praças, ruas, calçadas, etc. Existiam objetos de cunho pessoal, mas em sua maioria eram possíveis de serem socializados. Configurando assim, valores específicos ao que se tem e ao que é compartilhado, assim como o que é gerado e sua intenção no compartilhamento.

As pessoas construía estrategicamente formas improvisadas para os pernoites, criando através de diferentes materiais existentes nos espaços urbanos suas barracas, suas moradias improvisadas. Além do mais construía diversas formas de obtenção de recursos, de dinheiro, através de pedir, vigiar carros, vender diferentes produtos, sobretudo dos recursos naturais que a cidade dispõe. Nesse sentido, a vida na rua é uma forma diferente de viver daquelas apresentadas por padrões comportamentais e de gerência de si que são constantemente reafirmadas como um modelo a ser seguido (Foucault, 2009). Podemos identificar que a vida dos *moradores de rua* é invenção criativa (De Certeau, 2012). As pessoas que conheci manifestavam habilidade para recriar uma nova ordem das coisas, uma outra possibilidade de gerência de si que trazia uma perspectiva diferente de experienciar a cidade, e também de fazer sua cidade.

Assim como em minhas primeiras experiências de campo, pude perceber parte da dinâmica de distanciamentos e aproximações que acontecem em torno de um *morador de rua*. Eu mesmo não estive imune à participação nessas redes de relação, quando era pensado a partir de critérios como confiança e respeito. A minha constante presença contribuía para que a nossa relação de confiança ficasse cada vez mais forte, a ponto de me usarem como meio de garantir o *manguieio*, como ocorreu em São Luís, quando Gabriela me apresentava às pessoas utilizando a frase: “*Esse aqui é meu sociólogo, ela sabe que estou falando a verdade*”. Igualmente, recordo da abordagem policial em que ficamos mais próximos uns dos outros, em uma espécie de aglomeração em um espaço pequeno da praça – momento em que compartilhei da cumplicidade, pois me tornei capaz de entender, segundo os meus interlocutores, que eles eram alvo constante da suspeita da polícia.

Por último, finalizo destacando que os sujeitos passaram a realizar em um constante movimento, as dimensões de suas vidas, atividades de trabalho, descanso, lazer e convivência. A rua era a instância de habitação ao mesmo tempo em que era reconhecida por exercer outras funções, tais como trabalho ou simplesmente local de passagem. Os moradores de rua tinham

noção das várias facetas da utilização da rua, mas, também tinham clareza das possibilidades de sua utilização como espaço de moradia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos**. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo, Editora terceiro Nome, 2011.
- _____. **Do Direito À Cidade Ao Fazer-Cidade**. O Antropólogo, A Margem E O Centro. Mana 21(3): 483-498, 2015 – Doi [Http://Dx.Doi.Org/10.1590/0104-93132015v21n3p483](http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483).
- _____. **NOVA COSMÓPOLIS As fronteiras como objetos de conflito no mundo contemporâneo**. RBCS Vol. 31 n° 91 junho/2016: e319103.
- AHLERT, Martina. **Mulheres de Monte Verde: Etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero**. Dissertação de Metrado do PPGAS, UFSC. Florianópolis, 2008. 114p.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Pequenos bandidos**. São Paulo: Global Editora, 1983.
- BECKER, Howard S. “Marginais e desviantes”. In: **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro. Zahar. 1977.
- _____. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro. Zahar. 2008.
- BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: moradores de rua em São Paulo**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- _____. **Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho**. CADERNOS METRÓPOLE, N. 12, pp. 49-64, 2º sem. 2004.
- BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**. Brasília, 2008, págs. 25.
- _____. Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto no 7.053/2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, 23 dez. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 9ª edição. Papirus. Campinas. 2008.

- BURSZTYN, Marcel; ARAÚJO, Carlos Henrique. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: CODEPLAN, 1997.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo : Editora 34/EdUSP, 2000.
- CARSTEN, J. “Introduction”. In Carsten, Janet (ed.) **Cultures of Relatedness: new approaches to the study of kinship**. Edinburgh: Cambridge University Press, 2000. pp. 1-36.
- CARVALHO, Maria Avelina de. **Tô vivo – histórias dos meninos de rua**. Cegraf –UFG – Goiânia. 1989.
- CORDEIRO, Alex Sandro Lopes. **Pessoas em movimento: considerações sobre moradores de rua em São Luís (Maranhão)**. São Luís: UFMA, 2015. 75 f. Monografia (Graduação) – Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2015.
- CARNEIRO, Karine Gonçalves. **Moradores de rua e produção do espaço urbano: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica**. (Tese). Doutorado em Ciências Sociais pela Pontífice Universidade católica de Minas Gerais, PUC Minas, Belo Horizonte, 2016. 508p.
- CHAVES, Lilian Leite. **Loucura e experiência: seguindo loucos de rua e suas relevâncias**. 2013. 246 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 1999. 154 pp.
- DAMATTA, Roberto. “Espaço - Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil”. In: **A Casa e a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1997. pp. 29-63.
- _____. “A casa e a rua”; “A casa e a rua: dialética, simbolização e ritualização”. In: **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1997. pp. 90-102.
- DAS, Veena. **Critical events. An anthropological perspective on contemporary India**. Delhi, Oxford University Press. 1995.

- _____. **Life and Words. Violence and the descent into the ordinary.** Berkeley, University of California Press, 2007.
- DIAS, Juliana Braz. **Enviando dinheiro, construindo afetos.** In: Lugares, pessoas e grupos: as lógicas de pertencimento em perspectiva internacional. 2º ed. Brasília, ABA publicações, 2012. pp. 47-73.
- DE CERTEAU, Michel. “*Terceira Parte: Práticas de espaço*”. In: **A invenção do cotidiano.** 19º ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012. pp. 155-198.
- DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento** - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 241 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos:** por que surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Vozes, 1987.
- DOMINGUES JUNIOR, Paulo L.; **Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua.** 1. Ed. São Paulo: Loyola, 2003. 121 p.
- DUMONT, Louis. **Introducción a dos teorías de la Antropología Social.** [trad.] José R.Llobera. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador,** V 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer – **Meninos da rua.** Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz e CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, IBREX. 1979.
- FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso:** pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. 1999.
- _____. **Caminhos da adoção.** 3. Ed- São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. 2008. “**Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco**”. Estudos Feministas 16(3): 769-783.
- _____. (2000). **Família, fofoca e honra:** etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares / Claudia Fonseca. - 2.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução Maria Lúcia de Oliveira; revisão técnica, Karina Kuschnir; apresentação de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 395p.
- FOUCAULT, Michel. “*A cultura de si*”. In: **História da Sexualidade**, 3: o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. pp. 43-73.
- _____. **História da sexualidade**. O cuidado de si. Graal. 10ª reimpressão. São Paulo. 2009.
- FRANÇA, Matheus Gonçalves. **Além De Dois Existem Mais**: Estudo Antropológico Sobre Poliamor Em Brasília/DF. (Dissertação). Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/UnB, 2016. 136p.
- FRANGELLA, S.M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese (doutorado em ciências sociais), Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: Edusp, 2011.
- _____. 2013a. “**Os tempos (diferentes) do uso das praças da Sé em Lisboa e em São Paulo**”. In: Carlos Fortuna & Rogerio P. Leite (eds.). *Diálogos urbanos*. Coimbra: Almedina. pp. 127-173.
- _____. **A rua no Brasil em questão** (etnográfica). *Anuário Antropológico* [Online], II | 2013b, posto online no dia 01 Fevereiro 2014, consultado no dia 30 Setembro 2016. URL: [http:// aa.revues.org/572](http://aa.revues.org/572); DOI: 10.4000/aa.572.
- GATTI, Bruna Papaiz; PEREIRA, Camila Potyara (Orgs.). **PROJETO RENOVANDO A CIDADANIA**. Pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.
- GELL, Alfred (2008). “*Recém-chegados ao mundo dos bens: o consumo entre os Gonde Muria*”. In. Appadurai, A. **A vida social das coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF. pp. 143-178.
- INGOLD, Tim. **Jornada ao Longo de um Caminho de Vida** – Mapas, Descobridor-Caminho e Navegação. In: Revista Religião & Sociedade. Rio de Janeiro, 25: 76-110, 2005.

- JABUR, Pedro de Andrade Calil. **Cozinhando a céu aberto**: relatos de vida de moradores de rua em Brasília. Soc. e Cult., Goiânia, v. 18, n. 1, p. 79-89, jan./jun. 2015.
- JANUZZI, Vinícius Prado. **O céu e a terra**: O Setor Noroeste e seus primeiros moradores. (Dissertação). Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/UnB, 2016. 217p.
- KASPER, Christian Pierre. **Habitar a Rua**. Tese de doutorado, UNICAMP. Campinas, 2006. 225p.
- LANGDON, E. Jean, (1993). **O dito e o não-dito**: reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam. Em Estudos Feministas. 1993. p. 155-159.
- LEFEBVRE, H. 1991. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes.
- LEITE, Lígia Costa. **Os meninos de rua na Escola Tia Ciata**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 3ª ed. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LEMÕES, Tiago. **A família a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. Editora: Novas Edições Acadêmicas. 2013.
- LESSA, Sergio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3ª edição - revista e corrigida Instituto Lukács, São Paulo, 2012.
- LOBO, Andréa de Souza. **A Família em Cabo Verde**. Uma perspectiva Antropológica. *Revista de Estudo Cabo-Verdianos*, v. 4, p. 99-114, 2012.
- _____. **Vidas em Movimento**. Sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde. In: J. B. DIAS, & A. d. LOBO, África em Movimento (pp. 65-83). Brasília: ABA Publicações, 2012.
- _____. **Tão Longe Tão Perto**. Famílias e "movimentos" na Ilha de Boa Vista de Cabo Verde. Edição revista. 2. ed. Brasília: ABA Publicações, 2014.
- MAGNANI, José Guilherme C. (1999). **Mystica urbe**: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na cidade. São Paulo: Studio Nobel.
- _____. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n.49, junho/ 2002.

- _____. “Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos.”
Anuário antropológico 2012/II. Dezembro de 2013.
- MAGNI, C.T. (1994). *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 109p.
- MALINOWSKI, Bronislaw. “*Características essenciais do Kula*”. In: **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976, pp. 75-90.
- MARTINEZ, Mariana Medina. **A realidade do mundão**: uma narrativa sobre a sociedade e a produção da desigualdade. Revista Campos, 2011.
- _____. **Andando e parando pelos trechos**: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos. UFSC, São Carlos, 2011.
- _____. **Deslocando olhares**, pensando o uso de drogas sob a perspectiva de quem vive na rua. 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, 2012.
- MAUSS, Marcel. (2003). “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”. In: **Sociologia e Antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac, Naify. p. 367-397.
- _____. “*Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*”; “*As técnicas do corpo*”. In: **Sociologia e Antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. pp. 183-314; 399-422.
- NEVES, Delma Pessanha – **Mendigo**: o trabalhador que não deu certo. Revista Ciência Hoje. Rio de Janeiro, SBPC, 1983. (Vol. 3: 15-27).
- _____. **Categorizações Deformantes**: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua). Antropolítica (UFF), v. 29, p. 11-35, 2010.
- OLIVEIRA, Luciano M. F. (2012). **Circulação e Fixação**: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população. São Carlos, 2012. 148p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

- PARK, Robert Ezra. [1916]. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: **O fenômeno urbano**. Traduzido do inglês. VELHO, Otávio Guilherme (org.). 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. pp. 26-67.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. **A Fortificação Preventiva E A Urbanidade Como Perigo**. Série Antropologia Vol. 407, Brasília: DAN/UnB, 2006.
- _____. **Condomínios no Brasil Central: expansão urbana e antropologia** / Cristina Patriota Moura; Apresentação de Gilberto Velho. Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2012. 270p.
- _____. O urbano e suas múltiplas dimensões. In: PATRIOTA DE MOURA, Cristina. (Org.). **Anuário Antropológico/ 2012**, Brasília, UnB, 2013, v. 38, n.2, pp. 0915.
- PEIRANO, Mariza. **A Favor Da Etnografia**. Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1995. 162p.
- _____. “Etnografia não é método”. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014, p. 377-391.
- PINA-CABRAL, João; SILVA, Hélio. **Gente Livre: Consideração e Pessoa no baixo sul da Bahia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.
- PIRES, Maria Luiza Lins e Silva – **Mendicância, uma estratégia de sobrevivência**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco, 1988.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. Sistemas africanos de casamento e parentesco. In: Júlio C. Mellati [org.], **Antropologia: Radcliffe-Brown**. São Paulo: Ática, 1995.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008. 276p.
- ROMANO, Patrícia. **Moradores de rua** – Uma trajetória de lutas, desafios, e ruptura de seus vínculos sociais com o mundo do trabalho e o da esfera familiar. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, UniFMU, São Paulo, 2001.
- SCHNEIDER, D. What is Kinship all about? In P. Reining (ed.), **Kinship Studies in the Morgan Centennial Year**. Washington: Anthropological Society of Washington, 1972.

- SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. “A “*Situação de rua*” para além de determinismos: *explorações conceituais*”. In: **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. 1ª ed. Didática Editora do Brasil. Belo Horizonte – MG, 2012. pp. 11-26.
- SILVA, Hélio. R. S; MILITO, Cláudia. **Vozes do Meio Fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 144p.
- SILVA, Hélio. R. S. **A situação etnográfica: andar e ver**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.
- SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. “Ao encontro do menino de rua”. In.: **PUC-Ciência**, Revista de Divulgação da PUC-RIO, n05,1990.
- SILVA, Juliana Oliveira. **Circo de rua na Amazônia**: entre corpos, casas e estradas. (Dissertação). Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. No prelo.
- SIMMEL, Georg. [1903]. *As grandes cidades e a vida do espírito*. Traduzido do alemão. In: **Mana**, vol 11(2), 2005. pp. 577-591.
- STOFELLS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- STRATHERN, Marilyn. **Necessidade de pais, necessidade de mães**. [trad.] Marcos Santarrita. Estudos Feministas nº 2, 1995, p. 303-329.
- _____. **Dando apenas uma força à natureza? A cessão temporária de útero**: um debate sobre tecnologia e sociedade. In o Efeito Etnográfico. São Paulo: Cosac-Naify, 2014.
- TRAJANO-FILHO, Wilson. **Território e idade**: ancoradouros do pertencimento nas manjuandadis da Guiné-Bissau. In: Lugares, pessoas e grupos: as lógicas de pertencimento em perspectiva internacional. 2º ed. Brasília, ABA publicações, 2012. pp.227-257.
- VELHO, O. G. (Org.) (1979). **O fenômeno urbano** – Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

_____. “Projeto, emoção e orientação”. In: **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8. Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008. p. 13-40.

WESTON, Kath. **Families We Choose**: Lesbians, Gays, Kinship. New York: Columbia University Press, 1997.